

Banrisul Cartões S.A.

A Banrisul Cartões atua em dois segmentos de negócios: rede de adquirência Vero e cartões de benefícios e empresariais BanriCard. Conheça os destaques:

vero

Rede de Adquirência

- **Volume financeiro transacionado** na Vero alcançou **R\$ 25.514,8 milhões** em 2016, alta de **22,4%** ante o atingido em 2015. Foram capturadas **302,5 milhões de transações**, crescimento de **21,6%** em relação ao ano anterior.
- A base de clientes atingiu **105,2 mil credenciados ativos** em dezembro de 2016, aumento de **6,1%** quando comparado ao mesmo período de 2015.
- **Antecipação do recebimento de vendas** atingiu **R\$ 1.737,8 milhões** no ano de 2016, representando **13,7%** do volume passível de antecipação.
- **Nova solução de processamento** e gestão de transações Visa e MasterCard da rede de adquirência implantada pela área de tecnologia do Banrisul, propiciando aumento da eficiência operacional e independência tecnológica.
- **Modernização de 13,6 mil equipamentos POS**, melhorando a performance da Vero.

BanriCard

Cartões de Benefícios e Empresariais

- **Faturamento** totalizou **R\$ 1.343,8 milhões** em 2016, incremento de **7,0%** em comparação com 2015.
- **Os convênios ativos totalizaram 8,2 mil** em dezembro de 2016, crescimento de **16,0%** frente ao mesmo período do ano anterior.

Resultados Financeiros da Banrisul Cartões S.A.

- **Lucro líquido** totalizou **R\$ 206,2 milhões** no exercício de 2016, elevação de **28,2%** em relação ao obtido no ano de 2015.
- **Patrimônio líquido** da Companhia registrou **R\$ 537,5 milhões** ao final de dezembro de 2016.
- **Receita operacional líquida** alcançou **R\$ 564,0 milhões**, aumento de **32,1%** em relação a 2015.
- **ROE** (rentabilidade calculada sobre o patrimônio líquido) foi de **38,4%** em 2016. • **ROE** (rentabilidade calculada sobre o

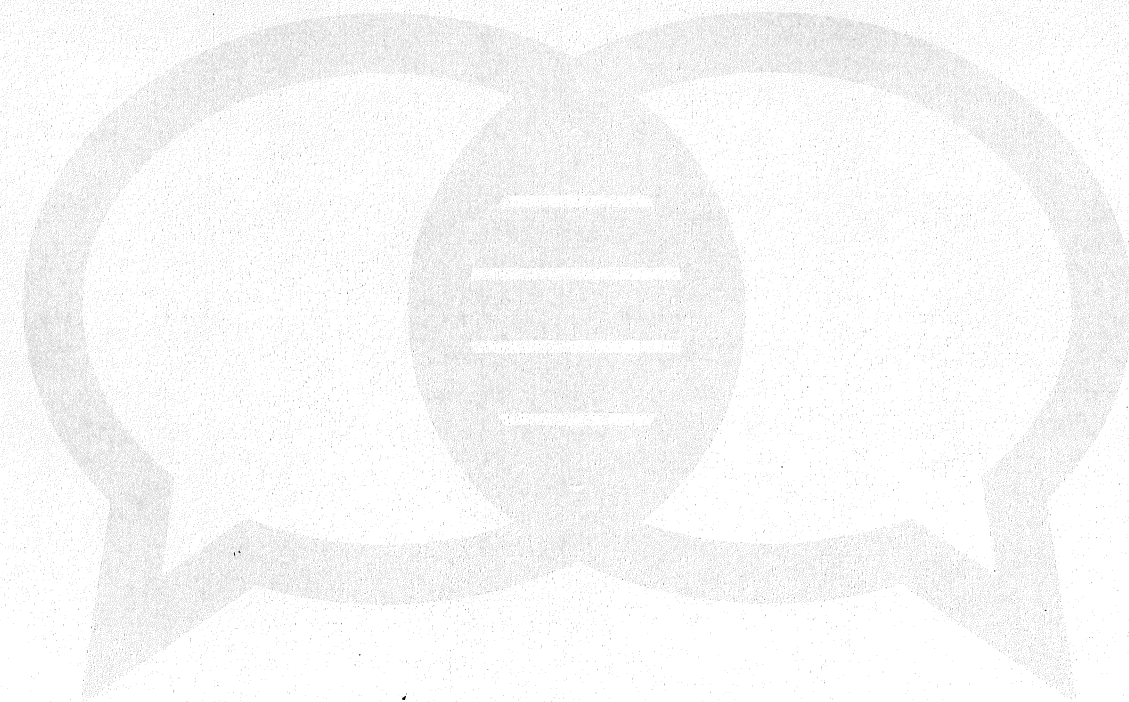
Destaques Operacionais e Financeiros		2015	2016	Variação
Vero	Volume Financeiro Transacionado (R\$ milhões)	20.844,1	25.514,8	+22,4%
	Quantidade de Transações (milhões)	248,6	302,5	+21,6%
	Credenciados Ativos (milhares)	99,1	105,2	+6,1%
BanriCard	Faturamento (R\$ milhões)	1.255,3	1.343,8	+7,0%
	Quantidade de Convênios Ativos	7.092	8.226	+16,0%
	Quantidade de Transações (milhões)	21,3	21,3	+0,0%
	Lucro Líquido (R\$ milhões)	160,8	206,2	+28,2%
	Patrimônio Líquido (R\$ milhões)	380,8	537,5	+41,1%
Retorno sobre Patrimônio Líquido - ROE		42,2%	38,4%	-3,8 p.p.

Nota: todos os valores apresentados no Relatório da Administração foram calculados e formatados utilizando a função de arredondamento padrão do programa *Microsoft Excel*.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Banrisul Cartões S.A., referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).



Em 2016, a estratégia da Banrisul Cartões esteve direcionada para a melhoria da eficiência operacional e para a ampliação de negócios, com atuação múltipla e sustentável. O lucro líquido alcançou R\$ 206,2 milhões, superior em 28,2% ao apurado no ano de 2015, e a rentabilidade sobre o patrimônio líquido foi de 38,4%.

Investimentos em tecnologia para garantir o aperfeiçoamento e a qualidade da rede de aquisição Vero, novas parcerias comerciais com facilitadores e com entidades de classe, ampliação do portfólio de captura e direcionamento dos canais de venda para o segmento de pequenos e médios clientes, foram as principais estratégias que contribuíram para a performance da Companhia.

Da mesma forma, a forte presença regional, a capilaridade do canal de vendas e a sinergia com os produtos e serviços bancários do Banrisul permitiram manter crescimento superior ao obtido pelo mercado, além de fidelizar a base de clientes. Entretanto, o desafio é crescente, haja vista a acirrada concorrência, as constantes inovações tecnológicas, as mudanças no perfil de consumo e o contexto de turbulência econômica no cenário regional e nacional, que afetam as empresas e os consumidores.

Em 2017, a Banrisul Cartões continuará focada na melhoria da eficiência operacional, no lançamento de novos produtos, que ofereçam soluções de acordo com as necessidades dos clientes, e na ampliação do portfólio de captura de bandeiras operadas pela Vero, a fim de manter a sustentabilidade do negócio e o sólido retorno para seu acionista controlador, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul.

A Banrisul Cartões atua em dois segmentos de negócios:

- Rede de Adquirência Vero: contempla credenciamento, captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões Banricompras, BanriCard, Visa, MasterCard, VerdeCard e VR Benefícios. Nessa área de atuação, a Banrisul Cartões é classificada como Instituição de Pagamento Credenciadora, nos termos emitidos pelo BACEN (Banco Central do Brasil).
- Cartões de Benefícios e Empresariais BanriCard: contempla a emissão dos cartões Pré e Pós-pagos, administrados por meio de convênios. Os seguintes produtos compõem o portfólio BanriCard: Alimentação, Refeição, Cultura, Presente, Salário, Benefício, Combustível, Gestão de Frotas, Gestão de Despesas, Gestão de Pagamentos e Programas Sociais. Nesse ramo, a Banrisul Cartões é Instituidora dos Arranjos de Pagamento BanriCard Pré e Pós-pagos, e Instituição de Pagamento Emissora, conforme regulação do BACEN.

Em 2016, a receita operacional bruta da Companhia somou R\$ 659,1 milhões, crescimento de 31,5% ante ao obtido em 2015. Desse montante, 92,8% são oriundos da rede de adquirência Vero e 7,2% dos cartões de benefícios e empresariais BanriCard. A seguir é detalhado o desempenho operacional por segmento de negócios.

Rede de Adquirência

Como principal feito em 2016, evidencia-se a solução de processamento e de gestão das transações Visa e MasterCard da rede de adquirência, internalizada pela área de tecnologia do Banrisul. Essa solução conferiu à Banrisul Cartões melhoria na eficiência operacional, com processamento mais ágil das transações, independência tecnológica para o lançamento de novos produtos e, desde o segundo semestre de 2016, racionalização de custos para a rede de adquirência Vero.

Adicionalmente, foram realizadas diversas ações e estratégias, com destaque para:

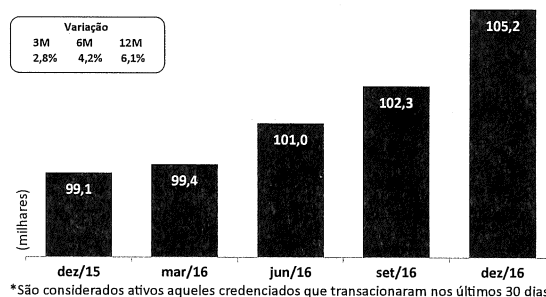
- Solução Vero Mobile: lançamento do leitor de cartões MP10 que se conecta com o *Smartphone* por conexão *Bluetooth*.
- Equipamentos POS (*Point of Sale*):
 - Lançamento do WPOS, equipamento móvel que usa exclusivamente comunicação *Wi-Fi*.
 - Disponibilização do novo POS IWL280, que substituiu o modelo IWL251, cujos diferenciais são:

(i) *touchscreen* para função e navegação; (ii) memória RAM superior (64MB); e (iii) PCI PTS 3.x certificado.

- Renovação de 13,6 mil equipamentos do parque de POS em uso pelos credenciados, com a adoção do modelo Veloh-C, que possui conexão fixa em *Dial* e *Ethernet*, atendendo aos locais com deficiência de sinal da operadora e/ou que não requerem mobilidade.
- Captura dos cartões do arranjo de pagamentos da VR Benefícios, passando a transacionar no modelo VAN (*Value-Added-Network*), ampliando seu portfólio de cartões e beneficiando, diretamente, credenciados do ramo de alimentação e refeição, postos de combustíveis e serviços para automóvel.
- Campanhas de mídia em diversos veículos para o mercado onde atua e campanhas de vendas, internas e externas, com premiação aos agentes credenciadores e aos clientes credenciados à Vero, incentivando o incremento de novos negócios.

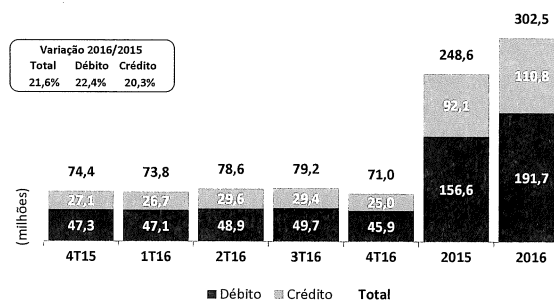
A Vero encerrou dezembro de 2016 com 124,6 mil equipamentos POS e Mobile aptos a transacionar e 105,2 mil clientes credenciados ativos, incremento de 10,2% e 6,1%, respectivamente, quando comparado com o mês de dezembro do ano anterior.

Gráfico 1: Credenciados Ativos* (Vero)



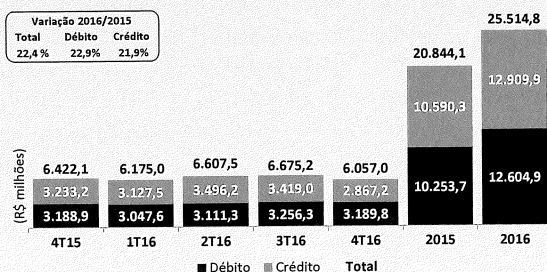
Em 2016, foram capturadas 302,5 milhões de transações, cujo crescimento foi de 21,6% ante o verificado em 2015. A quantidade de transações na modalidade débito totalizou 191,7 milhões e na modalidade crédito 110,8 milhões, com incremento de 22,4% e 20,3%, respectivamente, na comparação com 2015.

Gráfico 2: Quantidade de Transações (Vero)



O valor transacionado na Vero foi de R\$ 25.514,8 milhões em 2016, com elevação de 22,4% frente a 2015, influenciado pela ampliação da rede credenciada, parceria com facilitadores, incremento das transações e elevação do ticket médio.

Gráfico 3: Volume Financeiro Transacionado (Vero)



Na modalidade crédito, o volume financeiro, responsável por 50,6% do total, somou R\$ 12.909,9 milhões, refletindo aumento de 21,9% quando comparado ao ano de 2015. Na modalidade débito, totalizou R\$ 12.604,9 milhões, o que representou incremento de 22,9% em relação ao ano anterior. No último trimestre de 2016, a quantidade de transações e o valor transacionado na Vero reduziram 4,6% e 5,7%, respectivamente, frente ao mesmo período de 2015, impactados pela diminuição do faturamento de facilitador de grande porte que passou a operar no mercado como Instituição de Pagamento.

Antecipação do Recebimento de Vendas

A Banrisul Cartões oferece antecipação do recebimento de vendas aos clientes credenciados não sujeitos à trava de domicílio bancário. Em 2016, o volume financeiro das antecipações somou R\$ 1.737,8 milhões, atingindo 13,7% do volume passível de antecipação, representado pelas transações de crédito. O saldo gerencial da carteira de antecipação do recebimento de vendas alcançou R\$ 274,3 milhões em dezembro de 2016, ampliação de 21,1% quando confrontado com 2015.

Cartões de Benefícios e Empresariais

Principais ações e estratégias de 2016:

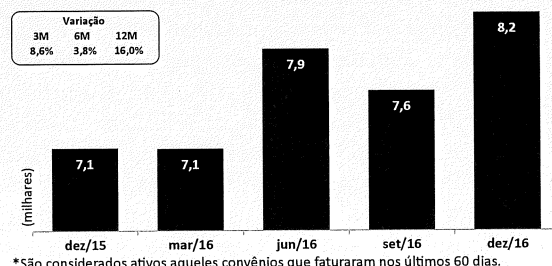
- Novo Portal BanriCard via *Smartphone* para: consulta de saldo, extrato de compras, créditos do cartão e relação de credenciados. Para os condutores de veículos que utilizam o cartão Combustível, é possível consultar a descrição do motivo que gerou a não aprovação de determinada transação.
- Lançamento do BanriCard Programas Sociais: voltado às Prefeituras Municipais, permite substituir a entrega física de cestas e bolsas por créditos em um cartão, facilita a gestão

dos benefícios pela Prefeitura e oferece mais segurança e conveniência aos usuários.

- Formalizados convênios com 21 Entidades Empresariais no Estado do Rio Grande do Sul para contratação dos produtos BanriCard.

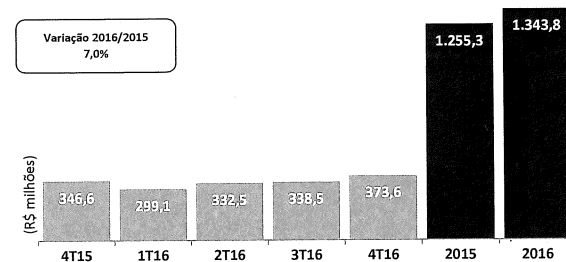
Em dezembro de 2016, o segmento BanriCard alcançou 8,2 mil convênios ativos, crescimento de 16,0% em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Gráfico 4: Convênios Ativos* (BanriCard)



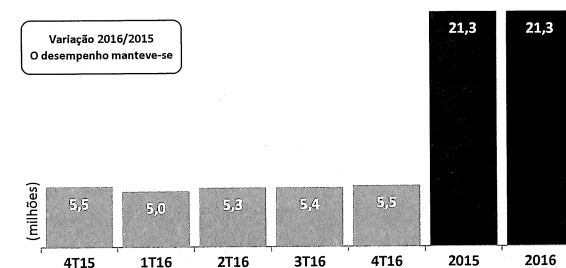
O faturamento dos cartões BanriCard totalizou R\$ 1.343,8 milhões em 2016, aumento de 7,0% em relação a 2015. Destacam-se os cartões BanriCard Alimentação e BanriCard Refeição, vinculados ao PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), que, somados, evoluíram 6,1% frente ao obtido em 2015, encerrando 2016 com 68,2% do total faturado no ano. E, também, o BanriCard Salário que cresceu 27,7% quando comparado ao ano anterior, representando 19,4% do valor total.

Gráfico 5: Faturamento (BanriCard)



No acumulado do ano de 2016, os cartões BanriCard movimentaram 21,3 milhões de transações, mantendo o desempenho apurado no ano anterior.

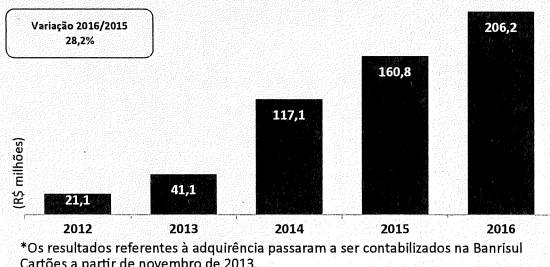
Gráfico 6: Quantidade de Transações (BanriCard)



LUCRO LÍQUIDO

A Banrisul Cartões alcançou lucro líquido de R\$ 206,2 milhões no exercício de 2016, 28,2% superior ao resultado do ano anterior, que foi de R\$ 160,8 milhões.

Gráfico 7: Lucro Líquido*



A receita operacional bruta de 2016 aumentou 31,5%, frente a 2015, e atingiu R\$ 659,1 milhões, contemplados os dois segmentos de negócios da Companhia. Para o ramo de aquisição, totalizou R\$ 611,6 milhões, incremento de 34,5% ante 2015, oriundo das receitas de MDR (*Merchant Discount Rate*), mensalidade, conectividade e outros serviços. No que tange ao negócio de cartões BanriCard, a receita bruta advinda das taxas de reembolso dos credenciados, principalmente, e de administração dos convênios alcançou R\$ 47,5 milhões em 2016, ampliando 2,1% se comparado ao ano anterior.

A receita operacional líquida da Banrisul Cartões somou R\$ 564,0 milhões em 2016, refletindo crescimento de 32,1% em relação ao contabilizado em 2015.

O custo dos serviços prestados, que engloba, basicamente, o custo de intercâmbio, de processamento/comunicação, de *software*/manutenção de POS e de pessoal, atingiu R\$ 330,2 milhões no ano de 2016, aumento de 38,1% na comparação com 2015. Em 2016, as despesas operacionais, que reúnem, principalmente, as administrativas e de pessoal, totalizaram R\$ 41,0 milhões, elevação de 18,6% frente ao verificado no ano anterior. Cabe salientar que parte destas rubricas se referem a serviços prestados pelo controlador Banrisul, cujo ressarcimento está previsto em acordo operacional estabelecido entre a Banrisul Cartões e o Banco.

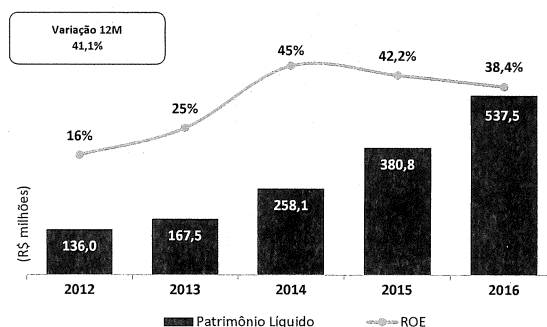
Ressalta-se que, especificamente, a rubrica de custo com processamento e comunicação aumentou 4,7% em relação ao ano anterior. Esse crescimento é desacelerado quando comparado, proporcionalmente, ao incremento de 21,6% no montante de transações capturadas, devido à solução de processamento da aquisição implantada em 2016.

As receitas financeiras, que compreendem, principalmente, as oriundas da antecipação do recebimento de vendas e das aplicações financeiras, somaram R\$ 119,7 milhões em 2016, enquanto que as despesas financeiras atingiram R\$ 2,6 milhões. O resultado financeiro da Banrisul Cartões totalizou R\$ 117,1 milhões em 2016, refletindo crescimento de 33,2% na comparação com 2015.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido da Banrisul Cartões atingiu R\$ 537,5 milhões ao final de 2016, avanço de 41,1% em relação ao ano anterior. O aumento do patrimônio líquido está associado, principalmente, à incorporação dos resultados gerados, deduzidos dos dividendos distribuídos. O lucro líquido do exercício, no valor de R\$ 206,2 milhões, foi destinado em 5% para a reserva legal, em 25% para a distribuição dos dividendos e o restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral. A rentabilidade calculada sobre o patrimônio líquido (ROE) foi de 38,4%.

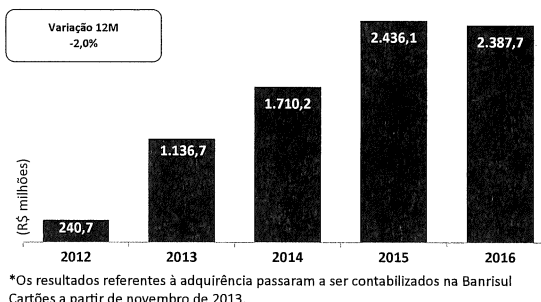
Gráfico 8: Patrimônio Líquido*



ATIVOS

Os ativos totais somaram R\$ 2.387,7 milhões ao final de 2016, volume 2,0% inferior ao contabilizado no mesmo período de 2015. A redução dos ativos decorre da contração do faturamento de facilitador de grande porte que passou a operar no mercado como Instituição de Pagamento.

Gráfico 9: Ativos Totais*



REGULAMENTAÇÃO

Com a promulgação da Lei nº 12.865/13, a Banrisul Cartões passou a estar sujeita ao cumprimento da regulação do BACEN, conforme diretrizes estabelecidas pelo CMN (Conselho Monetário Nacional).

Em novembro de 2014, a Banrisul Cartões protocolou o pedido para autorização de funcionamento como Instituição de Pagamento (emissora e credenciadora) e como Instituidora do Arranjo de Pagamento BanriCard. Desde então, a Companhia aguarda a deliberação das autorizações e implanta procedimentos a fim de estar em total conformidade com a regulamentação.

No que tange ao processo de aprovação e autorização do Arranjo de Pagamento BanriCard (Pré-pago), integrante do SPB, em novembro de 2015, a Banrisul Cartões atendeu à primeira carta de exigências (devolutiva) do BACEN e, em abril de 2016, participou de entrevista técnica. Em relação ao Arranjo de Pagamento BanriCard (Pós-pago), por não ser integrante do SPB em função de sua volumetria e prescindir de autorização do BACEN, a Banrisul Cartões cumpriu a obrigação de prestar as informações e estatísticas exigidas anualmente.

PATROCÍNIOS E DOAÇÕES

Para promover a sustentabilidade em sua atuação, bem como contribuir para uma sociedade mais humanizada, a Banrisul Cartões apoiou uma série de projetos e ações sociais no Estado do Rio Grande do Sul. No total, foram R\$ 3,0 milhões investidos, ao longo do exercício de 2016, em projetos culturais, esportivos, de apoio a saúde, aos idosos e as crianças.

AGRADECIMENTOS

A Banrisul Cartões agradece ao seu controlador, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., pelo apoio irrestrito na concretização dos projetos estratégicos que fortaleceram a Companhia. Aos empregados, pelo comprometimento e competência, essenciais para o alcance das conquistas e resultados. Aos fornecedores e parceiros comerciais, pelo auxílio na prestação de serviços com excelência e, em especial, aos clientes, pela escolha, fidelidade e incentivo à busca da qualidade incessantemente. A todos, nossos sinceros agradecimentos.

A Administração



BALANÇOS PATRIMONIAIS

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	428.403	305.829
Clientes	5	1.940.134	2.114.417
Crédito tributário	10	369	355
Outros ativos		11.277	8.072
Total do ativo circulante		2.380.183	2.428.673
Ativo não circulante			
Crédito tributário	10	1.921	1.527
Depósitos judiciais	9	2.915	2.829
Outros ativos		1.194	1.077
Imobilizado	6	1.450	1.960
Total do ativo não circulante		7.480	7.393
Total dos ativos		2.387.663	2.436.066
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Empréstimos		-	17.495
Cartões em circulação	7	63.200	59.977
Contas a pagar a estabelecimentos	8	1.696.802	1.891.427
Dividendos a pagar		48.978	38.193
Obrigações fiscais		19.498	26.210
Outros passivos		14.834	16.979
Total do passivo circulante		1.843.312	2.050.281
Passivo não circulante			
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	9	5.399	4.483
Outros passivos		1.478	462
Total do passivo não circulante		6.877	4.945
Patrimônio líquido			
Capital social	11	300.000	250.000
Reserva de lucros		237.992	130.746
Ajustes de avaliação patrimonial		(518)	94
Total do patrimônio líquido		537.474	380.840
Total do passivo e patrimônio líquido		2.387.663	2.436.066

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Demonstrações do Resultado do Exercício

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2016	2015
Receita operacional líquida	13	564.038	426.944
Custo dos serviços prestados	14	(330.222)	(239.075)
Lucro bruto		233.816	187.869
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	15	(16.355)	(12.446)
Pessoal	15	(18.744)	(16.449)
Outras despesas operacionais líquidas	16	(5.943)	(5.703)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		192.774	153.272
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	21	119.733	89.766
Despesas financeiras	21	(2.632)	(1.844)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		309.875	241.193
Imposto corrente	12	(103.721)	(79.748)
Imposto diferido	12	70	(633)
Lucro líquido do exercício		206.224	160.812
Lucro líquido por ação - R\$		74,03	57,73

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	206.224	160.812
Ajuste CPC 33(R1)	927	(144)
Efeito tributário sobre o ajuste	(315)	49
Total dos resultados abrangentes do exercício	206.836	160.717

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Reservas de Lucros						Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de expansão	Reserva legal	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	150.000	252	99.963	7.912	(1)	-	258.126
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	160.812	160.812
Aumento de capital social (Nota 11)	100.000	(252)	(99.748)	-	-	-	-
Ajuste Del. CVM 695/2012	-	-	-	-	95	-	95
Reserva legal	-	-	-	8.040	-	(8.040)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(38.193)	(38.193)
Reserva de expansão	-	-	114.579	-	-	(114.579)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	250.000	-	114.794	15.952	94	-	380.840
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	206.224	206.224
Aumento de capital social (Nota 11)	50.000	-	(50.000)	-	-	-	-
Ajuste Del. CVM 695/2012	-	-	-	-	(612)	-	(612)
Reserva legal	-	-	-	10.311	-	(10.311)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(48.978)	(48.978)
Reserva de expansão	-	-	146.935	-	-	(146.935)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	300.000	-	211.729	26.263	(518)	-	537.474

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado	211.804	164.835
Lucro líquido do período	206.224	160.812
Ajuste lucro líquido		
Provisão para devedores duvidosos	2.170	1.192
Depreciações	1.520	1.208
Baixa do ativo intangível	-	237
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	1.890	1.386
Variações nos ativos e passivos	(32.533)	(61.846)
(Aumento) redução de clientes	172.113	(635.373)
(Aumento) redução de outros ativos	87.713	61.526
(Aumento) redução dos depósitos judiciais	(86)	1.116
Aumento (redução) de cartões em circulação	3.223	7.573
Aumento (redução) de contas a pagar a estabelecimentos	(194.625)	559.363
Aumento (redução) de obrigações fiscais	(6.711)	2.992
Aumento (redução) de outros passivos	(1.130)	7.667
Ajuste de avaliação patrimonial	(612)	95
Pagamento de provisão para riscos trabalhistas e cíveis	(974)	(3.718)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(91.444)	(63.087)
Caixa líquido das (aplicado nas) atividades operacionais	179.271	102.989
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado	(1.009)	(559)
Caixa líquido das (aplicado nas) atividades de investimento	(1.009)	(559)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos	(17.495)	17.495
Pagamento de dividendos	(38.193)	(27.807)
Caixa líquido das (aplicado nas) atividades de financiamento	(55.688)	(10.312)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	122.574	92.118
Variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	305.829	213.711
No fim do exercício	428.403	305.829
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	122.574	92.118

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Valores Adicionados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

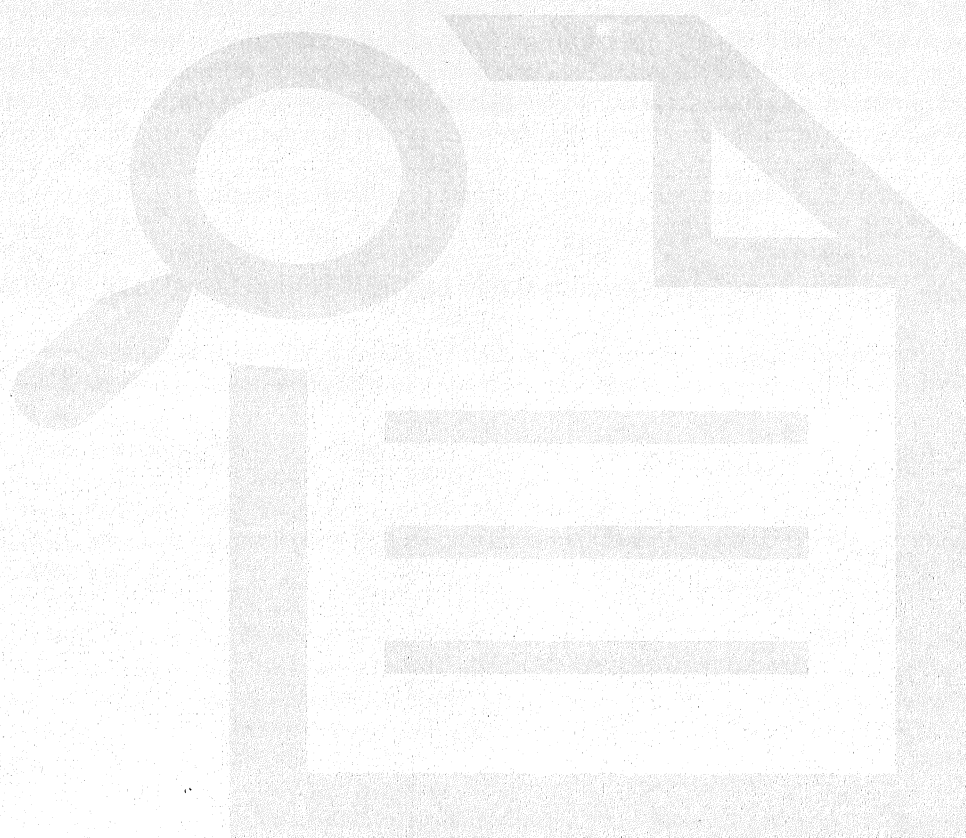
	2016	2015
Receitas		
Receita da prestação de serviços	656.806	500.005
Outras receitas	2.782	3.029
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(309.837)	(219.433)
Materiais, energia, serviços de terceiros	(13.183)	(12.217)
Outros	(2.719)	(5.054)
Valor adicionado bruto	333.849	266.330
Depreciação e amortização	(1.520)	(1.208)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	332.329	265.122
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	119.733	89.766
Valor adicionado total a distribuir	452.062	354.888
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	33.187	29.275
Remuneração direta	31.985	28.152
Benefícios	483	630
FGTS	159	95
INSS	560	399
Impostos, taxas e contribuições	202.682	157.085
Federais	168.059	129.332
Municipais	34.623	27.753
Remuneração de capitais de terceiros	9.969	7.716
Despesas financeiras	2.357	1.720
Outros	7.612	5.996
Remuneração de capitais próprios	206.224	160.812
Dividendos	48.978	38.193
Lucros retidos	157.246	122.619
Valor adicionado distribuído	452.062	354.888

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS

EXPLICATIVAS

Apresentamos a seguir as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras da Banrisul Cartões S.A., com os valores expressos em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma).



NOTA 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Banrisul Cartões S.A. ("Banrisul Cartões" ou "Companhia") é empresa de capital fechado estabelecida no Brasil, que opera na região Sul do País, controlada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul" ou "Banco"), com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Suas operações são conduzidas de acordo com o conjunto de instituições que integram o mercado de meios de pagamento e com os regramentos e normas do Banco Central do Brasil, de forma integrada com seu controlador, cujos benefícios dos serviços prestados entre Controlador e Controlada e os custos da estrutura operacional e administrativa compartilhada são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade dos serviços utilizados.

A Banrisul Cartões opera em dois segmentos de negócios: (i) Rede de Adquirência Vero, que contempla serviços de aquisição, tais como o credenciamento de estabelecimentos comerciais e a captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões Banricompras, Banricard, Visa, MasterCard, VerdeCard e VR Benefícios; e (ii) Cartões de Benefícios e Empresariais BanriCard, que contempla a emissão dos cartões pré e pós-pagos, administrados por meio de convênios firmados.

A principal fonte de receita do negócio de Adquirência é decorrente da taxa de desconto (MDR) cobrada dos estabelecimentos comerciais sobre o volume transacionado, seguida pelas receitas de mensalidade, aluguel de equipamentos e conectividade. Em relação aos Cartões de Benefícios e Empresariais BanriCard, as principais receitas são provenientes da taxa de reembolso cobrada dos estabelecimentos comerciais sobre o volume transacionado e da taxa de administração cobrada das empresas conveniadas.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 30 de janeiro de 2017.

NOTA 02 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para a elaboração das demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A Companhia é cotista de fundo de investimento em renda fixa administrado pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., no qual é a única cotista. A Banrisul Cartões cumpre os requisitos elencados no CPC 36 que a dispensam da divulgação de demonstrações contábeis consolidadas, tais como: (i) os acionistas não fazem objeção a não apresentação de demonstrações consolidadas; (ii) não possui instrumentos de dívida ou patrimoniais negociados no mercado; (iii) não possui processos de arquivamento das demonstrações contábeis junto a Comissão de Valores Mobiliários; (iv) ela própria é uma controlada integral cuja controladora divulga suas demonstrações contábeis de forma consolidada no Brasil e em IFRS.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de apresentação.

2.3 Ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) pelo valor justo por meio do resultado; (ii) mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de emissores e conveniados.

Os passivos financeiros são classificados: (i) pelo valor justo através do resultado; ou (ii) como outros passivos financeiros.

Os principais passivos financeiros são: cartões em circulação e contas a pagar a estabelecimentos.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor, sendo demonstrado pelo custo, acrescido dos juros auferidos. O caixa e equivalentes de caixa são classificados como valor justo por meio do resultado e, seus rendimentos, são registrados no resultado do exercício.

b) Contas a receber de emissores

Contas a receber de emissores são ativos financeiros, classificados como empréstimos e recebíveis, com recebimentos fixos ou determináveis. Referem-se aos valores das transações realizadas pelos portadores de cartões de crédito e débito emitidos por instituições licenciadas pelas bandeiras. O saldo de contas a receber de emissores está registrado no ativo circulante pelo valor original da transação.

c) Contas a receber de conveniados

Contas a receber de conveniados correspondem às faturas em aberto emitidas aos conveniados pela liberação da carga ou utilização dos cartões de benefícios e serviços, acrescido da taxa do convênio. São ativos financeiros, classificados como empréstimos e recebíveis, com recebimentos fixos ou determináveis, e estão classificados como ativos circulantes, com prazo de vencimento inferior a 12 meses da data base do balanço.

d) Provisão para devedores duvidosos

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas decorrentes da gestão dos produtos relacionados aos cartões de benefícios e empresariais. A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise individual das faturas de clientes inadimplentes em relação às medidas de cobrança adotadas conforme previsto nas regras gerais e políticas da Companhia. De acordo com o estágio de cobrança, é estimado um montante de provisão a ser constituída.

e) Cartões em circulação

Cartões em circulação são classificados como outros passivos financeiros. Registram as obrigações referentes aos valores transacionados nos cartões de benefícios e empresariais que aguardam fechamento da agenda financeira. Soma-se ao grupo a carga não utilizada nos cartões de benefícios pré-pagos.

f) Contas a pagar a estabelecimentos

Contas a pagar a estabelecimentos são passivos financeiros, classificados como outros passivos financeiros, com pagamentos fixos ou determináveis. Referem-se aos valores das transações realizadas pelos portadores dos cartões de débito, crédito, benefícios e empresariais nos estabelecimentos credenciados à Rede de Adquirência Vero.

O saldo de contas a pagar a estabelecimentos está registrado no passivo circulante pelo valor original das transações, deduzidos as antecipações do recebimento de vendas efetuadas aos lojistas conforme solicitação destes. Já nas transações realizadas pelos cartões de benefícios e empresariais, os valores estão deduzidos também das taxas de intermediação.

g) Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos financeiros de longo prazo e os de curto prazo, classificados como empréstimos e recebíveis, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento e nos exercícios de 2016 e 2015 não transacionou operações de longo prazo que se qualificassem a serem ajustadas. Também, analisou os realizáveis e exigíveis de curto prazo, avaliando os possíveis efeitos de um ajuste a valor presente. O estudo apontou efeito não relevante, considerando que grande parte da operação possui ciclo financeiro inferior a 90 dias e há equilíbrio entre os prazos de vencimento dos direitos e das obrigações.

h) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos tributos, que reflita avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável, e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

i) Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos, conforme demonstrado na Nota 12.

Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre provisão para riscos trabalhistas, cíveis e atuariais, bem como para a depreciação contabilizada com base na vida útil dos bens. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas e mensuradas pelas alíquotas aplicáveis no período o qual se espera que o ativo seja realizado.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando corresponderem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os tributos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

j) Distribuição dos dividendos

A distribuição de dividendos que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como passivo circulante nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Quando houver dividendos adicionais propostos, declarados pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão destas, serão registrados no patrimônio líquido e divulgados em nota explicativa.

k) Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida, a receber ou pelo abatimento de valores a pagar, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e bonificações concedidos ao cliente e outras deduções similares.

As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e débito são apropriadas de uma única vez ao resultado na data do processamento das transações. A receita de serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais é reconhecida no resultado quando da efetiva prestação do serviço.

A receita decorrente da taxa de desconto comercial obtida nas operações de antecipação do recebimento de vendas, quando os estabelecimentos comerciais solicitam a Companhia o recebimento correspondente às transações com cartões de crédito efetivamente realizadas antes do prazo de liquidação originalmente avençado, é reconhecida de uma única vez na data da transação, e classificada como receita financeira.

No segmento Cartões de Benefícios e Empresariais Banricard, o reconhecimento da receita sobre o credenciado dá-se no momento da utilização dos cartões ou da contratação dos serviços. A receita sobre o conveniado é contabilizada no momento da emissão da fatura, a qual coincide com a liberação da carga dos cartões ou, se pós-pagos, na data de corte das compras.

l) Benefício a empregados

A Banrisul Cartões é patrocinadora da FBSS - Fundação Banrisul de Seguridade Social e da Cabergs - Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul que, respectivamente, asseguram a complementação dos benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários.

(i) Planos de previdência - a Banrisul Cartões é patrocinadora de planos dos tipos "benefício definido" e de "contribuição variável".

Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, efeito de qualquer limite sobre a parcela do empregador no custo dos benefícios futuros, contribuições de empregados ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para a companhia, etc. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o Método do Crédito Unitário Projetado. Os custos de serviços passados,

quando ocorrem, são reconhecidos imediatamente no patrimônio líquido em "Ajustes de Avaliação Patrimonial".

Os planos de contribuição variável abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, a aposentadoria antecipada e o auxílio funeral, além de benefícios com características de benefício definido, que são aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

(ii) Planos de saúde - são benefícios assegurados pela Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul – (Cabergs), que oferecem benefícios de assistência médica em geral e cujo custeio é estabelecido por meio de convênio de adesão.

A Companhia oferece ainda benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Os ativos do plano são mantidos pela Entidade Fechada de Previdência Complementar e de Plano de Saúde - Cabergs. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores do Banrisul e não podem ser pagos diretamente a ele. O valor justo baseia-se em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, nas cotações existentes no mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras ao plano.

(iii) Prêmio aposentadoria - para os empregados que se aposentam, é concedido um prêmio aposentadoria, proporcional à remuneração mensal fixa do funcionário, vigente na época da aposentadoria.

Adicionalmente, o resultado da avaliação atuarial pode gerar um ativo a ser reconhecido. Esse ativo é registrado pela Instituição somente quando:

- (1) Ela controla um recurso, que é a capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros;
- (2) esse controle é o resultado de acontecimentos passados (contribuições pagas pela Instituição e serviço prestado pelo funcionário); e
- (3) estão disponíveis benefícios econômicos futuros para a Instituição na forma de redução em contribuições futuras ou de restituição de dinheiro, seja diretamente para a Instituição, seja indiretamente para compensar a insuficiência de outro plano de benefício pós-emprego (obedecida a legislação pertinente).

Os compromissos com esses três tipos de benefícios pós-emprego são avaliados e revisados anualmente por atuários independentes e qualificados.

m) Informação por segmento

As informações por segmento operacional são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais e estão apresentadas na Nota 22. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional é a administração da Companhia.

n) Regulamentação do Banco Central do Brasil (BACEN)

Com a promulgação da Lei nº 12.865/13, a Banrisul Cartões passou a estar sujeita ao cumprimento da regulação do Banco Central do Brasil. A Lei determinou que instituições e arranjos de pagamento passassem a integrar o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), conferindo ao Conselho Monetário Nacional (CMN) e ao BACEN poderes para a normatização do setor de pagamentos no Brasil.

Em novembro de 2014, a Banrisul Cartões protocolou o pedido para autorização de funcionamento como Instituição de Pagamento (emissora e credenciadora) e como Instituidora do Arranjo de Pagamento BanriCard. Desde então, a Companhia aguarda a deliberação das autorizações e implanta procedimentos a fim de estar em total conformidade com a regulamentação.

No que tange o processo de aprovação e autorização do Arranjo de Pagamento BanriCard (Pré-pago), integrante do SPB, em novembro de 2015, a Banrisul Cartões atendeu a primeira carta de exigências (devolutiva) do Bacen e, em abril de 2016, participou de entrevista técnica. Em relação ao Arranjo de Pagamento BanriCard (Pós-pago), por não ser integrante do SPB em função de sua volumetria e prescindir de autorização do Bacen, a Banrisul Cartões cumpriu a obrigação de prestar as informações e estatísticas exigidas anualmente nos termos da Lei.

NOTA 03 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A Administração estabelece estimativa e premissas que afetam os valores de ativos e passivos reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e estão baseados na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias.

a) Planos de pensão de benefícios definido

O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

b) Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

A Banrisul Cartões revisa periodicamente suas provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas. Essas provisões são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração a opinião de assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho de causa.

c) Redução ao valor recuperável de ativos

A Banrisul Cartões revisa periodicamente seus ativos financeiros, com o intuito de verificar se ocorreu perda no valor contábil dos mesmos. Essas perdas podem ser ocasionadas pelo não pagamento ou atraso por parte do devedor, por indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

NOTA 04 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2016	2015
Depósito à Vista	24.981	11
Cotas de fundos de investimento (a)	403.422	305.818
Total	428.403	305.829

a) a rentabilidade média dos fundos no ano de 2016 foi de 13,68% (13,11% em 2015).

NOTA 05 CLIENTES

	2016	2015
Valores a faturar (a)	8.448	8.901
Contas a receber de conveniados	67.645	66.625
Contas a receber de emissores (b)	1.233.698	1.416.559
Contas a receber de emissores - Banrisul (c)	576.912	566.480
Contas a receber - Tarifas (d)	59.752	60.002
Provisão para devedores duvidosos	(6.320)	(4.150)
Total	1.940.134	2.114.417

(a) O saldo corresponde aos valores transacionados nos cartões de benefícios pós-pagos e os serviços contratados por meio do sistema de manutenção de frotas que estão aguardando o fechamento da agenda financeira, conforme os prazos definidos nos convênios.

(b) O saldo corresponde ao valor original das transações realizadas pelos portadores de cartões de crédito e débito emitidos por instituições licenciadas pelas bandeiras.

(c) O saldo corresponde aos valores a receber do Banrisul em decorrência das transações realizadas com o cartão Banricompras.

(d) O saldo corresponde aos valores a receber referente às taxas de MDR (Merchant Discount Rate) e as tarifas cobradas pelo serviço da rede de Adquirência. O MDR refere-se ao percentual sobre as transações cobradas dos estabelecimentos comerciais.

A composição da carteira de clientes por vencimento está apresentada a seguir:

	2016	2015
Valores a vencer		
Até 90 dias	1.644.094	1.730.632
Acima de 90 dias	284.217	366.348
Vencidos:		
Até 90 dias	6.072	11.533
Entre 91 e 180 dias	641	2.883
Entre 181 e 360 dias	1.651	2.453
Acima de 360 dias	9.780	4.718
(-) Provisão para devedores duvidosos	(6.320)	(4.150)
Total	1.940.134	2.114.417

Constituição da provisão para devedores duvidosos:

	2016	2015
Saldo anterior	(4.150)	(2.958)
Créditos recuperados no exercício	131	49
Créditos provisionados no exercício	(2.302)	(1.241)
Saldo final	(6.320)	(4.150)

NOTA 06 IMOBILIZADO

	Taxa %	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido em 2016	Saldo Líquido em 2015
Sistemas de comunicação	10,0	135	(27)	108	108
Equipamentos de informática	20,0	81	(31)	50	59
Equipamentos de captura	33,3	4.664	(3.372)	1.292	1.793
Total		4.880	(3.430)	1.450	1.960

	31/12/2015	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2016
Sistemas de comunicação	108	13	-	(13)	108
Equipamentos de informática	59	-	-	(9)	50
Equipamentos de captura	1.793	996	-	(1.498)	1.292
Total	1.960	1.009		(1.520)	1.450

NOTA 07 CARTÕES EM CIRCULAÇÃO

	2016	2015
Alimentação e refeição	54.466	51.700
Salário	5.236	3.837
Cultura	2.429	2.313
Combustível e Manutenção Frota	-	828
Demais cartões	1.069	1.299
Total	63.200	59.977

NOTA 08 CONTAS A PAGAR A ESTABELECIMENTOS

	2016	2015
Contas a pagar - lojistas (a)	1.676.230	1.874.964
Demais contas a pagar (b)	20.572	16.463
Total	1.696.802	1.891.427

a) Saldo composto por contas a pagar aos estabelecimentos já deduzidos as antecipações dos recebimentos de vendas solicitados pelos lojistas junto à Rede de Adquirência Vero.

b) Saldo correspondente às obrigações com os parceiros, fornecedores e emissores.

A composição do contas a pagar por vencimento está apresentada a seguir:

	2016	2015
Valores a vencer		
Até 90 dias	1.469.170	1.577.010
Acima de 90 dias	227.632	314.417
Total	1.696.802	1.891.427

NOTA 09 PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Banrisul Cartões, na execução de suas atividades normais, é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível. As provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa.

A Banrisul Cartões provisiona integralmente o valor das ações cuja avaliação de perda é classificada como provável. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

(a) Movimentação das provisões

	Cível	Trabalhista	Total
Saldo em 31/12/2014	32	6.783	6.815
Adições	96	2.073	2.169
Reversões	-	(783)	(783)
Pagamentos	(41)	(3.677)	(3.718)
Saldo em 31/12/2015	88	4.396	4.483
Adições	374	1.816	2.190
Reversões	(19)	(281)	(300)
Pagamentos	(14)	(960)	(974)
Saldo em 31/12/2016	429	4.971	5.399

Da provisão mencionada, já foi depositado judicialmente o montante de R\$ 2.716 (R\$ 2.484 em 2015) para Depósitos Judiciais - MCP (Mandato de citação e penhora) e R\$ 199 (R\$ 313 em 2015) para Depósito Recursal.

(b) Causas possíveis

	2016	2015
Cível	3.128	2.703
Tributária	95	14.646
Trabalhista	4.368	5.754
Saldo final	7.591	23.103

Contingências cíveis

As ações cíveis referem-se principalmente a ações revisionais de débitos de cartão de crédito quando este produto era administrado pela Companhia, anterior ao ano de 2007.

Contingências tributárias

Em 2015 havia na esfera judicial três ações executivas vinculadas a ação anulatória de débito fiscal ajuizada em 2007, visando à desconstituição de lançamentos referentes a IRPJ e CSLL. A ação anulatória foi

julgada totalmente procedente para declarar a nulidade dos créditos tributários, com trânsito em julgado. Referente ao processo da esfera administrativa, atualmente, há recurso interposto pela Companhia pendente de julgamento no CARF (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais).

Contingências trabalhistas

Existem contingências trabalhistas que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 4.368 (R\$ 5.754 em 2015).

De acordo com as práticas contábeis não foi registrada provisão para riscos sobre as causas de perdas possíveis.

NOTA 10 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas por provisões temporariamente indedutíveis, oriundo das provisões para riscos trabalhistas e cíveis (Nota 9), das depreciações calculadas com base na vida útil dos bens (Nota 6) e benefícios pós-emprego (Nota 20), e estão classificados no ativo circulante e não circulante. Sobre esse valor é aplicada alíquota de 34% de imposto de renda e contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. Os valores apresentados são revisados mensalmente.

Composição do imposto de renda e a contribuição social diferidos:

	2016				2015			
	Ativo	Passivo	PL	Líquido	Ativo	Passivo	PL	Líquido
Saldo inicial	1.882	(153)	48	1.777	2.539	(129)	-	2.410
Constituição	1.001	(22)	(338)	640	917	(24)	-	893
Reversão	(592)	-	22	(570)	(1.574)	-	48	(1.526)
Saldo final	2.290	(175)	(267)	1.847	1.882	(153)	48	1.777

O saldo passivo está contabilizado no não circulante, em provisões para outros passivos.

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem. A projeção da Administração para realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é apresentada abaixo:

	2016
2017	369
2018	369
2019	369
2020	369
Após 2021	814
Total	2.290

O valor presente dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 1.542.

NOTA 11 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O Capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 300.000 (R\$ 250.000 em 2015), dividido em 2.785.801 cotas. Conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2016, foi aprovado o aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 50.000 (R\$ 100.000 em 2015). Para efetivação do aumento de capital social foi utilizado parcialmente o saldo proveniente da reserva de expansão.

(b) Distribuição de resultado

O lucro líquido do exercício, no valor de R\$ 206.224, terá as seguintes destinações: (i) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social; (ii) dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado. O lucro restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

(c) Reserva de expansão

Para atender a projetos de investimento e expansão, a Companhia reteve parte dos lucros do exercício. A retenção está justificada pelo orçamento de capital, aprovado pelo Conselho de Administração no dia 16 de dezembro de 2016.

NOTA 12 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2016	2015
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	309.875	241.193
Adições (exclusões) - IRPJ		
Cotas audiovisual	-	237
Provisão para passivos contingentes	916	(2.332)
Patrocínios, doações, gratificações e incentivos	3.017	2.614
Tributos não recuperáveis	-	-
Outras adições (exclusões)	198	606
Adições (exclusões) - CSLL		
Cotas audiovisual	-	-
Provisão para passivos contingentes	916	(2.332)
Patrocínios, doações, gratificações e incentivos	3.017	2.614
Tributos não recuperáveis	-	-
Outras adições (exclusões)	198	571
(=) Base do IRPJ corrente	314.006	242.318
(=) Base do CSLL corrente	314.006	242.046
Imposto de renda	75.460	57.942
Outros	-	21
Contribuição social	28.261	21.785
IRPJ e CSLL correntes	103.721	79.748
IRPJ e CSLL diferidos	(70)	633
IRPJ e CSLL registrados no resultado	103.650	80.381
Alíquota efetiva	33,00%	33,01%

NOTA 13 COMPOSIÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2016	2015
Receita bruta	659.108	501.245
Impostos e descontos incidentes sobre serviços	(95.070)	(74.301)
Receita operacional líquida	564.038	426.944

A receita operacional bruta é proveniente dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações realizadas com cartões de crédito e débito, mensalidade dos equipamentos de captura, da prestação de serviços da utilização de rede e dos serviços de administração dos cartões de benefícios e empresariais.

NOTA 14 CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	2016	2015
Pessoal	(14.446)	(12.826)
Processamento de dados e comunicação (a)	(68.632)	(65.538)
Intercâmbio (b)	(191.847)	(133.368)
Custo de software e manutenção (c)	(48.739)	(21.719)
Outros custos	(6.558)	(5.624)
Total	(330.222)	(239.075)

(a) Representados pelos custos de captura e processamento dos cartões de débito, crédito e de benefícios.

(b) Taxas cobradas pelos bancos emissores e bandeiras nas transações dos cartões de crédito e débito.

(c) Valor devido aos parceiros pelo fornecimento de software cobrado sobre parcela dos valores transacionados, nas transações dos cartões de débito e crédito, e pela manutenção dos equipamentos.

NOTA 15 DESPESAS ADMINISTRATIVAS E DE PESSOAL

	2016	2015
Honorários a pessoas jurídicas	(125)	(628)
Serviço de terceiros – ressarcimento Banrisul	(634)	(3.051)
Patrocínios	(3.017)	(2.613)
Publicidade e propaganda	(3.760)	(2.742)
Aluguel de imóveis	(2.489)	(1.062)
Tributos – ressarcimento Banrisul	(397)	(1.546)
Outros	(5.933)	(804)
Total despesas administrativas	(16.355)	(12.446)
Ordenados	(2.149)	(1.964)
Ordenados – ressarcimento Banrisul	(12.249)	(10.548)
Comissões – ressarcimento Banrisul	(2.994)	(2.742)
Diretoria e conselhos	(1.071)	(704)
Outros	(281)	(491)
Total despesas de pessoal	(18.744)	(16.449)
Total	(35.099)	(28.899)

NOTA 16 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	2016	2015
Despesas de provisão para riscos trabalhistas e cíveis	(1.999)	(2.169)
Despesa de serviços – Bandeiras	(2.512)	(1.705)
Tributos não recuperáveis	-	(1.425)
Provisão para devedores duvidosos	(2.302)	(1.241)
Outros	(1.913)	(2.192)
Total de outras despesas operacionais	(8.726)	(8.732)
Reversão de provisão para riscos trabalhistas e cíveis	-	783
Recuperação de encargos e salários	2.304	1.873
Outros	478	373
Total de outras receitas operacionais	2.782	3.029
Total	(5.943)	(5.703)

NOTA 17 TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

	2016		2015	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.				
Caixa e equivalentes de caixa	428.403	46.292	305.829	29.958
Clientes	593.946	5	587.551	12
Outros	120	-	136	-
Dividendos	(48.873)	-	(38.811)	-
Custos e despesas com a prestação dos serviços				
Reembolso custo/despesa de pessoal	(2.318)	(26.650)	(2.352)	(23.375)
Reembolso custo/despesa de comunicação, processamento e insumos	(2.491)	(31.103)	(2.011)	(20.006)
Reembolso despesas gerais	(2.197)	(6.263)	(2.409)	(7.306)
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	-	(181)	-	(192)
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios				
Clientes	2	-	1	-
Dividendos	(105)	-	(82)	-
Banrisul Armazéns Gerais S.A.				
Clientes	133	-	-	-
Outros	56	-	52	-
Banrisul Corretora S.A.				
Clientes	5	-	-	-
Estado do Rio Grande do Sul.				
Clientes	2.174	48	3.366	65

Estas transações foram contratadas a condições compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes na data das operações.

A Companhia possui contrato com o Banrisul, abrangendo também as subsidiárias, para fornecimento de serviço de cartões alimentação e refeição e para cedência mútua de empregados. Além disso, existe acordo operacional que regula a prestação de serviços entre o Banrisul e a Banrisul Cartões, cujos custos são ressarcidos mensalmente pelas partes.

NOTA 18 REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

No exercício de 2016 a remuneração dos administradores e conselhos, incluindo salários, benefícios e encargos, totalizaram R\$ 1.550 (R\$ 1.236 em 2015).

A Companhia informa que não existem contratos relevantes com seus administradores que necessitem de divulgação. Adicionalmente, a Banrisul Cartões não possui política de remuneração através de plano baseado em ações.

NOTA 19 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Banrisul Cartões não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos ou outro ativo de risco.

a) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros da Companhia são substancialmente o caixa e equivalentes de caixa, clientes, cartões em circulação e contas a pagar. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

		2016	
	Categoria	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	428.403	428.403
Clientes	Empréstimos e recebíveis	1.940.134	1.940.134
Cartões em circulação	Outros passivos financeiros	63.200	63.200
Contas a pagar	Outros passivos financeiros	1.696.802	1.696.802

		2015	
	Categoria	Valor Contábil	Valor de Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	305.829	305.829
Clientes	Empréstimos e recebíveis	2.122.000	2.122.000
Empréstimos	Valor justo por meio do resultado	17.495	17.495
Cartões em circulação	Outros passivos financeiros	59.977	59.977
Contas a pagar	Outros passivos financeiros	1.891.427	1.891.427

b) Risco de liquidez

A Banrisul Cartões atende à Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez do Banrisul, seu controlador. Para a efetividade da gestão e atendimento às normativas do BACEN (Resolução nº 4.282/13 e Circular nº 3.681/13), a Companhia estabelece políticas e procedimentos específicos que visam evitar possível escassez de caixa, descasamento no fluxo de caixa, incapacidade em honrar as obrigações e incapacidade em converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural.

A Companhia mitiga o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. Além disso, a Banrisul Cartões mantém adequadas reservas de recursos e linhas de crédito para captação de possíveis empréstimos que julgue necessário.

c) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado à possibilidade de ocorrência de perdas para a Companhia, associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Para atenuar esse risco e estar em consonância com as normativas do BACEN (Resolução nº 4.282/13 e Circular nº 3.681/13), a Banrisul Cartões atende à Política de Gerenciamento do Risco de Crédito do Banrisul e estabelece políticas e procedimentos específicos para identificar, mensurar, monitorar e mitigar os riscos de crédito aos quais está exposta.

A Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes. No que tange às instituições financeiras, a Companhia concentra suas aplicações financeiras no Banrisul, seu controlador.

d) Risco de mercado

A Banrisul Cartões possui aplicações em fundos de investimentos em renda fixa, com prazo médio inferior a 365 dias e resgate automático. A Companhia não possui instrumentos financeiros atrelados a taxas de câmbio, contratos de instrumentos derivativos de swap ou de quaisquer outros produtos. A Companhia considerou como aceitável e não relevante a sua exposição ao risco mencionado acima.

e) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – aplicações financeiras

Buscando aprimorar a gestão de riscos e estar em conformidade com as práticas e governança corporativa atendendo as exigências da Instrução Normativa CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Banrisul Cartões realizou a análise de sensibilidade das suas posições classificadas como passíveis de Risco de Taxas de Juros. Foram aplicados choques para mais e para menos nos seguintes Cenários: 1% (Cenário 1), 25% (Cenário 2) e 50% (Cenário 3).

Para a elaboração dos cenários que compõem o quadro de análises de sensibilidade foram levadas em consideração as situações propostas pela Instrução Normativa CVM nº 475, no qual seriam as seguintes condições:

Cenário 1: Situação provável. Foi considerada como premissa a deterioração de 1% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes no dia 31 de dezembro de 2016.

Cenário 2: Situação possível. Foi considerada como premissa a elevação de 25% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes no dia 31 de dezembro de 2016.

Cenário 3: Situação remota. Foi considerada como premissa a elevação de 50% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes no dia 31 de dezembro de 2016.

O quadro abaixo apresenta a maior perda esperada considerando os cenários 1, 2 e 3 e suas variações para mais e menos.

Cenário	2016			2015		
	1	2	3	1	2	3
Taxa de juros	311	7.619	14.931	218	5.364	10.527
Total	311	7.619	14.931	218	5.364	10.527

Definições:

- Taxa de juros - Exposições sujeitas a variações de taxas de juros pré-fixadas e cupons de taxas de juros.
- Renda variável - Exposições sujeitas à variação do preço de ações.

Para o ano de 2016, do Cenário 2 para o Cenário 3, a variação é de 95,96%. A maior perda esperada nestes Cenários do Teste de Sensibilidade, ocorre no Cenário 3 no valor total de R\$ 14,9 milhões.

NOTA 20 OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO PÓS-EMPREGO A EMPREGADOS

A Banrisul Cartões é patrocinadora da Fundação Banrisul de Seguridade Social e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul que, asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários.

A Fundação Banrisul de Seguridade Social é dotada de autonomia administrativa, tendo como finalidade instituir planos de benefícios de natureza previdenciária aos seus participantes, empregados das patrocinadoras e respectivos beneficiários, mediante contribuições específicas, estabelecidas em seus planos e respectivos regulamentos.

A Política Previdencial da Banrisul Cartões executada pela Fundação Banrisul de Seguridade Social, instituída em 29 de janeiro de 1963 em conformidade com a legislação então vigente, tem como fundamentação legal o artigo 202 da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, as Leis Complementares nº 108 e nº 109 de 29 de maio de 2001, demais normas legais em vigor emanadas por órgãos reguladores da Previdência Social ligada ao Ministério da Fazenda (anteriormente Ministério do Trabalho e da Previdência Social – MTPS), com o Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), o Estatuto Social da Entidade Gestora e respectivos regulamentos dos Planos de Benefícios, também em concordância com a Resolução de nº 3.792/09 do CMN, alterada por Resolução Bacen nº 3.846 de 25 de março de 2010, Resolução Bacen nº 4.275, de 31 de outubro de 2013 em que é designado pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão o Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado para a Gestão dos Investimentos – AETQ, Resolução Bacen nº 4.449 de 20 de novembro de 2015 e Resolução Bacen nº 4.469 de 25 de maio de 2016.

Os Planos de Benefícios que dão suporte à Política de Previdência Complementar da Banrisul Cartões se fundamentam nos respectivos regulamentos dos planos, nos quais constam todos os direitos e obrigações dos Participantes e, das Patrocinadoras, o Plano de Custeio Atuarial, os prazos legais, a forma de pagamento das contribuições mensais e dos benefícios, o tempo de contribuição mínima e outros parâmetros necessários para o dimensionamento atuarial. Todos os Regulamentos são aprovados pelos órgãos legais internos de gestão, pela(s) Patrocinadora(s) e pelos órgãos federais de supervisão e regulação conforme legislação em vigor. Em conformidade com a Instrução Previc nº 23, de 26 de junho de 2015, foi designado pelo Conselho Deliberativo da Fundação Banrisul o Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios – ARPB.

O conjunto de hipóteses e métodos adotados nos cálculos atuariais resultou de processo de interação entre a consultoria externa responsável pelos cálculos atuariais dos Planos de Benefícios administrados pela Fundação Banrisul, a Diretoria Executiva e os representantes do Conselho Deliberativo da Fundação, e conta com o aval das patrocinadoras dos Planos de Benefícios I e Saldado (modalidade de “benefício definido”) e dos Planos FBPREV e FBPREV II (modalidade de “contribuição variável”), conforme determina a Resolução MPS/CGPC n° 18/2006, e as suas alterações posteriores conforme Resolução MPS/CNPC n° 9/2012, Resolução MPS/CNPC n° 15/2014 e Resolução MPS/CNPC n° 22/2015.

(a) Principais premissas

As principais premissas a seguir foram definidas com base nas informações vigentes em 31 de dezembro de 2016 e 2015, sendo revisadas anualmente.

Hipóteses econômicas		31/12/2016	31/12/2015
Taxa de Desconto Nominal		11,14% a.a.	12,60% a.a.
Taxa de Inflação de Longo Prazo		4,85% a.a.	5,00% a.a.
Taxa de Crescimento Salarial Futuro		8,58% a.a.	8,74% a.a.
Taxa de Crescimento dos Benefícios da Previdência Social e dos Limites		4,85% a.a.	5,00% a.a.
Taxa de Crescimento do Custo Farmácia		5,85% a.a.	6,00% a.a.
Hipóteses demográficas		31/12/2016	31/12/2015
Tábua de Mortalidade de Válidos	AT-2000, segregada por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10%	AT-2000, segregada por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10%	
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB 1983 desagravada em 50%	RRB 1983 desagravada em 50%	
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Forte, específica por sexo, desagravada em 60%	Light Forte, desagravada em 50%	
Tábua de Rotatividade	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência dos patrocinadores agravada em 125%	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência dos patrocinadores agravada em 125%	

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, ajustadas de acordo com o perfil demográfico dos empregados da Banrisul Cartões.

O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam um conjunto de premissas econômicas, financeiras e biométricas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Banrisul Cartões determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, observando os princípios estabelecidos pela Deliberação n° 695/12 da CVM, a qual é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Banrisul Cartões considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, denominados em reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimentos próximos dos prazos das respectivas obrigações.

Em conformidade com a Instrução MPS/Previc n° 12, de 13 de outubro de 2014, alterada pelas Instruções Previc n° 22, de 15 de abril de 2015 e n° 24, de 08 de setembro de 2015, combinadas com a Instrução Previc n° 23, de 26 de junho de 2015, com a Resolução CNPC n° 22, de 25 de novembro de 2015 e Portaria Previc n° 30 de 20 de janeiro de 2016, a Fundação Banrisul de Seguridade Social elabora estudos visando ao estabelecimento do perfil dos vencimentos das obrigações dos Planos de Benefícios com a apuração do duration e outras análises de distribuição do pagamento dos benefícios.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

(b) Descrições dos planos e outros benefícios de longo prazo

Plano de Benefícios I (PBI) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de “benefício definido”, abrangem aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão, auxílio-funeral e abono anual.

A contribuição normal do participante ativo corresponde a importância mensal equivalente ao produto da aplicação das seguintes taxas:

- (i) Um percentual geral fixado em 3% (três por cento) aplicável ao salário de participação;
- (ii) Um primeiro percentual adicional igual a 2% (dois por cento), aplicável ao excesso (se existir) do salário de participação sobre a metade do maior salário de benefício da Previdência Social; e
- (iii) Um segundo percentual adicional igual a 7% (sete por cento), aplicável ao excesso (se existir) do salário de participação sobre o maior salário de benefício da Previdência Social.

O Plano de Benefícios I foi fechado para novas adesões a partir de julho de 2009.

Plano de Benefícios Saldado (PBS) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de “benefício definido”, abrangem benefício saldado de aposentadoria, benefício saldado de invalidez, pensão por morte, auxílio-funeral e abono anual.

Não haverá contribuição normal ao plano de benefício saldado e, quando estiver apto a se aposentar, receberá um benefício proporcional ao tempo que contribuiu ao PBI.

Plano de Benefícios FBPREV II - os benefícios assegurados por esse plano, na modalidade de “contribuição variável”, abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, aposentadoria antecipada e auxílio-funeral, e benefícios com características de benefício definido, que são a aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- (i) Parcela básica: 3% a 5% aplicado sobre o salário de participação;
- (ii) Parcela adicional: pode variar entre 5% e 10% aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- (iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente pelo atuário, para cobrir 50% dos custos dos benefícios de risco e de 50% das despesas administrativas do plano calculadas em 15% sobre o total das demais contribuições.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

A Banrisul Cartões contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano de Benefícios FBPREV - os benefícios assegurados por esse plano, na modalidade de “contribuição variável”, abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, aposentadoria antecipada e auxílio-funeral, e benefícios com características de benefício definido, que são a aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- (i) Parcela básica: 1% a 3% aplicado sobre o salário de participação;
- (ii) Parcela adicional: pode variar entre 1% e 7,5% aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- (iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente pelo atuário, para cobrir 50% dos custos dos benefícios de risco e de 50% das despesas administrativas do plano calculadas em 15% sobre o total das demais contribuições.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

A Banrisul Cartões contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano de Saúde, Odontológico e Auxílio Medicamento - a Banrisul Cartões oferece planos de saúde e odontológico e auxílio-medicamento, por meio da Cabergs, a seus funcionários ativos e aos aposentados pela Fundação Banrisul.

Prêmio Aposentadoria (Benefício Pós-Emprego) - a Banrisul Cartões concede aos seus funcionários um prêmio por aposentadoria que é pago integralmente na data em que o funcionário se desliga da empresa por aposentadoria.

(c) Principais Riscos Atuariais

A Banrisul Cartões e a Fundação Banrisul de Seguridade Social juntos poderão realizar estudos de confrontação ativo/passivo com o objetivo de buscar operações no mercado financeiro de capitais e de seguros, visando à redução ou eliminação dos riscos atuariais dos Planos.

Por meio de seus planos de benefícios definidos, a Banrisul Cartões está exposta a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

Volatilidade dos Ativos - as obrigações do plano são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos privados ou do governo, na ausência de mercado ativo; caso os ativos do plano não atinjam essa rentabilidade, isso criará um déficit. Os planos do Brasil e dos Estados Unidos mantêm uma proporção significativa de ações, cujo rendimento se espera que supere o dos títulos privados no longo prazo, enquanto resultará em volatilidade e risco no curto prazo.

Variação na Rentabilidade dos Títulos - uma diminuição na rentabilidade de títulos privados ou governamentais resultará no aumento das obrigações do plano, embora essa variação seja compensada parcialmente por um aumento no valor justo dos títulos detidos pelos planos.

Risco de Inflação - algumas obrigações dos planos de pensão do Banrisul são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações (embora, em muitos casos, existem limites ao nível de reajustes inflacionários permitidos para proteger o plano contra taxas extremas de inflação). A maior parte dos ativos do plano ou não são afetados (títulos com juros pré-fixados) ou têm uma pequena correlação (ações) com a inflação, o que significa que uma alta na inflação resultará também em alta no déficit.

Expectativa de Vida - a maior parte das obrigações dos planos consiste na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos.

d) Avaliações Atuariais

O resumo da composição do (ativo)/passivo atuarial líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, preparados com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2016 e de acordo com CPC 33 (R1), é demonstrado a seguir:

Obrigações (Ativo) Registradas no Balanço Patrimonial com Benefícios de:	31/12/2016	31/12/2015
Planos de Previdência		
Plano de Benefícios I (PBI)	786	63
Plano de Benefícios Saldado (PBS)	209	-
Plano de Benefícios FBPREV II (FBPREV II)	-	-
Plano de Benefícios FBPREV (FBPREV)	-	-
Planos de Saúde, Odontológico e Medicamento	(517)	(451)
Prêmio Aposentadoria ⁽¹⁾	307	246
Total	785	(142)

(1) A esse montante deverá ser considerado o valor de R\$ 123 (2015 – R\$ 99) referente à complementação de encargos incidentes sobre a provisão de prêmio de aposentadoria, totalizando R\$ 430 (2015 – R\$ 345).

A composição do ativo/(passivo) atuarial líquido preparado com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2015 e 2016 de acordo com o CPC 33 (R1) é demonstrada a seguir:

Movimentação da Posição Líquida do Balanço em 31/12/2015	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(4.732)	(9.686)	(217)	(17)	(477)	(246)
Valor Justo dos Ativos	4.669	10.056	248	22	928	-
Superávit/ (Déficit)	(63)	370	31	5	451	(246)
Teto do Ativo	-	(370)	(31)	(5)	-	-
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido	(63)	-	-	-	451	(246)

Movimentação da Posição Líquida do Balanço em 31/12/2016	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(6.776)	(11.981)	(237)	(12)	(582)	(307)
Valor Justo dos Ativos	5.990	11.772	299	26	1.099	-
Superávit/ (Déficit)	(786)	(209)	62	14	517	(307)
Teto do Ativo	-	-	-	-	-	-
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido	(786)	(209)	62	14	517	(307)

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais em 31/12/2015	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Em 1º de Janeiro	5.497	10.416	203	12	440	161
Custo de Serviço Corrente	-	-	5	-	1	6
Custo Financeiro	580	1.112	22	-	47	18
Contribuições dos Participantes do Plano	103	26	1	1	-	-
(Ganhos) /Perdas Atuariais - Experiência	(133)	(359)	19	4	61	83
(Ganhos) /Perdas Atuariais – Premissas Financeiras	(626)	(1.009)	(13)	-	(43)	(22)
Benefícios Pagos sobre Ativos do Plano	(689)	(500)	(20)	-	(16)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Companhia	-	-	-	-	(13)	-
No Final do Período	4.732	9.686	217	17	477	246

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais em 31/12/2016	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Em 1º de Janeiro	4.732	9.686	217	17	477	246
Custo de Serviço Corrente	-	-	-	-	-	8
Custo Financeiro	560	1.162	26	2	58	31
Contribuições dos Participantes do Plano	183	26	-	-	-	-
(Ganhos) /Perdas Atuariais - Experiência	1.120	477	(2)	(6)	15	(2)
(Ganhos) /Perdas Atuariais -Premissas Demográficas	-	(47)	(1)	(1)	-	-
(Ganhos) /Perdas Atuariais – Premissas Financeiras	871	1.270	19	-	61	24
Benefícios Pagos sobre Ativos do Plano	(690)	(593)	(22)	-	(15)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Companhia	-	-	-	-	(14)	-
No Final do Período	6.776	11.981	237	12	582	307

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano em 31/12/2015	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Em 1º de Janeiro	5.278	10.533	232	19	819	-
Receitas de Juros sobre os Ativos do Plano	563	1.135	25	-	80	-
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	(586)	(1.220)	9	2	29	-
Contribuições do Empregador	-	82	1	-	-	-
Contribuições dos Empregados	103	26	1	1	-	-
Benefícios Pagos	(689)	(500)	(20)	-	-	-
No Final do Período	4.669	10.056	248	22	928	-

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano em 31/12/2016	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Em 1º de Janeiro	4.669	10.056	248	22	928	-
Receitas de Juros sobre os Ativos do Plano	561	1.218	30	3	103	-
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	1.267	983	43	1	68	-
Contribuições do Empregador	-	82	-	-	-	-
Contribuições dos Empregados	183	26	-	-	-	-
Benefícios Pagos	(690)	(593)	(22)	-	-	-
No Final do Período	5.990	11.772	299	26	1.099	-

Movimentação do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido do Plano em 31/12/2015	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	(786)	-	-	-	482	(161)
Custo dos Serviços Correntes	-	-	(5)	-	(1)	(6)
Juros sobre o Ativo/(Passivo) do Benefício Líquido	(17)	10	-	-	18	(18)
Efeitos da Correção Reconhecidos no Resultado Abrangente	173	(92)	4	-	26	(61)
Contribuições do Empregador	-	82	1	-	16	-
Benefícios Pagos	-	-	-	-	13	-
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	(630)	-	-	-	554	(246)

Movimentação do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido do Plano em 31/12/2016	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	(63)	-	-	-	451	(246)
Custo dos Serviços Correntes	-	-	-	-	-	(8)
Juros sobre o Ativo/(Passivo) do Benefício Líquido	1	9	-	-	(13)	(31)
Efeitos da Correção Reconhecidos no Resultado Abrangente	(724)	(300)	-	-	15	(22)
Contribuições do Empregador	-	82	-	-	15	-
Benefícios Pagos	-	-	-	-	14	-
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	(786)	(209)	-	-	482	(307)

Custo Estimado do Benefício Definido para o Exercício de 2017	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo dos Serviços Correntes	-	0	0	0	1	9
Juros Líquido sobre o Passivo/(Ativo) Atuarial	75	13	-	-	14	34
Despesa/(Receita) Atuarial Estimada	75	13	0	0	15	43

As estimativas de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos são demonstradas a seguir:

Período do Pagamento Estimado	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
2017	728	994	23	0	42	3
2018	720	1.031	23	0	43	4
2019	746	1.070	24	0	60	4
2020	772	1.108	24	0	53	5
2021	798	1.146	24	0	51	5
2022 a 2026	4.371	6.979	131	0	315	609

Outros dados acerca dos planos são demonstrados a seguir:

Quantidade de Participantes em 31/12/2015	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Ativos	-	2	3	2	0	5
Aposentados	27	25	3	0	40	-
Assistidos	-	-	0	-	0	-
Pensionistas	10	4	0	0	8	-
Total	37	31	6	2	48	5

Quantidade de Participantes em 31/12/2016	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Ativos	0	2	3	2	1	5
Aposentados	27	25	0	0	39	0
Assistidos	0	0	3	0	0	0
Pensionistas	10	4	0	0	9	0
Total	37	31	6	2	49	5

e) Análise de Sensibilidade

As premissas adotadas para o cálculo atuarial do plano de benefício definido têm um efeito significativo sobre os montantes divulgados. Apresenta-se a seguir o impacto no cálculo dos benefícios, considerando a alteração das premissas assumidas.

Plano de Benefícios I (PBI) - 31/12/2016			Impacto em %
31/12/2016	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	11,14%	+ 0,5%	-4,34%
Taxa de Desconto	11,14%	- 0,5%	4,72%
Tábua de Mortalidade	AT - 2000 ⁽¹⁾	10% acréscimo	-1,24%
Tábua de Mortalidade	AT - 2000 ⁽¹⁾	10% decréscimo	1,35%

Plano de Benefícios Saldado (PBS) - 31/12/2016			Impacto em %
31/12/2016	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	11,14%	+ 0,5%	-4,49%
Taxa de Desconto	11,14%	- 0,5%	4,88%
Tábua de Mortalidade	AT - 2000 ⁽¹⁾	10% acréscimo	-1,76%
Tábua de Mortalidade	AT - 2000 ⁽¹⁾	10% decréscimo	1,91%

Plano de Benefícios FBPREV II (FBPREV II) - 31/12/2016			Impacto em R\$ mil
31/12/2016	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	11,14%	0,5% aumento	229
Taxa de Desconto	11,14%	0,5% redução	246
Tábua de Mortalidade	AT - 2000 ⁽²⁾	10% aumento	233
Tábua de Mortalidade	AT - 2000 ⁽²⁾	10% redução	242

Plano de Benefícios FBPREV (FBPREV) - 31/12/2016			Impacto em R\$ mil
31/12/2016	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	11,14%	0,5% aumento	12
Taxa de Desconto	11,14%	0,5% redução	12
Tábua de Mortalidade	AT - 2000 ⁽¹⁾	10% aumento	13
Tábua de Mortalidade	AT - 2000 ⁽¹⁾	10% redução	11

Plano de Saúde - 31/12/2016			Impacto em R\$ mil
31/12/2016	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	11,14%	0,5% aumento	(13)
Taxa de Desconto	11,14%	0,5% redução	13
Tábua de Mortalidade	AT - 2000 ⁽²⁾	10% aumento	(5)
Tábua de Mortalidade	AT - 2000 ⁽²⁾	10% redução	4

Auxílio Medicamento - 31/12/2016			Impacto em R\$ mil
31/12/2016	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	11,14%	0,5% aumento	(13)
Taxa de Desconto	11,14%	0,5% redução	14
Tábua de Mortalidade	AT - 2000 ⁽³⁾	10% aumento	(9)
Tábua de Mortalidade	AT - 2000 ⁽³⁾	10% redução	10

Prêmio Aposentadoria - 31/12/2016			Impacto em %
31/12/2016	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	11,14%	+ 0,5%	-3,40%
Taxa de Desconto	11,14%	- 0,5%	3,50%
Tábua de Mortalidade	AT - 2000 ⁽¹⁾	10% acréscimo	-0,50%
Tábua de Mortalidade	AT - 2000 ⁽¹⁾	10% decréscimo	0,50%

(1) AT - 2000 Basic segregada por sexo suavizada em 10%

(2) AT - 2000 Basic suavizada em 10%

(3) AT - 2000 suavizada em 10%

NOTA 21 RESULTADO FINANCEIRO

	2016	2015
Rendimentos aplicações financeiras	46.292	29.952
Rendas com antecipação do recebimento de vendas (a)	69.758	53.725
Outros	3.683	6.089
Total receitas financeiras	119.733	89.766
Despesas financeiras (b)	(2.632)	(1.844)
Resultado financeiro	117.101	87.922

(a) Receita referente a taxa de desconto comercial obtida nas operações de antecipação do recebimento de vendas, quando da solicitação pelos estabelecimentos, para recebimento antecipado das transações com cartões efetivamente realizadas na Rede de Adquirência Vero.

(b) Despesas com tarifas bancárias, variação cambial, descontos concedidos e IOF (Imposto sobre Operações Financeiras).

NOTA 22 SEGMENTO OPERACIONAL

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios utilizados para tomada de decisões estratégicas, revisadas pela administração, e considera que os mercados de atuação estão segmentados conforme os serviços apresentados na nota explicativa nº 1.

Com relação às informações sobre a área geográfica, a Companhia possui operações realizadas no Brasil, concentradas na região sul.

A receita gerada pelos segmentos reportados é oriunda, principalmente dos serviços da Rede de Aquirência e da gestão dos Cartões de Benefícios e Empresariais Banricard, abaixo detalhados:

- a) Rede de Adquirência Vero: contempla os serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações realizadas com cartões de crédito e débito, bem como outros meios de pagamento e meios eletrônicos ou manuais destinados a transações não financeiras. A receita financeira obtida nas operações de antecipação do recebimento de vendas também integra o segmento da adquirência.
- b) Cartões de Benefícios e Empresariais Banricard: contempla os serviços de administração dos cartões de benefícios e empresariais relativos aos convênios alimentação, refeição, combustível, manutenção de frotas, gestão de despesas, cartão salário, desenvolvimento rural, entre outros.

2016		
	Rede de Adquirência Vero	Cartões de Benefícios e Empresariais Banricard
Receita de serviços	611.599	47.508
Receita de antec. recebimento de vendas	69.758	-
Total	681.357	47.508

2015		
	Rede de Adquirência Vero	Cartões de Benefícios e Empresariais Banricard
Receita de serviços	454.599	46.535
Receita de antec. recebimento de vendas	53.725	-
Total	508.324	46.535

Aos
Administradores, Conselheiros e Acionistas da
Banrisul Cartões S.A.
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul Cartões S.A. (Banrisul Cartões), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul Cartões em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Banrisul Cartões, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Banrisul Cartões, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, está sendo efetuada de forma espontânea pela Banrisul Cartões e foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Banrisul Cartões. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

As demonstrações financeiras da Banrisul Cartões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 5 de fevereiro de 2016 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Banrisul Cartões é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Banrisul Cartões continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Banrisul Cartões ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Banrisul Cartões são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Banrisul Cartões.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Banrisul Cartões. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Banrisul Cartões a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 30 de janeiro de 2017.



KPMG
Auditores Independentes
CRC 1SP014428/F-7

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul Cartões S.A., e no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II e VII do art. 163 da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016. Com base em nossos exames e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificação, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 01 de fevereiro de 2017.

Fernando Antonio Viana Imenes
Ronei Xavier Janovik
Vicente Jorge Soares Rodrigues
Conselheiros

DIRETORIA

Luiz Gonzaga Veras Mota
Presidente

Carlos Aluisio Vaz Malafaia
Elizabete Rejane Sodré Tavares
Antonio Carlos Antunes
Diretores

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Irany de Oliveira Sant'Anna Junior
Presidente

José Luiz Castro Mendel
Vice-Presidente

Manoel Andre da Rocha
Matteo Rota Chiarelli
Sergio Augusto Simon
Conselheiros

Ana Roselaine Leindeker da Silva
Contadora CRC RS 056194.0-7

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

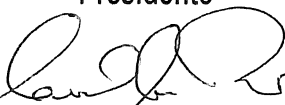
Na qualidade de membros do Conselho de Administração da Banrisul Cartões S.A. e no exercício das atribuições que nos conferem o artigo 142, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Valor Adicionado, Notas explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016. Com base em nossos exames, no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 30 de janeiro de 2017.



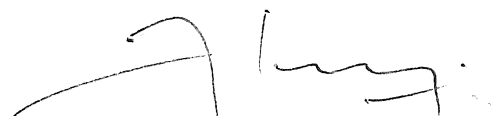
Irany de Oliveira Sant'Anna Junior

Presidente



Manoel André da Rocha

Conselheiro



José Luiz Castro Mendel

Vice-Presidente



Matteo Rota-Chiarelli

Conselheiro



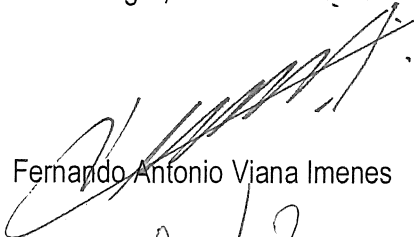
Sérgio Augusto Simon

Conselheiro

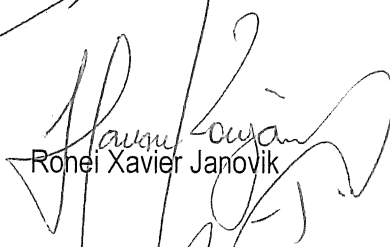
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul Cartões S.A., e no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II e VII do art. 163 da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016. Com base em nossos exames e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificação, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

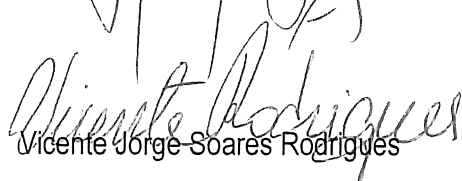
Porto Alegre, 01 de fevereiro de 2017.



Fernando Antonio Viana Imenes



Ronel Xavier Janovik



Vicente Jorge Soares Rodrigues

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : ANA ROSELAINE LEINDEKER DA SILVA
REGISTRO..... : RS-056194/O-7
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : 595.805.770-72

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 10.03.2017 as 11:03:49.

Válido até: 08.06.2017.

Código de Controle: 247407.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Banrisul - Armazéns Gerais
BAGERGS



KPMG Auditores Independentes
Av. Borges de Medeiros, 2.233 - 8º andar
90110-150 - Porto Alegre/RS - Brasil
Caixa Postal 199 - CEP 90001-970 - Porto Alegre/RS - Brasil
Telefone +55 (51) 3303-6000, Fax +55 (51) 3303-6001
www.kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Ao
Conselho de Administração e Acionistas da
Banrisul Armazéns Gerais S.A.
Canoas-RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul Armazéns Gerais S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes

O exame do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo nessa data e preparados originalmente antes dos ajustes de reclassificação, descritos na Nota Explicativa nº 2, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditoria



sem modificações, com data de 24 de março de 2016. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 examinamos os ajustes nos valores correspondentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, que em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre ele tomado em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam



influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 16 de fevereiro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2016	2015		Nota	2016	2015
Ativo				Passivo			
Caixa e equivalentes de caixa	4	353	299	Fornecedores e outras contas a pagar		929	487
Aplicações financeiras	5	26.878	22.999	Empréstimos e financiamentos	9	654	754
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	6	1.543	2.917	Passivo fiscal corrente		394	696
Outros créditos	7	1.059	719	Outras obrigações	11	5.853	4.930
				Provisões		169	-
Total do ativo circulante		29.833	26.934	Total do passivo circulante		7.999	6.867
Ativo fiscal diferido	13.b	685	662	Empréstimos e financiamentos	9	1.379	2.362
Depósitos judiciais	7	1.008	984	Provisão para contingências	10	1.396	1.501
Outros créditos	7	199	145				
Total do realizável a longo prazo		1.892	1.791	Total do passivo não circulante		2.775	3.863
Investimentos		18	18	Patrimônio líquido	14		
Imobilizado	8	16.995	17.558	Capital social		34.100	34.100
Intangível		372	502	Reserva de capital		231	231
				Reservas de lucros		4.005	1.742
		17.385	18.078	Total do patrimônio líquido		38.336	36.073
Total do ativo não circulante		19.277	19.869	Total do passivo e do patrimônio líquido		49.110	46.803
Total do ativo		49.110	46.803				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação, apresentado em Reais)

	Nota	2016	2015
Receita	15	12.140	16.650
Custo dos serviços prestados	16	(7.040)	(7.209)
Lucro bruto		5.100	9.441
Outras receitas	17	6.340	1.098
Despesas com vendas		(235)	(137)
Despesas administrativas	16	(10.124)	(9.827)
Outras despesas		(170)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		911	575
Receitas financeiras	5	3.359	2.726
Despesas financeiras		(171)	(252)
Resultado financeiro		3.188	2.474
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		4.099	3.049
Imposto de renda e contribuição social	13.a	(1.130)	(1.169)
Lucro líquido do exercício		2.969	1.880
Número de ações ordinárias		700	700
Lucro líquido por ação básico e diluído (em R\$)		4,2414	2,6857

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	2.969	1.880
Total do resultado abrangente do exercício	2.969	1.880

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2014		31.550	231	2.858	-	34.639
Aumento de capital		2.550	-	(2.550)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.880	1.880
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal		-	-	94	(94)	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	1.340	(1.340)	-
Dividendos		-	-	-	(446)	(446)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		34.100	231	1.742	-	36.073
Aumento de capital	14.a	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	2.969	2.969
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	14.b	-	-	148	(148)	-
Reserva de retenção de lucros	14.c	-	-	2.115	(2.115)	-
Dividendos	14.b	-	-	-	(706)	(706)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		34.100	231	4.005	-	38.336

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	4.099	3.049
Ajustado por:		
Depreciação	1.557	1.451
Amortização	62	110
Resultado da venda de imobilizado	(3.654)	(243)
Provisão para contingências	(105)	646
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(183)	2.358
Juros sobre empréstimos	171	145
	1.947	7.516
 Variação nos ativos e passivos:	 (2.207)	 (5.869)
Aplicações financeiras	(3.879)	(2.745)
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	1.265	(897)
Outros ativos	39	184
Fornecedores e outras contas a pagar	1.340	377
Outras obrigações	201	5
Passivo fiscal corrente	(302)	94
Pagamento de provisões	169	(1.223)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.040)	(1.664)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	(260)	1.647
 Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Compra de ativo imobilizado	(2.546)	(1.428)
Compra de ativos intangíveis	-	(128)
Recebimento pela venda de imobilizado	3.843	-
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento	1.297	(1.556)
 Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos	(983)	(683)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	(983)	(683)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	54	(592)
 Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no final do exercício	353	299
Saldo no início do exercício	299	891
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	54	(592)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
Receitas (1)		20.492	19.106
Receita da prestação de serviços	15	14.818	20.367
Outras receitas		5.490	1.097
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		184	(2.358)
Insumos adquiridos de terceiros (2)		(7.436)	(6.486)
Custos dos serviços prestados		(2.796)	(456)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(4.640)	(6.030)
Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)		13.056	12.620
Depreciação e amortização (4)		(1.619)	(1.561)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3) - (4) = (5)		11.437	11.059
Valor adicionado recebido em transferência (6)		3.359	2.726
Receitas financeiras		3.359	2.726
Valor adicionado total a distribuir (5+6)		14.796	13.785
Distribuição do valor adicionado		14.796	13.785
Pessoal		6.379	6.300
Remuneração direta		4.363	4.794
Benefícios		1.703	1.258
FGTS		313	248
Impostos, taxas e contribuições		5.126	5.172
Federais		4.572	4.564
Estaduais		28	45
Municipais		526	563
Remuneração de capitais de terceiros		322	433
Despesas financeiras		322	252
Aluguéis		-	181
Remuneração de capitais próprios		2.969	1.880
Dividendos		705	447
Lucros retidos		2.264	1.433

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Banrisul Armazéns Gerais S.A., (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil e controlada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (“Banrisul”). Sua sede localiza-se na Avenida Getúlio Vargas, 8201, Bairro São Luis, Canoas, Rio Grande do Sul.

Atua no ramo de armazéns gerais na locação de espaços para depósito, guarda e conservação de mercadorias e como porto seco, permissionária da Receita Federal, em regime de Entrepósito Aduaneiro de Importação e Exportação. Qualificada para instalar e operar em Depósito Alfandegado Público e Depósito Alfandegado Certificado através de permissão não onerosa com validade a partir da publicação no Diário Oficial da União em 22/10/2004, com prazo de vinte e cinco anos, renovável por mais dez anos.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). As práticas contábeis utilizadas foram apresentadas de forma consistente para todos os períodos divulgados.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 14 de fevereiro de 2017.

Apresentação de valores do exercício de 2015

Durante o exercício de 2016, a Companhia aprimorou a apresentação, no balanço patrimonial, de determinados ativos financeiros e obrigações. Como resultado os saldos apresentados nas demonstrações financeiras de 2015 foram agrupados/reclassificados para fins de comparabilidade, conforme demonstrado abaixo:

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	Anteriormente apresentado	Agrupamento/ reclassificação	Nova apresentação
Ativo			
Circulante			
Contas a receber de clientes	2.715	(2.715)	-
Partes relacionadas	202	(202)	-
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	-	2.917	2.917
Total do Ativo	2.917	-	2.917
Passivo			
Circulante			
Obrigações trabalhistas	550	(550)	-
Partes relacionadas	4.066	(4.066)	-
Retenções diversas	298	(298)	-
Outros passivos	16	(16)	-
Outras obrigações	-	4.930	4.930
Total do Passivo	4.930	-	4.930

Não há nenhum impacto sobre o lucro líquido por ação básico ou diluído da Companhia e nenhum impacto nas atividades operacionais, de investimento e financiamento nos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

3. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Utilização das estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas sobre as vidas úteis dos bens registrados no ativo imobilizado, provisão para devedores por armazenagem, provisões necessárias para riscos trabalhistas, provisões para imposto de renda e outras similares. Os valores efetivos a serem realizados podem apresentar variações em relação às estimativas.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

a) Reconhecimento das receitas

A receita de prestação de serviços é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e bonificações concedidos ao cliente e outras deduções similares, sendo que valores a receber ainda não faturados são calculados com base em estimativas do valor das receitas de prestações de serviço de armazenagem das mercadorias a serem desembaraçadas.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

A receita de aluguel é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do contrato. A Companhia não incorreu em custos diretos iniciais na negociação e preparação do leasing operacional que devam ser adicionados ao valor contábil dos ativos arrendados.

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto.

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa efetiva de juros.

b) Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado.

c) Tributação

Impostos sobre serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS - Programa de Integração Social	1,65%
ISSQN - Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	2,00%
FUNDAF - Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização	
- Importação	9,51%
- Exportação	6,03%

Esses encargos são apresentados como deduções de receitas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados deduzindo o custo dos serviços prestados na demonstração do resultado.

Fundaf

As receitas de serviços com importação e exportação de mercadorias estão sujeitas à tributação do FUNDAF - Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização nas alíquotas de 9,51% e 6,03%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções de receitas na demonstração do resultado.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo ou passivo circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando corresponderem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os tributos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Companhia não teve impostos registrados diretamente às rubricas do patrimônio líquido.

d) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável.

Constituída em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, a provisão para créditos de liquidação duvidosa é mensurada após identificação de atrasos superiores há noventa dias e os clientes que se encontram nessa situação são provisionados integralmente, exceto em situações que a administração renegociou os valores em atraso.

e) Imobilizado

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, em 2015 e 2016, conforme descrito abaixo:

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	Vida útil média ponderada
Edificações e benfeitorias	43 anos
Máquinas e equipamentos	9 anos
Móveis e utensílios	7 anos
Veículos	6 anos
Equipamentos de informática	3 anos
Instalações	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Em 2015 e 2016 não houve nenhum caso.

f) Intangível

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por softwares.

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas e valor recuperável.

Ativos intangíveis que possuem vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica pelo prazo de 5 anos e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não foram identificados eventos que indicassem que os ativos não financeiros não são realizáveis, desta forma, não há nesta data provisão para recuperação de ativos.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

h) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

i) Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do período.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: Aplicação Financeira - SIAC, classificado como ativo disponível para venda, e contas a receber de clientes, classificados como empréstimos e recebíveis. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros. A Companhia avalia, formalmente, a recuperabilidade do valor aplicado junto ao SIAC tomando por base o histórico de recebimentos, a capacidade de pagamento do devedor e outros mecanismos de recebimento que poderiam ser utilizados no âmbito do programa. Os principais passivos financeiros são contas a pagar a fornecedores e empréstimos, os quais são avaliados ao custo amortizado.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: a valor justo por meio do resultado; empréstimos e recebíveis, valores de fornecedores tratados ao custo amortizado.

j) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

k) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo, amortizado com o uso de método de taxa efetiva de juros.

l) Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

m) Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

n) Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/ obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os processos judiciais classificados como perda possível são divulgados em nota explicativa e os de perda remota não são divulgados, conforme CPC 25.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

o) Arrendamentos operacionais

Os arrendamentos operacionais referem-se a contratos de aluguéis de partes de seu imobilizado, explorados em conjunto com os serviços prestados. Os contratos são canceláveis pelas partes desde que comunicados previamente com 30 dias de antecedência.

p) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento e nos exercícios de 2016 e 2015 não transacionou operações de longo prazo (e tão pouco relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas.

q) Demonstrações dos fluxos de caixa e Demonstração do Valor Adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A demonstração do valor adicionado (DVA) foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

r) Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros,

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

- IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.
- IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil" - com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto em sua posição patrimonial, no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa	29	13
Bancos conta corrente	324	286
	353	299

5. Aplicações financeiras

	2016	2015
Circulante		
Aplicação Siac - Disponível para venda	23.393	20.879
Mantido para negociação	3.485	2.120
- CDB	2.228	1.568
- Fundos	1.257	552
	26.878	22.999

Os valores aplicados no SIAC - Sistema Integrado de Administração de Caixa do Estado do Rio Grande do Sul instituído pelo Decreto Estadual nº. 33.959, de 31 de maio de 1991, são remunerados com base na variação de 100% da taxa SELIC e o resgate desses valores depende de solicitação por parte da Banrisul Armazéns

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

Gerais S.A. e a disponibilidade da liberação desses recursos por parte do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Os rendimentos auferidos com a aplicação destes recursos foram registrados na rubrica receitas financeiras e totalizaram R\$ 2.884 (R\$ 2.484 em 2015). Os rendimentos auferidos com outras aplicações totalizam R\$ 475 (R\$ 242 em 2015). O total de receita financeira no exercício foi de R\$ 3.359 (R\$ 2.726 em 2015).

6. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

Composição das contas a receber de clientes:

	2016	2015
Clientes - Devedores por armazenagem	3.316	5.073
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(2.174)	(2.358)
Créditos com Controlador	401	202
	1.543	2.917

Em 31 de dezembro, os saldos das contas a receber de clientes por vencimento são os seguintes:

	2016	2015
A vencer	705	418
Vencidos:		
Até 30 dias	144	1.087
De 31 a 60 dias	20	191
De 61 a 90 dias	38	210
De 91 a 360 dias	60	529
Mais de 360 dias	2.349	2.638
	3.316	5.073

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, registrada em rubrica "Despesas administrativas" na demonstração do resultado:

	2016	2015
Saldo inicial	2.358	422
Reversão de provisão	(679)	(422)
Constituição de provisão	495	2.358
Saldo final	2.174	2.358

Durante o exercício a Companhia reconheceu provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 495, em função do não recebimento de valores relativos a serviços de armazenagem prestados.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

7. Outros créditos

Este agrupamento é composto de demais títulos, valores e outras contas a receber, normalmente não originadas do objeto principal da Companhia:

	2016	2015
Circulante		
Tributos a recuperar	298	-
Adiantamento a funcionários	51	44
Outros valores realizáveis	305	364
Despesas antecipadas	405	311
	1.059	719
Não circulante		
Depósitos judiciais	1.008	984
Cauções	111	57
Outros valores e bens BNU	88	88
	1.207	1.129

8. Imobilizado

A Companhia considera o valor de custo de seus ativos imobilizados compatível com o potencial de geração de benefícios econômicos de suas operações atuais.

Custo	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2016
Terrenos	5.262	74	(75)	-	5.261
Edificações e Benfeitorias	7.795	-	(854)	1.168	8.109
Móveis e Utensílios	792	-	(3)	5	794
Máquinas e Equipamentos	1.841	130	(5)	52	2.018
Equipamentos - Empilhadeira	2.621	-	(136)	-	2.485
Veículos	2.620	-	(15)	-	2.605
Instalações	5.305	-	(8)	-	5.297
Obras em Andamento	1.173	1.029	-	(1.225)	977
Equipamentos de Informática	449	-	-	-	449
Total	27.858	1.233	(1.096)	-	27.995

Depreciação acumulada	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2016
Edificações e Benfeitorias	(4.819)	(142)	589	-	(4.372)
Móveis e Utensílios	(524)	(44)	3	-	(565)
Máquinas e Equipamentos	(974)	(136)	2	-	(1.108)
Equipamentos - Empilhadeira	(1.235)	(205)	71	-	(1.369)
Veículos	(848)	(409)	11	-	(1.246)
Instalações	(1.615)	(420)	7	-	(2.028)
Equipamentos de Informática	(285)	(66)	-	-	(351)
Total	(10.300)	(1.422)	683	-	(11.039)
Valor contábil	17.558	(189)	(413)	-	16.956

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

9. Empréstimos e financiamentos

	Juros	Vencimento	2016	2015
Circulante				
FINAME	3,00% a.a.	15/04/2020	654	754
			654	754
Não circulante				
FINAME	3,00% a.a.	15/04/2020	1.379	2.362
			1.379	2.362
			2.033	3.116

As parcelas de curto e longo prazo em 31 de dezembro de 2016 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

Vencimento	Valor nominal
2017	654
2018	654
2019	517
2020	208
Total	2.033

Os financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados e não possuem cláusulas restritivas em seus contratos.

10. Provisão para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza cível e trabalhista.

As provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa.

Os valores das ações avaliadas como sendo de perda provável foram integralmente provisionados.

A Administração entende que os valores provisionados são suficientes para atendimento de eventuais perdas nos processos judiciais.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstramos a seguir a composição e movimentação das provisões para contingências da Companhia:

	Cível	Trabalhista	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	232	623	855
Adições	518	168	686
Reversões	-	(40)	(40)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	750	751	1.501
Adições	65	156	221
Reversões	(12)	(22)	(34)
Baixa por pagamento	(279)	(13)	(292)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	524	872	1.396

Provisões cíveis

Ações de caráter indenizatório referente a indenização material e/ou moral, referentes à relação advinda da prestação de serviços de armazenagem e movimentação de cargas em Porto Seco, bem como no regime de armazém geral e da locação da área.

Registram a provisão constituída, no momento do recebimento da citação inicial, e são ajustadas mensalmente, pelo valor indenizatório pretendido, nas provas apresentadas e na avaliação de assessores jurídicos, a qual leva em conta a jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, quanto ao grau de risco de perda da ação judicial.

Existem ainda processos cíveis que, de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível, no montante de R\$1.080 (R\$1.079 - 2015), e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

Provisões trabalhistas

São ações movidas principalmente por ex-empregados, trabalhadores terceirizados e sindicatos, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de horas-extras, equiparação salarial e desvio de funções e outros direitos trabalhistas.

Registra-se a provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra a Companhia, na ocasião da notificação judicial, cujo risco de perda é considerado provável. O valor da provisão é apurado de acordo com a estimativa de desembolso feita por nossa Administração, revisada periodicamente com base em subsídios recebidos de nossos assessores legais, sendo ajustadas ao valor do depósito de execução quando estes são exigidos. Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R\$ 1.008 (R\$ 984 - 2015).

Existem ainda causas trabalhistas que, de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível, no montante de R\$6.332 (R\$4.283 - 2015), e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

11.Outras obrigações

Este subgrupo engloba as obrigações com empregados e respectivos encargos sociais, além de outras obrigações definidas com terceiros não incluídas em outros subgrupos.

	2016	2015
Circulante		
Débitos - controlador	4.684	3.929
Débitos - outras partes relacionadas	56	137
Dividendos e JCP a pagar	19	16
Retenções contratuais	343	298
Obrigações sociais e trabalhistas	751	550
	5.853	4.930

12.Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas compreendem, basicamente, depósitos bancários à vista e aluguéis de instalações com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e aplicações financeiras no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, mantida no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., efetuadas a taxas e condições de mercado. A Companhia também contrata serviço de cartão vale alimentação e refeição da Banrisul Cartões S.A.

As principais transações e saldos com partes relacionadas são indicados a seguir:

	Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Controlador direto)	Governo do Estado do Rio Grande do Sul (Controlador indireto)	Banrisul Cartões S.A. (Outras partes relacionadas)	2016
Ativo				
<u>Circulante</u>				
Depósitos Bancários	324			324
Aplicações Banrisul CDB	153			153
Aplicação SIAC		23.393		23.393
Crédito com partes relacionadas	401			401
	878	23.393		24.271
Passivo				
<u>Circulante</u>				
Dividendos a pagar	3.034			3.034
Contas a pagar	1.650		56	1.706
	4.684		56	4.740
<u>Resultado</u>				
Receitas	1.989	2.884		4.873
- Aluguel	1.980			1.980
- Financeira	9	2.884		2.893
Despesas	(243)		(620)	(863)
- Comunicação	(177)			(177)
- Outras	(66)			(66)
- Vale alimentação e refeição			(620)	(620)
Recuperação de despesas	1.177			1.177

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Controlador direto)	Governo do Estado do Rio Grande do Sul (Controlador indireto)	Banrisul Cartões S.A. (Outras partes relacionadas)	2015
Ativo				
<u>Circulante</u>				
Depósitos Bancários	182			182
Aplicações Banrisul CDB	43			43
Aplicação SIAC		20.879		20.879
Crédito com partes relacionadas	202			202
	<u>427</u>	<u>20.879</u>		<u>21.306</u>
Passivo				
<u>Circulante</u>				
Dividendos a pagar	2.333			2.333
Contas a pagar	1.596		137	1.733
	<u>3.929</u>		<u>137</u>	<u>4.066</u>
<u>Resultado</u>				
Receitas	1.806	2.484		4.290
- Aluguel	1.793			1.793
- Financeira	13	2.484		2.497
Despesas	(460)		(388)	(848)
- Comunicação	(224)			(224)
- Convênio operacional	(125)			(125)
- Outras	(111)			(111)
- Vale alimentação e refeição			(388)	(388)
Recuperação de despesas	790			790

Remuneração do pessoal chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, do Conselho de Administração e Conselho Fiscal

conforme determina o Estatuto Social.

A Companhia paga R\$ 3,2, mensalmente, para cada membro do Conselho de Administração e R\$ 2,4, mensalmente, para cada membro, em exercício, do Conselho Fiscal.

No período findo em 31 de dezembro de 2016 foi pago o montante de R\$ 468 (R\$390 em 31/12/2015) a título de remuneração dos Administradores (honorários e verbas de representação), incluindo os honorários para os Conselhos de Administração e Fiscal.

A Companhia não oferece a suas pessoas chave benefícios de remuneração nas categorias de (i) benefício pós-emprego, (ii) benefício de longo prazo, (iii) benefício de rescisão de contrato de trabalho e (iv) remuneração baseada em ações.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

13. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL do exercício:

	2016		2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	4.099	4.099	3.049	3.049
(+) Adições	983	983	3.184	3.175
(-) Exclusões	(1.412)	(1.412)	(444)	(444)
IRPJ e CSLL pelas alíquotas vigentes	894	330	1.423	520
(-) Incentivos fiscais e outros	(72)	-	(15)	(3)
IRPJ e CSLL Correntes	822	330	1.408	517
IRPJ e CSLL diferidos	(16)	(6)	(556)	(200)
TOTAL IRPJ e CSLL	1.130		1.169	

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, em 31 de dezembro, referem-se a:

	2016	2015
Ativo		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.071	2.358
Provisão para passivos cíveis e trabalhistas	1.397	1.501
	3.468	3.859
IRPJ e CSLL pelas alíquotas vigentes	1.179	1.168
Passivo		
Depreciação CPC 27	(1.452)	(1.487)
	(1.452)	(1.487)
IRPJ e CSLL pelas alíquotas vigentes	(494)	(506)
Total líquido	685	662

14. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O Capital Social, em 31 de dezembro de 2016 é de R\$34.100, (R\$ 34.100 em 2015), representado por 700.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, sendo 696.486 ações pertencentes ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A, seu controlador.

b) Distribuição de resultados

O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social, (ii) 25% para distribuição como dividendo obrigatório e (iii) o restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

O dividendo obrigatório, calculado consoante a legislação societária e o estatuto social foi o seguinte:

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	2.969	1.880
Reserva Legal (5%)	(148)	(94)
Base de cálculo dos dividendos	2.821	1.786
Dividendos (25%)	706	446

c) Reserva de retenção de lucros

A Administração irá propor aos acionistas a capitalização da reserva de retenção de lucros no valor de R\$2.115.

15.Receita

A receita líquida é composta como segue:

	2016	2015
Receita bruta:		
Serviços de armazenagem	14.818	20.496
Deduções:		
Impostos sobre receita de serviços (a)	(2.527)	(3.717)
Descontos e cancelamentos	(151)	(129)
Receita operacional líquida	12.140	16.650

(a) Os tributos incidentes sobre a receita de serviços são: PIS, COFINS, FUNDAP e ISSQN.

16.Informações sobre a natureza dos custos e despesas operacionais

	Custos dos serviços prestados		Despesas administrativas		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Pessoal	3293	2.745	3.699	3.002	6.992	5.747
Terceirizados	632	1.772	2.586	1.068	3.218	2.840
Honorários da administração	-	-	622	542	622	542
Depreciação e amortização	951	1.042	668	519	1.619	1.561
Comunicação	-	-	290	440	290	440
Energia elétrica	462	404	248	215	710	619
Gastos com veículos	220	147	101	71	321	218
Despacho aduaneiro	100	97	-	-	100	97
Reclamações trabalhistas	-	141	192	168	192	309
Contingências	286	25	66	527	352	552
Conservação e manutenção	521	422	295	99	816	521
Viagens e estadias	135	-	-	72	135	72
Seguro	216	-	-	-	216	-
Informática	-	-	107	85	107	85
Material de expediente	-	-	112	116	112	116
Crédito de liquidação duvidosa	-	-	495	2.358	495	2.358
Débitos incobráveis	-	-	369	112	369	112
Aluguéis	-	-	-	181	-	181
Outras	224	414	274	252	498	666
Total	7.040	7.209	10.124	9.827	17.164	17.036

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

17.Outras receitas

	2016	2015
Indenizações de terceiros	194	-
Recuperação de despesas (a)	1.177	790
Ganho de capital (b)	3.824	246
Reversão de provisão para crédito de liquidação duvidosa	679	-
Reversão de provisão de contingência cível	279	-
Reversão de provisão de contingência trabalhista	13	40
Outras	174	22
	6.340	1.098

(a) Os valores registrados em Recuperação de Despesas referem-se a reembolso de despesas com condomínio, vigilância, portaria, água luz e demais taxas, conforme estabelecido em contrato de locação comercial.

(b) No mês de julho foi realizada a alienação de um imóvel localizado em Uruguaiana pelo valor de R\$ 3.843, através de processo licitatório, Concorrência 003/2016.

18.Instrumentos financeiros

Os principais ativos financeiros em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 reconhecidos pela Companhia são: Aplicações financeiras e contas a receber de clientes, além dos saldos de caixa e equivalentes de caixa. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros disponíveis para venda, mantidos para negociação e/ou empréstimos e recebíveis, respectivamente. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

O principal risco identificado relacionado nas operações da Companhia é o risco de crédito, devido à possibilidade de ocorrência de perdas para a Companhia associadas ao não cumprimento pelo cliente de suas obrigações nos termos pactuados, sobre as contas a receber de clientes, caixa e equivalente de caixa.

A Companhia considerou como aceitável a sua exposição ao risco mencionado acima e não contratou operações envolvendo Instrumentos Financeiros Derivativos. Por não possuir instrumentos financeiros significativamente sujeitos a alterações de valor em função de risco de mercado, a Companhia não elaborou e não está apresentando a análise de sensibilidade, conforme requerido pela Instrução CVM 475/08.

	2016	2015
Aplicações Financeiras	26.878	22.999
Clientes	3.316	5.073
Total	30.194	28.072

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

Gestão de riscos

A Banrisul Armazéns Gerais S.A é uma empresa pública, de capital aberto e de controle acionário privado, sendo o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. detentor de 99.48% das ações. A Companhia não faz parte do conglomerado prudencial do Banrisul, apenas do conglomerado econômico.

A gestão de capital e de riscos corporativos é ferramenta estratégica e fundamental para esta Companhia. Dentre os principais riscos aos quais a Companhia está exposta, pode-se destacar o risco de crédito, mercado, liquidez e operacional. A gestão de riscos é realizada de forma integrada, o que permite agilidade no processo de análise e tomada de decisão.

Gestão de capital

A Companhia possui sólida estrutura de capital, formada basicamente por capital próprio, ideal para reduzir seus custos e maximizar o retorno aos acionistas, além de viabilizar a estratégia de crescimento e riscos controlados. Condizente com as melhores práticas do setor, a Companhia monitora o retorno sobre o capital investido.

Risco de crédito

O risco de crédito na Companhia está relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo cliente, de suas obrigações previamente acordadas.

Para gerir este risco são realizadas análises de documentação cadastral, validadas informações com a Receita Federal e a Secretaria da Fazenda Estadual, monitorados relatórios de clientes inadimplentes, além de, em caso de inadimplência, retidas mercadorias.

Risco de mercado

Risco de mercado é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos nos preços de mercado dos instrumentos financeiros, provocados por flutuações em cotações de ações, preços de mercadorias, taxas de juros e taxas de câmbio.

A estrutura de seu balanço patrimonial apresenta baixo risco de mercado. Grande parte de seus ativos são de Aplicações em Operações Compromissadas de um dia e com referencial prefixado. Por outro lado, nas operações passivas, o Patrimônio Líquido (riqueza efetiva) da Companhia representa 78% do total do passivo de acordo com o balancete da Companhia (dez 2016).

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo		
10000007	CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	31.725
20000004	PERMANENTE	17.385
	Total	49.110

ANÁLISE DE RISCO DE MERCADO		Valor	Participação
12000005	Aplicações em Operações Compromissadas	25.468	51,86%
	TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS		
13000004	FINANCEIROS DERIVATIVOS	1.410	2,87%
	TOTAL	26.878	54,73%

ANÁLISE DE RISCO DE MERCADO		Valor	Representativ idade
40000008	CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	10.774	21,94%
60000002	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	38.336	78,06%
	Total	49.110	

Risco de liquidez

Risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não conseguir honrar seus compromissos financeiros devido à insuficiência de recursos para fazer frente às obrigações de pagamento.

Pode ser classificado em:

Risco de liquidez de fluxo de caixa: é a possibilidade da ocorrência de descasamento entre os pagamentos e os recebimentos, o que afeta o fluxo normal das obrigações da Companhia.

Risco de liquidez de mercado: é a possibilidade de perda na liquidação de uma posição de participação relativamente significativa no mercado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Para gestão do risco de liquidez, a Banrisul Armazéns Gerais S.A. institui princípios, procedimentos e padrões adequados ao seu gerenciamento. Desta forma, é possível que seja feito o acompanhamento dos níveis de descasamento de liquidez, para os diversos prazos e os parâmetros de reserva mínima de liquidez diária, inclusive para momentos de crise.

É feito o monitoramento dos ativos elegíveis para composição dos recursos disponíveis, de modo a satisfazer todos os compromissos, bem como cumprir as exigências normativas quanto à liquidez e monitorar o consumo de recursos.

Para assegurar as melhores práticas na gestão de risco de liquidez, a Banrisul Armazéns Gerais S.A. adota medidas de aperfeiçoamento e continuidade dos processos. A estrutura de seu balanço patrimonial apresenta baixo risco de liquidez

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

com grande parte de seus ativos aplicada em Operações Compromissadas de um dia lastreadas com títulos públicos federais. Por outro lado, nas operações passivas, o Patrimônio Líquido (riqueza efetiva) da Companhia representa 78% do total do passivo de acordo com o balancete da Companhia (dez 2016).

Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela mesma.

19.Plano de benefícios de aposentadoria

A Companhia não possui planos de benefícios de aposentadoria para seus empregados.

20.Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 90.000 mil para danos materiais e R\$ 100 mil para responsabilidade civil.

21.Segmentos operacionais

A Companhia atua como armazém geral, efetuando a movimentação, guarda e conservação de mercadorias e produtos, entreposto aduaneiro, depósito alfandegário e na locação ou arrendamento da área de sua propriedade para terceiros conforme descrito na Nota 1.

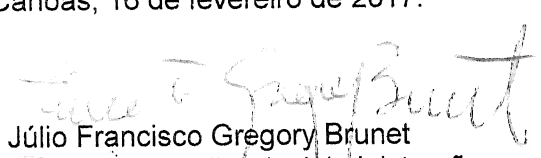
Ambos segmentos não são controlados e gerenciados pela Companhia como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ N.º 92.721.232/0001-57
NIRE N.º 43300003183.

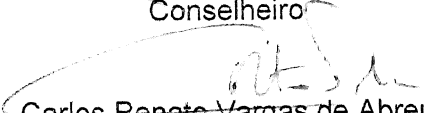
PARECER DO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

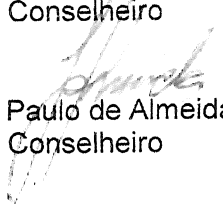
Na qualidade de membros do Conselho de Administração da Banrisul Armazéns Gerais S. A., e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 142, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado e demais demonstrativos e notas explicativas à luz do Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras, documentos esses relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Com base nesse exame, somos de opinião que as mencionadas peças merecem a aprovação deste Conselho.

Canoas, 16 de fevereiro de 2017.


Júlio Francisco Gregory Brunet
Presidente do Conselho de Administração


João Simioni
Conselheiro


Carlos Renato Vargas de Abreu
Conselheiro


José Paulo de Almeida
Conselheiro

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

COMPANHIA ABERTA

CNPJ N.º 92.721.232/0001-57

NIRE N.º 43300003183

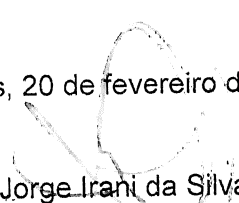
PARECER

DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros efetivos do Conselho Fiscal da Banrisul Armazéns Gerais S. A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinamos o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado, relativos ao exercício de 2016.

Baseado no exame procedido e no Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras, entendemos que as contas refletem com exatidão a posição econômica, financeira e patrimonial da Banrisul Armazéns Gerais S.A., por isso somos de parecer favorável à sua aprovação.

Canoas, 20 de fevereiro de 2017.


Jorge Irani da Silva
Conselheiro Presidente


Roberto Fantinel
Conselheiro


Ronei Xavier Janovik
Conselheiro

Armazenagens – Entrepósito Aduaneiro – Depósito Afandegado Público

Sede Social: Av. Getúlio Vargas, 8201 – Canoas/RS – CEP 92010-011

Fone/Fax: (0xx51) 3477-1144 - e-mail: bagergs@bagergs.com.br - home-page: www.bagergs.com.br

1: Bagergs\Secretaria\Secretaria Geral\Balanço Patrimonial 2016\Parecer Conselho Fiscal.doc

BANRISUL ARMAZÊNS GERAIS S.A.

COMPANHIA ABERTA

CNPJ N. ° 92.721.232/0001-57

NIRE N. ° 43300003183.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas e Clientes:

Tem este a finalidade de apresentar o relatório do exercício de 2016 da BANRISUL ARMAZÊNS GERAIS S. A. – BAGERGS.

Fundada em 12.11.1953, atualmente está constituída sob a forma de Sociedade Anônima, tendo seu capital aberto no exercício de 1996. Seu controle acionário é exercido pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A., que detém 99,50% das ações.

A empresa tem sede e atua no município de Canoas – RS, onde opera em regime de Armazém Geral; Porto Seco (Permissionária da Receita Federal na prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias) e no Armazenamento, Digitalização e Gerenciamento de Documentos - GED, apoiada em 10(dez) armazéns, ultrapassando 34 mil metros quadrados de área de armazenagem coberta.

Mesmo em um cenário econômico desfavorável – inflação, câmbio e juros elevados, o resultado financeiro da empresa se manteve estável em relação a 2015. A conjuntura econômica causou seus reflexos, porém a empresa conseguiu manter o seu Planejamento Estratégico para 2016. Dos projetos que estavam contemplados, citamos: aquisição de módulos complementares para o sistema integrado - Enterprise Resource Planning - ERP; internalização do ambiente de TI (infraestrutura, suporte e segurança), junto ao Banrisul (Controlador); alienação do imóvel de Uruguaiana; ampliação da capacidade de armazenamento com a construção do armazém de lona; aquisição de equipamentos para o setor de Gerenciamento Eletrônico de Documentos – GED, como também, adequações e melhorias na infraestrutura dos armazéns, resultando na renovação do Alvará junto ao Corpo de Bombeiros e da Licença de Operação junto a Prefeitura de Canoas.

Contamos com a participação de 167 colaboradores, sendo 97 do quadro efetivo da empresa e os outros 70, composto por estagiários e empregados terceirizados na

Armazenagens – Entrepósito Aduaneiro – Depósito Alfandegado Público

Sede Social: Av. Getúlio Vargas, 8201 – Canoas/RS – CEP 92010-011

Fone/Fax: (0xx51) 3477-1144 - e-mail: bagergs@bagergs.com.br - home-page: www.bagergs.com.br

1 - Balança Secundária Secundária Geral - Balança Secundária 2016 - Relatório Administrativo 2016 do

prestação de serviços de manutenção predial e vigilância. A Bagergs proporcionou aos seus empregados e colaboradores treinamentos dos mais diversos tipos, inclusive sobre segurança no trabalho. Neste ano ocorreu a implementação da ferramenta de comunicação interna chamada “Informativo” para divulgação de ações e medidas de caráter imediato e interesse de todo quadro de empregados. Buscando contribuir para a formação de jovens e seu ingresso no mercado de trabalho, a Bagergs participa do programa Jovem Aprendiz, através de uma parceria com o Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE. Realizou a reestruturação do Organograma da empresa, criando e reorganizando gerências/setores e redefinindo atribuições. Como reconhecimento ao comprometimento de seus empregados, a empresa manteve a política de Participação nos Lucros e Resultados- PLR.

Com bastante êxito implantamos o programa de destinação adequada de resíduos sólidos, como papel, papelão, madeira e plástico. Este procedimento, em conjunto com o estabelecimento de normativos, manuais e adequações das áreas sob inspeção da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, conseguimos obter a Autorização de Funcionamento – AFE que nos permite armazenar mercadorias sob vigilância sanitária (alimentos, medicamentos, produtos médicos e produtos destinados a diagnósticos).

Para 2017, projeta-se a ampliação da carteira de clientes, nos segmentos da medicina, beleza, saúde e alimentos considerando, especialmente, a Autorização de Funcionamento concedida pela ANVISA, como também a captação de novos clientes, para os ramos de Armazém Geral e Gerenciamento Eletrônico de Documentos – GED. Iremos realizar melhorias em infraestrutura com o objetivo de ampliar a armazenagem de novas classes de produtos entre eles: cosméticos, perfumes, produtos de higiene pessoal e saneantes.

Expressamos nossos agradecimentos ao Governo do Estado, ao Controlador - Banco do Estado do Rio Grande do Sul, bem como às partes envolvidas pelo apoio, colaboração e confiança recebida.

Canoas, 31 de dezembro de 2016.


João Simioni
Diretor Presidente
Zilmino Jacedir Tartari
Diretor Superintendente



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : ANDRE MOOJEN DOS SANTOS
REGISTRO..... : RS-083383/O-1
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : 989.345.200-78

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 17.03.2017 as 10:37:07.

Válido até: 31.03.2017.

Código de Controle: 247882.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Companhia de Abastecimento do RS
CEASA

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



CEASA/RS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

BALANÇO PATRIMONIAL		
ATIVO		
	31/12/2016	31/12/2015
	RS	RS
CIRCULANTE	9.862.207,02	10.353.816,33
DISPONIBILIDADES	6.433.816,49	6.912.550,47
Caixa	32.031,30	74.488,27
Bancos	942.424,94	1.274.451,99
Aplicações de Liquidez Imediata	5.459.360,25	5.563.610,21
DIREITOS REALIZÁVEIS	3.361.392,00	3.375.680,00
Permissionários	4.429.909,41	4.203.387,59
(-) Provisão Perdas Recebimento Créditos	(1.523.804,13)	(1.166.626,99)
Estoques	182.761,21	127.286,42
Impostos a Recuperar	77.897,42	44.916,29
Outros Direitos	194.628,09	166.716,69
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	66.998,53	65.585,86
Premios de Seguros	11.485,69	12.715,42
Despesas Administrativas	55.512,84	52.870,44
NÃO CIRCULANTE	13.415.138,87	13.596.923,81
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.065.842,18	1.601.803,95
Permissionários	718.244,00	415.234,15
(-) Provisão Perdas Recebimento Créditos	(709.631,01)	(412.388,52)
Depósitos Judiciais	2.057.229,19	1.598.958,32
INVESTIMENTOS	23.543,15	23.543,15
Participações	23.543,15	23.543,15
IMOBILIZADO	11.325.753,54	11.971.576,71
Custo Histórico Corrigido	29.029.113,89	29.061.934,20
(-) Depreciações Acumuladas	(17.703.360,35)	(17.090.357,49)
TOTAL ATIVO	23.277.345,89	23.950.740,14

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



CEASA/RS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

BALANÇO PATRIMONIAL		
PASSIVO		
	31/12/2016	31/12/2015
	R\$	R\$
CIRCULANTE	3.735.859,80	3.949.653,40
Fornecedores	1.886.703,88	2.306.507,39
Ordenados e Salários a Pagar	140.053,10	125.713,86
Obrigações Sociais	600.577,94	602.544,49
Obrigações Tributárias	452.196,38	392.939,98
Provisões Constituídas	414.655,74	364.101,22
Outras Exigibilidades	241.672,76	157.846,46
NÃO CIRCULANTE	1.530.692,35	2.080.671,95
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.530.692,35	1.638.164,76
Credores por Caução	0,00	6.384,08
Obrigações Sociais e Fiscais	1.441.692,35	1.526.372,30
Provisões Constituídas	89.000,00	105.408,38
RESULTADO EXERCÍCIO FUTURO	0,00	442.507,19
PATRIMONIO LIQUIDO	18.010.793,74	17.920.414,79
CAPITAL SOCIAL	21.877.617,98	21.877.617,98
Capital Subscrito	21.877.617,98	21.877.617,98
RESERVAS DE CAPITAL	3.369.174,48	3.369.174,48
PREJUÍZOS ACUMULADOS	(7.235.998,72)	(7.326.377,67)
TOTAL PASSIVO	23.277.345,89	23.950.740,14

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



CEASA/RS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		
	31/12/2016	31/12/2015
	R\$	R\$
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	12.664.539,74	11.563.461,83
Serviços Prestados	12.664.539,74	11.563.461,83
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(848.700,39)	(774.443,31)
Impostos Incidentes s/ receitas	848.700,39	774.443,31
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	11.815.839,35	10.789.018,52
LUCRO BRUTO	11.815.839,35	10.789.018,52
(+) RECEITAS OPERACIONAIS	1.830.159,64	1.105.056,66
Financeiras	932.327,09	724.813,57
Outras Receitas	897.832,55	380.243,09
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(13.569.256,04)	(11.829.736,87)
Pessoal	5.258.582,15	5.085.118,69
Gastos Gerais e Administrativos	2.318.101,05	1.223.819,57
Serviços e Seguros	22.291.457,58	19.475.986,80
Encargos, Impostos e Taxas	58.066,21	49.299,21
Depreciações e Amortizações	715.771,67	783.866,49
Financeiras	238.884,22	223.510,49
Provisões	638.011,25	513.215,94
Convênios	640.604,55	358.645,59
Outras Despesas	229.353,02	57.640,00
(-) Recuperação de Gastos	(18.819.575,66)	(15.941.365,91)
RESULTADO OPERACIONAL	76.742,95	64.338,31
(+/-) RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	23.329,79	0,00
Venda Bens Imobilizado	23.329,79	0,00
RESULTADO ANTES DA CSLL E DO IRPJ	100.072,74	64.338,31
(-) Provisão para Imposto de Renda	5.965,41	10.752,08
(-) Provisão para Contribuição Social	3.728,38	6.720,05
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	90.378,95	46.866,18
LUCRO (PREJ.) LIQUIDO POR AÇÃO	0,004131115	0,002142198

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A

SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



CEASA/RS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVAS DE CAPITAL	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 31.12.14	21.877.617,98	0,00	3.369.174,48	(7.373.243,85)	17.873.548,61
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL					0,00
SUBSCRIÇÃO DE CAPITAL					0,00
AJUSTES EX.ANTERIORES					0,00
LUCRO(PREJUÍZO)PERÍODO				46.866,18	46.866,18
SALDO EM 31.12.15	21.877.617,98	0,00	3.369.174,48	(7.326.377,67)	17.920.414,79
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL					0,00
SUBSCRIÇÃO DE CAPITAL					0,00
AJUSTES EX.ANTERIORES					0,00
LUCRO(PREJUÍZO)PERÍODO				90.378,95	90.378,95
SALDO EM 31.12.16	21.877.617,98	0,00	3.369.174,48	(7.235.998,72)	18.010.793,74






CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA		
	31/12/2015	31/12/2015
	R\$	R\$
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	90.378,95	46.866,18
AJUSTES AO LUCRO LIQUIDO	1.353.782,92	1.297.082,43
Depreciações e Amortizações	715.771,67	783.866,49
Provisão Contingências Trabalhistas	(16.408,38)	0,00
Provisão Perdas Recebimento Créditos - Curto Prazo	357.177,14	330.241,97
Provisão Perdas Recebimento Créditos - Longo Prazo	297.242,49	182.973,97
VARIAÇÕES ATIVO E PASSIVO		
Ativo Realizável a Curto Prazo	344.301,81	606.446,29
Permissionários	226.521,82	728.221,90
Estoques	55.474,79	20.468,35
Impostos a Recuperar	32.981,13	23.930,73
Outros Direitos	27.911,40	(169.823,55)
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	1.412,67	3.648,86
Ativo Realizável a Longo Prazo	761.280,72	760.506,73
Permissionários	303.009,85	185.819,60
Depósitos Judiciais	458.270,87	574.687,13
Passivo Circulante a Curto Prazo	(656.300,79)	1.165.480,82
Fornecedores	(419.803,51)	962.701,20
Ordenados e Salários a Pagar	14.339,24	(11.627,74)
Obrigações Sociais	(1.966,55)	147.295,32
Obrigações Tributárias	59.256,40	48.101,91
Provisões Constituídas	50.554,52	(6.884,27)
Adiantamento de Clientes	(333.333,05)	17.645,98
Outras Exigibilidades	(25.347,84)	8.248,42
Passivo Circulante a Longo Prazo	(91.064,03)	(62.028,25)
Credores por Caução	(6.384,08)	86,35
Obrigações Sociais e Fiscais	(84.679,95)	(62.114,60)
CAIXA LIQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(408.785,48)	1.080.448,16
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições Ativo Imobilizado	(74.618,71)	(648.619,72)
Baixas Ativo Imobilizado	4.670,21	101.908,08
CAIXA LIQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(69.948,50)	(546.711,64)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de Capital Social	0,00	0,00
CAIXA LIQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
GERAÇÃO LIQUIDA DE CAIXA	(478.733,98)	533.736,52
SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	6.912.550,47	6.378.813,95
SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	6.433.816,49	6.912.550,47

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A

SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



CEASA/RS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul S/A - CEASA/RS é uma sociedade por ações de economia mista, cuja gestão compete ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul através de sua Secretaria de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo. A CEASA/RS foi constituída através da Lei Estadual nº 5993/70 e da Lei Municipal nº 3413/70. Posteriormente, através do Decreto nº 70.502/72 que regulamenta o SINAC (Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento) a União Federal ficou com a gestão das Centrais de Abastecimento, e através da Lei nº 8819/89 foi dada ao Estado do Rio Grande do Sul autorização para receber as ações da União Federal, o que deixou o Estado na condição de acionista majoritário da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul. Suas atividades de comercialização iniciaram em 25 de setembro de 1973, com a transferência dos usuários do Mercado da Praia de Belas para as dependências da CEASA/RS, a Avenida Fernando Ferrari nº 1001 no Bairro Anchieta em Porto Alegre. A Sociedade tem por objeto principal: construir, instalar e administrar Centrais de Abastecimento e Mercados destinados a orientar e disciplinar a distribuição e colocação de hortigranjeiros e outros produtos alimentícios em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul. Dentre seus objetivos está o aspecto social de sua atividade, com orientação e fiscalização do mercado hortifrutigranjeiro, representando um centro polarizador entre produtores, comerciantes e consumidores. A CEASA/RS propicia um equilíbrio de preços, em razão da maior oferta, ocasionando o controle da elevação abusiva de preços e combate à formação de monopólios na distribuição de alimentos.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as disposições da Lei 6.404/76, conjugadas as demais práticas emanadas da legislação societária brasileira e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais diretrizes contábeis adotadas para o registro das operações foram as seguintes:

a) Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas segundo o regime de competência.

b) Provisão perdas no recebimento de créditos

As perdas no recebimento de créditos foram deduzidas como despesas conforme observado pelos artigos 9º ao 14º da Lei 9430/96 e Medida Provisória 656/2014.

c) Estoques

Os estoques foram avaliados pelo Preço Médio de Estoque, consistindo de material de reposição em almoxarifado.

d) Provisão p/ Contingências Trabalhistas

A provisão para Riscos Trabalhistas foi constituída neste exercício com base no parecer da Assessoria Jurídica da Empresa. Os valores registrados correspondem aos processos em que a Ceasa/RS é parte e que estão classificados como "provável ou praticamente certo" de perda de acordo com NBC TG 25(R1).

NOTA 4 - ATIVO NÃO CIRCULANTE

Permissionários Realizável a Longo Prazo

Esta conta é constituída com saldos de usuários permanentes com processo judicial de cobrança.

NOTA 5 - IMOBILIZADO

O Ativo Imobilizado está assim constituído:

CONTAS	Taxa depreciação	2016	2015
	%	RS	RS
Terrenos	0	369.060,98	369.060,98
Prédios e Urbanizações	4	24.897.590,62	24.897.590,62
Instalações	10	1.206.736,27	1.206.736,27
Veículos e Acessórios	20	344.978,39	402.594,20

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A**SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO****CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67****CEASA/RS****DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016****NOTAS EXPLICATIVAS**

Máq.Equipam.e Ferramentas	10	392.987,02	386.736,21
Móveis e Utensílios	10	388.325,61	371.107,85
Equipamentos de Comunicação	10	31.972,02	29.764,31
Outras Imobilizações	10	7.879,99	8.432,99
Obras em Andamento	0	963.513,44	963.513,44
Direito Uso Software	5	116.116,41	116.116,41
Equipamentos de Informática	20	309.953,14	310.280,92
SOMA		29.029.113,89	29.061.934,20
DEPRECIACÃO ACUMULADA		(17.703.360,35)	(17.090.357,49)
VALOR RESIDUAL		11.325.753,54	11.971.576,71

As depreciações foram calculadas pelo método linear, sobre o custo histórico corrigido dos bens, mediante a aplicação das taxas normais que levam em conta o tempo de vida útil e econômica dos bens.

NOTA 6 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Obrigações Fiscais e Sociais Exigível a Longo Prazo

O saldo existente nesta conta refere-se a contribuição e tributos parcelados com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional no qual a Empresa requereu adesão em novembro de 2009. Os valores da dívida foram atualizados com as reduções de multa e juros previstas na Lei 11941/09 totalizando na consolidação R\$ 1.615.867,35.

NOTA 7 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social Autorizado conforme estatuto é de R\$ 40.000.000,00. O Capital Social Integralizado está representado por 21.877.617 Ações Ordinárias Nominativas, com o valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. É a seguinte composição do Capital Social:

ACIONISTAS	R\$	%
Estado do Rio Grande do Sul	20.617.565,92	94,2405
Prefeitura Municipal de Porto Alegre	1.153.636,10	5,2731
Outros	106.415,96	0,4864
TOTAL	21.877.617,98	100,00

NOTA 8 - DEMONSTRAÇÃO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A CEASA/RS efetua o pagamento de todas as despesas advindas das instalações dos permissionários do complexo, ou seja, decorrentes de rateio das despesas com energia, água, vigilância, limpeza, entre outras responsabilidades, com posterior ressarcimento considerado como recuperação de gastos, que são contabilizados em conta redutora das despesas operacionais.

NOTA 9 - CONTINGÊNCIAS

Diversos processos judiciais envolvendo causas trabalhistas e cíveis estão sendo movidos contra a CEASA/RS. A Administração da Sociedade, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos, procederam na avaliação daquelas consideradas de risco de perda possível e que, portanto, não foram provisionadas. Com base nessas avaliações é dado o seguinte tratamento contábil:

- Perda Provável: efetuada a provisão e mencionada em Nota Explicativa;
- Perda Possível: não provisionada, mas mencionada em Nota Explicativa;
- Perda Remota: não provisionada e nem se mencionada em Nota Explicativa.

Os valores estimados dessas contingências são R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais) para demandas cíveis e de R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) para demandas trabalhistas.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A

SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



CEASA/RS

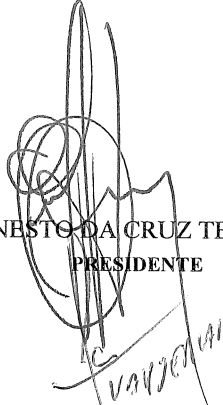
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

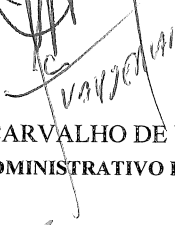
NOTAS EXPLICATIVAS

a) Ações Trabalhistas – Os processos trabalhistas referem-se basicamente a reclamações envolvendo verbas rescisórias impagas ou irregularidades nos contratos de trabalho (terceirizados), sendo a CEASA/RS responsabilizada subsidiariamente ao pagamento das verbas rescisórias ou indenizatórias dos contratos de trabalho dos prestadores de serviços terceirizados. Compõem-se, basicamente, de 06 processos de funcionários do quadro efetivo, cujo valor em condenações poderá alcançar a quantia de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e de 189 processos de prestadores de serviços terceirizados, os quais comportam a maior fatia das condenações trabalhistas, podendo alcançar um desembolso de até R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais), grande parte deste valor ocasionado pelo ajuizamento de uma demanda coletiva (55) dos prestadores de serviço da empresa Terra e Mar Prestação de Serviços Ltda (decretou falência) e das mais de 100 demandas trabalhistas ajuizadas pelos prestadores de serviço da empresa Proservi Serviços de Vigilância Ltda (falência decretada).

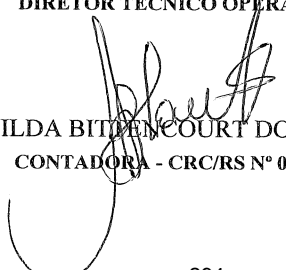
b) Ações Cíveis – Os casos mais frequentes são, basicamente, ações de reparação de danos materiais, em decorrência de alegações de pequenos abaloamentos e/ou furtos ocorridos no estacionamento do complexo. Atualmente, são compostos por cerca de 70 processos, sendo os mais relevantes os relativos à ação de cobrança da Central de Caixas Comércio de Embalagens Ltda (R\$ 600.000,00 – valor depositado judicialmente – em fase de impugnação ao cumprimento de sentença), a ação regressiva de danos materiais, em decorrência do furto de um veículo, movida pela empresa HDI Seguros S/A (R\$ 140.000,00), a ação de reparação de danos materiais, em decorrência do furto de um veículo, movida pela empresa Transporte e Comércio Bananas Borges Ltda. (R\$ 110.000,00) e ação ordinária, em decorrência de divergência em contrato de prestação de serviços de vigilância, diante da alegada ausência de reembolso, por parte da CEASA, quanto aos valores referentes aos vales transporte pagos aos colaboradores pela sua empregadora, movida pela empresa Seltec Vigilância Especializada Ltda (R\$ 500.000,00).

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2016.


ERNESTO DA CRUZ TEIXEIRA
PRESIDENTE


VANDERLAN CARVALHO DE VASCONCELOS
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO


AILTON DOS SANTOS MACHADO
DIRETOR TÉCNICO OPERACIONAL


NILDA BITTENCOURT DOS SANTOS
CONTADORA - CRC/RS Nº 037833/O-7

**CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
CEASA/RS**

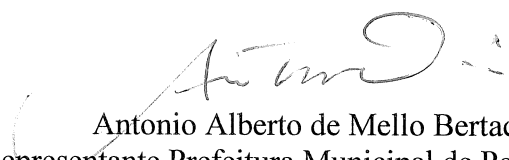
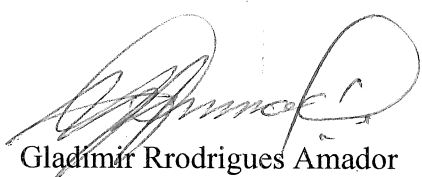
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Membros do Conselho Fiscal da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S/A - CEASA/RS, reunidos em cumprimento ao disposto no item VII do artigo 163 da Lei 6.404/76, conjugadas com a Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), examinaram as Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas das notas explicativas da Diretoria. Considerando a avaliação do Demonstrativo do Resultado do Exercício e do acompanhamento efetuado pelo Conselho Fiscal, durante o Exercício de 2016, somos de opinião que as Demonstrações Contábeis representam a situação atual da Empresa, estão em condições de serem apreciadas pelo Conselho de Administração e posteriormente serem submetidas à Assembleia Geral de Acionistas.

Porto Alegre, 09 de março de 2017.


Aline Cristiane Pooter
Presidente

Representante do Governo do Estado do RGS


Antonio Alberto de Mello Bertaco
Representante Prefeitura Municipal de Porto Alegre
Gladimir Rrodrigues Amador
Representante do Governo do Estado do RGS

**CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
CEASA/RS**

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

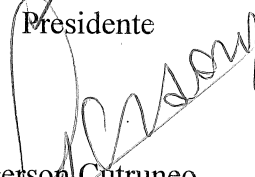
Os Membros do Conselho de Administração da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S/A - CEASA/RS, tendo examinado as Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas de Notas Explicativas e Parecer do Conselho Fiscal, após análise dos referidos documentos e de esclarecimentos prestados pela Diretoria aprovam por unanimidade as Demonstrações Contábeis, considerando que as mesmas estão em condições de serem apreciadas pela Assembleia Geral de Acionistas.

Porto Alegre, 10 de março de 2017.



Tarciso José Minetto

Representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Presidente



Gerson Cutruneo

Representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul



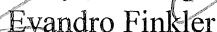
Jocimar Rabaioli

Representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul



Alexandre dos Santos Prates

Representante da Prefeitura Municipal de Porto Alegre



Representante da Associação dos Produtores da Ceasa/RS



Gilberto Agia Moysés

Representante da Associação dos Usuários da Ceasa/RS



Claiton Colvelo da Rosa

Representante da Associação dos Funcionários da Ceasa/RS

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: NILDA BITTENCOURT DOS SANTOS
REGISTRO.....	: RS-037833/O-7
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 204.550.030-68

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 10.03.2017 as 16:32:46.

Válido até: 08.06.2017.

Código de Controle: 247461.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Companhia de Processamento de
Dados do Estado do RS
PROCERGS**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Valores expressos em reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u> <u>Explicativa</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<u>CIRCULANTE</u>		<u>101.402.011,06</u>	<u>112.378.330,37</u>
<u>DISPONIBILIDADES</u>	4.a	<u>7.243.398,26</u>	<u>6.675.965,76</u>
BANCOS E APLICAÇÃO FINANCEIRA (SIAC)		7.243.398,26	6.675.965,76
<u>CRÉDITOS</u>		<u>83.439.435,82</u>	<u>95.069.309,47</u>
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	4.b	75.424.269,02	90.680.631,69
(-) PROVISÃO P/CRÉDITO LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	4.c	(238.125,68)	(233.528,61)
CRÉDITOS DE PESSOAL	4.d	1.735.090,63	2.285.769,98
OUTROS CRÉDITOS	4.e	6.518.201,85	2.336.436,41
<u>ESTOQUES</u>		<u>9.602.673,04</u>	<u>9.648.693,87</u>
MATERIAIS DE PROCESSAMENTO E IMPRESSÃO	4.f	18.042,81	31.660,56
MATERIAIS INDIRETOS	4.f	582.393,42	593.267,65
SERVIÇOS EM ANDAMENTO	4.g	9.002.236,81	9.023.765,66
<u>DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE</u>		<u>1.116.503,94</u>	<u>984.361,27</u>
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		<u>65.485.106,27</u>	<u>36.624.441,10</u>
<u>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</u>		<u>8.418.672,49</u>	<u>3.357.512,14</u>
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS/JUDICIAIS	4.h	8.418.672,49	3.357.512,14
<u>INVESTIMENTOS</u>	4.i	<u>151.388,40</u>	<u>151.388,40</u>
<u>IMOBILIZADO</u>	4.j e 5	<u>14.620.915,94</u>	<u>23.851.200,32</u>
<u>INTANGÍVEL</u>	4.k e 6	<u>9.352.083,73</u>	<u>9.264.340,24</u>
<u>BENS DE TERCEIROS</u>	4.l	<u>32.942.045,71</u>	<u>0,00</u>
<u>TOTAL DO ATIVO</u>		<u>166.887.117,33</u>	<u>149.002.771,47</u>

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**(Valores expressos em reais)**

<u>PASSIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
	<u>Explicativa</u>		
<u>CIRCULANTE</u>		<u>65.260.084,06</u>	<u>60.246.030,37</u>
FORNECEDORES		19.132.636,05	16.865.400,91
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		15.472.491,24	12.183.302,05
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS		8.503.871,02	8.182.206,63
PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS		16.062.292,45	15.203.691,72
PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	8.b	4.727.149,66	6.492.175,00
OUTRAS OBRIGAÇÕES	4.o	1.361.643,64	1.319.254,06
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		<u>54.499.034,97</u>	<u>17.103.149,04</u>
PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	8.b	21.556.989,26	17.103.149,04
BENS DE TERCEIROS	4.l	32.942.045,71	0,00
<u>TOTAL DO PASSIVO</u>		<u>119.759.119,03</u>	<u>77.349.179,41</u>
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
<u>CAPITAL SOCIAL</u>		<u>105.319.287,84</u>	<u>105.009.999,92</u>
CAPITAL SUBSCRITO	7.a	105.319.287,84	105.009.999,92
<u>RESERVAS DE CAPITAL</u>		<u>7.863,68</u>	<u>7.863,68</u>
C.M. DO CAPITAL REALIZADO		7.863,68	7.863,68
<u>PREJUÍZO ACUMULADO</u>	7.b	<u>(58.199.153,22)</u>	<u>(33.364.271,54)</u>
<u>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>		<u>47.127.998,30</u>	<u>71.653.592,06</u>
<u>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>		<u>166.887.117,33</u>	<u>149.002.771,47</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras**ANTÔNIO RAMOS GOMES**
DIRETOR-PRESIDENTE
CPF 148.333.790-15**DEBORAH PILLA VILLELA**
DIRETORA-VICE-PRESIDENTE
CPF 488.442.760-20**SÉRGIO RENÉ DEBARBA DALANHOL**
DIRETOR TÉCNICO
CPF 344.564.570-15
PAULO FERNANDO KAPP
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CPF 122.596.590-04
ANDRÉA ALVES RIBEIRO
CONTADORA CRC-RS 76.011
CPF 658.564.810-20

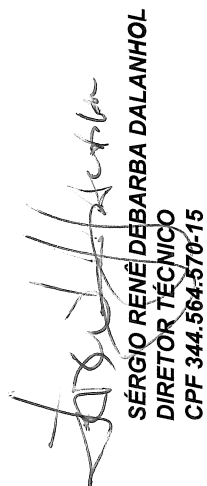
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS
FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**
(Valores expressos em reais)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO MUTAÇÕES	CAPITAL REALIZADO	RESERVA DE CAPITAL			RESERVAS DE LUCROS			LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		RESERVA C.M. DO CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVA ESTATUTÁRIA	RESERVA ESTATUTÁRIA	RESERVA ESTATUTÁRIA	RESERVA ESTATUTÁRIA		
SALDO EM 31.12.2014	105.009.999,92	7.863,68	45.899,10	3.230.424,36	0,00	108.294.187,06			
AUMENTO DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AJUSTE EXERCÍCIO ANTERIOR	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PREJUÍZO LÍQUIDO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
COMPENSAÇÃO DURANTE O EXERCÍCIO:									
- RESERVA LEGAL	-	-	(45.899,10)	-	-	-	-	-	-
- RES. ESTATUTÁRIA	-	-	-	(3.230.424,36)	-	-	-	-	-
- RESERVA ESPECIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDO EM 31.12.2015	105.009.999,92	7.863,68	0,00	0,00	0,00	58.199.153,22	(33.364.271,54)	71.653.592,06	
AUMENTO DE CAPITAL	309.287,92	-	-	-	-	-	-	309.287,92	
AJUSTE EXERCÍCIO ANTERIOR	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PREJUÍZO LÍQUIDO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
COMPENSAÇÃO DURANTE O EXERCÍCIO:									
- RESERVA LEGAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- RES. ESTATUTÁRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- RESERVA ESPECIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDO EM 31.12.2016	105.319.287,84	7.863,68	0,00	0,00	0,00	58.199.153,22	(58.199.153,22)	47.127.998,30	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


ANTONIO RAMOS GOMES
DIRETOR-PRESIDENTE
CPF 148.333.790-15


DEBORAH PILLA VILLELA
DIRETORA-VICE-PRESIDENTE
CPF 488.442.760-20


SÉRGIO RENÉ DEBARBA DALANHOL
DIRETOR TÉCNICO
CPF 344.564.570-15


PAULO FERNANDO KAPP
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CPF 122.596.590-04


ANDRÉA ALVES RIBEIRO
CONTADORA CRC-RS 76.011
CPF 658.564.810-20

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Valores expressos em reais)

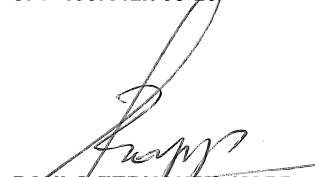
	<u>Nota</u> <u>Explicativa</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	4.p	281.002.312,02	275.003.107,69
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	4.p	(34.717.862,34)	(24.833.822,21)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		246.284.449,68	250.169.285,48
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		(205.963.432,41)	(204.955.469,28)
LUCRO BRUTO		40.321.017,27	45.213.816,20
DESPESAS OPERACIONAIS		(68.005.198,96)	(79.696.312,20)
DESPESAS COM VENDAS		(6.315.630,26)	(6.879.372,99)
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		(64.760.700,61)	(73.270.347,44)
DESPESAS FINANCEIRAS		(955.502,11)	(651.261,04)
RECEITAS FINANCEIRAS		4.026.634,02	1.104.669,27
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		3.489.906,23	2.407.100,95
PREJUÍZO OPERACIONAL		(24.194.275,46)	(32.075.395,05)
OUTRAS RECEITAS		2.200,73	9.228,57
OUTRAS DESPESAS		(843,37)	(7.017,80)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(24.192.918,10)	(32.073.184,28)
IMPOSTO DE RENDA		-	-
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	-
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	4.p	(24.192.918,10)	(32.073.184,28)
Prejuízo por lote de mil ações		55,95	74,49

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


ANTÔNIO RAMOS GOMES
DIRETOR-PRESIDENTE
CPF 148.333.790-15


DEBORAH PILLA VILLELA
DIRETORA-VICE-PRESIDENTE
CPF 488.442.760-20


SÉRGIO RENÉ DEBARBA DALANHOL
DIRETOR TÉCNICO
CPF 344.564.570-15


PAULO FERNANDO KAPP
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CPF 122.596.590-04


ANDRÉA ALVES RIBEIRO
CONTADORA CRC-RS 76.011
CPF 658.564.810-20

<u>1 - ATIVIDADES OPERACIONAIS</u>	<u>Nota</u> <u>Explicativa</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(24.192.918,10)	(32.073.184,28)
AJUSTES PARA RECONCILIAÇÃO:			
DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO		13.937.548,09	18.727.067,23
PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	4.q	4.514.527,77	19.394.477,68
REVERSÃO PROVISÃO CONTINGÊNCIAS CÍVEIS		(60.687,55)	-
PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	4.q	4.597,07	1.634.422,41
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		(641.963,58)	(4.567.410,72)
PREJUÍZO LÍQUIDO AJUSTADO		(6.438.896,30)	3.115.372,32
VARIAÇÕES DO ATIVO			
AUMENTO DE OUTRAS CONTAS A RECEBER		(3.631.086,09)	(33.834,59)
AUMENTO DEPÓSITOS JUDICIAIS		(5.061.160,35)	(717.759,67)
AUMENTO DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE		(132.142,67)	(2.892,69)
REDUÇÃO CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	4.q	15.256.362,67	(18.609.347,55)
REDUÇÃO DOS ESTOQUES		46.020,83	7.862.691,39
VARIAÇÕES DO PASSIVO			
AUMENTO SALÁRIOS E ENCARGOS		1.152.289,08	1.278.316,72
AUMENTO DE IMPOSTOS RETIDOS NA FONTE		634.296,86	178.143,45
AUMENTO DE OUTRAS CONTAS A PAGAR		70.365,62	102.434,81
AUMENTO DE FORNECEDORES		2.267.235,14	8.903.950,48
AUMENTO DE IMPOSTOS S/SERVIÇOS		2.654.892,33	(78.997,06)
REDUÇÃO CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS	4.q	(1.765.025,34)	(537.281,12)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		5.053.151,78	1.460.796,49
<u>2 - ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</u>			
BAIXAS DE ATIVOS IMOBILIZADOS		843,37	7.594,80
COMPRA DE ATIVOS IMOBILIZADOS		(1.184.039,50)	(6.361.703,26)
COMPRA DE ATIVOS INTANGÍVEIS		(3.611.811,07)	(1.216.536,67)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(4.795.007,20)	(7.570.645,13)
<u>3 - ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</u>			
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL		309.287,92	0,00
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		309.287,92	0,00
<u>AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</u>		<u>567.432,50</u>	<u>(6.109.848,64)</u>
	2016	2015	VARIACÃO
CAIXA	0,00	3.744,85	(3.744,85)
BANCOS	867.156,24	1.060.880,69	(193.724,45)
APLICAÇÕES FINANCEIRAS (SIAC)	<u>6.376.242,02</u>	<u>5.611.340,22</u>	<u>764.901,80</u>
	7.243.398,26	6.675.965,76	567.432,50

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ANTÔNIO RAMOS GOMES
DIRETOR-PRESIDENTE
CPF 148.333.790-15

SÉRGIO RENÉ DEBARBA DALANHOL
DIRETOR TÉCNICO
CPF 344.564.570-15

DEBORAH PILLA VILLELA
DIRETORA-VICE-PRESIDENTE
CPF 488.442.760-20

PAULO FERNANDO KAPP
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CPF 122.596.590-04

ANDRÉA ALVES RIBEIRO
CONTADORA CRC-RS 76.011
CPF 658.564.810-20

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores em Reais)

1. Contexto Operacional

A PROCERGS – Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul, criada pela Lei Estadual n.º 6.318 de 30 de novembro de 1971, é uma Sociedade de Economia Mista com sede em Porto Alegre, Coordenadorias Regionais nas cidades de Alegrete, Caxias do Sul, Pelotas, Passo Fundo, Santo Ângelo e Santa Maria. Suas atividades concentram-se, basicamente, na execução de serviços de processamento de dados, tratamento de informações e telecomunicações para os órgãos da administração direta e indireta do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secundariamente, atua ainda, na prestação de serviços de informática e assessoramento técnico a órgãos da administração pública de outras esferas de governo e entidades privadas, serviços estes, que representam 2% da receita total da Companhia.

2. Regime Tributário

A Companhia é tributada pelo Lucro Real e sua escrituração é mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos do Art. 177, Lei n.º 6.404 de 15/12/1976 e aos princípios de contabilidade. Observa critérios contábeis uniformes, registra as mutações patrimoniais segundo o regime de competência. Os direitos e obrigações estão em conformidade com seus efetivos valores reais.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis e as notas explicativas estão apresentadas em Reais e são elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária (Art. 176 da Lei n.º 6.404, de 15/12/1976, alterado pela Lei n.º 11.638 de 28 de dezembro de 2007, pela Medida Provisória n.º 449/2008, de 12 de dezembro de 2008 e pela Lei n.º 11.941, de 27 de maio de 2009, bem como as Resoluções CFC n.º 1.255/2009 e 1.285/2010).

4. Resumo das Principais Práticas Contábeis

(a) Disponibilidades

São compostas por depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia, e não para investimentos ou outros fins. A Companhia considera disponibilidades de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, uma aplicação financeira, normalmente, se qualifica como disponibilidade quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

(b) Contas a Receber de Clientes

Inclui os serviços faturados, ainda não recebidos, contabilizados pelo regime de competência. O saldo a receber no encerramento do exercício tem a seguinte composição:

Créditos em Aberto	Valor
Vencidos até 2014	24.191.014,55
Vencidos em 2015	10.416.885,34
Vencidos em 2016	14.394.400,13
Vincendos	26.421.969,00
TOTAL	75.424.269,02

O montante de recebimentos oriundos de faturas, que ingressou no caixa da Companhia no exercício de 2016 somou R\$ 293.295.777,79. Deste valor, foram recebidas faturas das seguintes competências:

- Até 2014: R\$ 13.262.862,77 = 4,52%
- 2015: R\$ 41.637.825,15 = 14,20%
- 2016: R\$238.395.089,87 = 81,28%

(c) Provisão para Crédito Liquidação Duvidosa

Considerando a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas, foi constituída a provisão dos valores devidos pelos clientes da iniciativa privada e das empresas públicas que a PROCERGS não seja controladora, controlada, coligada ou interligada. O valor provisionado é considerado suficiente para expectativa de perdas na realização dos créditos.

(d) Créditos de Pessoal

Nesta rubrica estão lançados os adiantamentos de diárias e viagens a funcionários aguardando a efetiva prestação de contas e as antecipações de férias pagas quando da solicitação das mesmas e descontadas quando incluídas em folha de pagamento.

(e) Outros Créditos

São contabilizadas as antecipações e contribuições a recuperar (principalmente tributos), impostos a compensar e outros créditos, tais como: bloqueio judicial, reembolso de funcionários cedidos e plano de saúde de responsabilidade dos funcionários descontado em folha de pagamento.

Em INSS a Compensar, foram lançados no exercício de 2016, valores recuperados através de sentença favorável à Companhia, nos processos abaixo, pagos anteriormente à Previdência Social.

Processo nº 5076959-90.2015.04.04.7100/RS movido contra a União - Fazenda Nacional, após declaração de inconstitucionalidade, pelo Supremo Tribunal Federal – STF, da contribuição previdenciária de 15% incidente sobre os serviços prestados por cooperativa de trabalho. Foram recuperados os recolhimentos referentes aos períodos de novembro/2010 a agosto/2015, devidamente corrigidos monetariamente.

Valor Histórico - Processo nº 5076959-90.2015.04.04.7100/RS	2.409.558,97
Atualização SELIC até out/2016	846.620,93
Atualização SELIC até nov/2016	25.886,42
Atualização SELIC até dez/2016	18.109,11
Utilização em Guias de 2016	(2.740.806,17)
Saldo em 31/12/2016	559.369,26

Processo nº 5010417-66.2010.404.7100/RS movido contra a União - Fazenda Nacional, pleiteando a inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre as verbas de (a) primeira quinquena do auxílio doença, (b) auxílio creche e (c) aviso prévio indenizado. Foram recuperados os recolhimentos indevidos referentes aos períodos de maio/2005 a setembro/2016, devidamente corrigidos monetariamente.

Valor Histórico Processo nº 5010417-66.2010.404.7100/RS	1.589.114,65
Atualização SELIC até out/2016	1.042.564,49
Atualização SELIC até nov/2016	27.632,63
Atualização SELIC até dez/2016	27.656,84
Saldo em 31/12/2016	2.686.968,61

(f) Estoques de Materiais

Os materiais em almoxarifado destinados ao consumo e à manutenção dos serviços prestados pela Companhia encontram-se classificados no ativo circulante. A avaliação foi realizada pelo custo médio de aquisição de cada item, inferior, portanto aos valores do mercado.

(g) Estoques - Serviços em Andamento - Diferimento do Custo

Os custos diferidos não necessariamente referem-se aos apropriados dentro de uma determinada competência, podendo estar compostos por valores já reconhecidos em outros exercícios. Nos exercícios de 2014 e 2015 ficaram diferidos os valores de R\$ 14.669.100,71 e R\$ 9.023.865,66 respectivamente, referentes aos custos que não haviam receitas reconhecidas no momento. Em 2016 o valor do custo diferido para exercícios seguintes foi de R\$ 9.002.236,81, que serão levados a resultado na proporcionalidade do reconhecimento da receita.

Na Demonstração do Resultado do exercício de 2016, o valor total do Custo dos Serviços Prestados é de R\$ 205.963.432,41 que referem-se a todas as despesas incorridas para a elaboração dos serviços. Neste total está incluído o valor de R\$ 4.726.920,27 diferido em 2015 e 2016 e que foi levado a resultado em 2016, quando da realização da receita. Objetivando atender o princípio da competência, em 2016 foi acrescentado ao diferimento o valor de R\$ 4.705.391,42 referente a projetos ainda não faturados.

Estoque Serviços Prestados Diferidos em Exercícios Anteriores		9.023.765,66
Valor Diferido em 2016 (Projetos Novos)	1.842.046,95	
Valor Diferido em 2016 (Projetos Antigos)	2.863.344,47	
Total dos Valores Diferidos em 2016		4.705.391,42
Apropriação como Custo (Exercícios Anteriores – Projetos Antigos)	(4.577.275,02)	
Apropriação como Custo (Exercício Atual – Projetos Novos)	(149.645,25)	
Total Apropriado como Custo		(4.726.920,27)
Valor Diferido para Exercícios Futuros		9.002.236,81

(h) Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais referem-se a ações trabalhistas e são apresentados pelo valor atualizado monetariamente, utilizando-se os índices de poupança (TR + juros de 0,5% a.m.) da data do depósito até o encerramento do exercício. Para estas ações, existem provisões no Passivo Circulante e Não Circulante, na rubrica de Provisões para Contingências.

(i) Investimentos

Os investimentos referem-se a participações em outras empresas, entre elas, OI S.A., Telebras – Telecomunicações Brasileiras S/A, CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica, CTMR – Companhia Telefônica Melhoramento e Resistência, demonstrados ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31/12/1995.

(j) Imobilizado

Esses ativos estão registrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31/12/1995. A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela Legislação Tributária. Para os equipamentos de produção, utilizou-se a depreciação acelerada em função do número de horas diárias de operação.

(k) Intangível

Esses ativos estão registrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31/12/1995. Os bens registrados na conta de Software estão devidamente amortizados, calculados pelo método das quotas constantes, com base em taxa determinada em função do prazo de vida útil estimado dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela Legislação Tributária.

(l) Bens de Terceiros

São bens recebidos de terceiros, que integram o patrimônio da Companhia para uso em suas atividades, mas que deverão ser devolvidos aos seus respectivos proprietários, conforme processos e termos de cedência. Os bens incorporados nesta conta, foram enviados, principalmente, pela Secretaria da Fazenda do Estado do RS, para compor o novo Data Center da Companhia. Para efeito de controle, utilizou-se o custo original de aquisição para contabilização no Ativo e Passivo Não Circulante, não sofrendo depreciação.

(m) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

Não foram constituídas provisões referentes ao imposto de renda e contribuição social, em decorrência do prejuízo fiscal apresentado quando da apuração do Lucro Real.

(n) Passivo Circulante e Não Circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

Neste grupo estão registrados os bens de terceiros, que deverão ser devolvidos aos seus respectivos proprietários, conforme processos e termos de cedência.

PROCERGS - CIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Praça dos Açorianos, s/nº - Centro Histórico - CEP 90.010-340 - Cx. Postal 236 - Porto Alegre/RS - Brasil
PABX + 55 51 3210.3100 - Fax + 55 51 3227.5177 - www.procergs.rs.gov.br - procergs@procergs.rs.gov.br

(o) Outras Obrigações

Neste item registramos as cauções de contratos recebidos pela Companhia, os valores gastos por funcionários em consignação com entidades financeiras (Banrisul e Caixa Econômica Federal), além de outros valores repassados a terceiros.

(p) Resultado do Exercício

O resultado do exercício é apurado obedecendo ao princípio da competência.

A Receita Operacional Bruta foi de R\$ 281.002.312,02 apresentando um crescimento nominal de R\$ 5.999.204,33 (2,18%) em relação ao exercício de 2015. Apesar deste crescimento apresentado, houve uma majoração de alíquotas de tributos incidentes sobre a receita dos serviços prestados pela Companhia, o que elevou em 39,8% as Deduções da Receita Bruta. À partir de janeiro de 2016, a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta-CPRB passou de 2% para 4,5% e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços-ICMS passou de 25% para 30%, apresentando um acréscimo nominal de R\$ 9.884.040,13 se comparado ao exercício anterior.

O Prejuízo do Exercício foi de R\$ 24.192.918,10 demonstrando um decréscimo nominal de R\$ 7.880.266,18 (24,57%) em relação ao exercício de 2015. Entre os principais fatores que levaram ao resultado apresentado no exercício, estão os custos de depreciação e amortização, a apropriação como custo de valores diferidos anteriormente, a provisão para passivos trabalhistas.

(q) Demonstração dos Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 e a Resolução CFC n.º 1.296/2010.

Seguindo orientação da Contadoria e Auditoria Geral do Estado-CAGE, a Companhia deve ajustar o prejuízo líquido pela adição da despesa com “Provisão para Contingências” e “Provisão para Credores Duvidosos” registrados no resultado do período. Em 2016, foi realizada uma revisão na apresentação desta demonstração em relação ao exercício de 2015. Foram feitas as seguintes reclassificações:

PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS: o valor de R\$ 537.281,12, efetivamente pago a título de contingência trabalhista no exercício de 2015 deveria estar em “Variações do Passivo” no item “Redução Contingências Trabalhistas” e não nos “Ajustes para Reconciliação” como constou na publicação anterior.

PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS: o valor de R\$ 1.400.893,80 baixado de clientes e lançado em perdas em 2015, deveria estar em “Variações do Ativo” no item “Redução de Contas a Receber de Clientes” e não nos “Ajustes para Reconciliação” como constou na publicação anterior.

As alterações foram necessárias para adequação da demonstração à norma contábil e em nada modificaram o saldo de “Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais” nem tampouco a “Redução de Líquidos de Caixa e Equivalentes de Caixa”.

5. Imobilizado

Discriminação	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Depreciação Anual
Terrenos	1.769.907,19	-- x --	1.769.907,19	-- x --
Prédios	11.300.071,26	7.949.492,62	3.350.578,64	4%
Equip. de Produção	82.944.444,83	76.216.555,50	6.727.889,33	40%
Equip. de Apoio	3.553.424,66	3.303.362,42	250.062,24	20%
Instalações/Outros	11.280.171,75	8.910.624,55	2.369.547,20	17% (1)
Benf. Prédios Terc.	983.724,24	978.310,90	5.413,34	20%
Imob. em andamento	147.518,00	-- x --	147.518,00	-- x --
Totais	111.979.261,93	97.358.345,99	14.620.915,94	

*(1) Taxa Média

A Companhia avaliou a possibilidade de um ativo estar com seu valor contábil superior ao seu valor recuperável. A conclusão foi que o valor do ativo imobilizado é totalmente recuperável, não havendo a necessidade de reconhecer perdas por desvalorização.

O custo de depreciação apresentado na demonstração do resultado do exercício, nas rubricas Custos dos Serviços Prestados e Despesas Operacionais, foi de R\$ 13.937.548,09 advindo dos investimentos realizados com recursos provenientes de aporte de capital em exercícios anteriores. O aporte não gerou acréscimo na receita da Companhia, mas elevou o custo de depreciação nos períodos subsequentes ao investimento.

6. Intangível

Discriminação	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Amortização Anual
Programas de Computador	36.302.260,42	26.958.833,42	9.343.427,00	20%
Direito Uso Telefone	2.911,08	--x--	2.911,08	-- x --
Marcas	5.745,65	--x--	5.745,65	-- x --
Totais	36.310.917,15	26.958.833,42	9.352.083,73	

7. Patrimônio Líquido**(a) Capital Social**

Em 2016 houve aumento de Capital Social no valor de R\$ 309.287,92 conforme Ata AGE nº 109 de 25/07/2016, integralizado com bens pelo acionista Estado do Rio Grande do Sul. O capital subscrito passou para R\$ 105.319.287,84 composto de 432.423.189 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com a seguinte composição:

Acionistas	Tipo	Quantidade	%
Estado do Rio Grande do Sul	ON	430.252.252	99,49
OI S.A.	ON	1.366.594	0,32
CORSAN – Companhia Riograndense de Saneamento	ON	431.557	0,10
IPERGS – Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul	ON	372.786	0,09
Total das ações		432.423.189	100,00

PROCERGS - CIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SULPraça dos Açorianos, s/nº - Centro Histórico - CEP 90.010-340 - Cx. Postal 236 - Porto Alegre/RS - Brasil
PABX + 55 51 3210.3100 - Fax + 55 51 3227.5177 - www.procergs.rs.gov.br - procergs@procergs.rs.gov.br

O valor patrimonial da ação em 31/12/16 é de R\$ 0,11

(b) Prejuízo Acumulado

O prejuízo apresentado no Patrimônio Líquido tem a seguinte composição:

Prejuízo do Exercício na Demonstração do Resultado	(24.192.918,10)
Ajustes de Exercícios anteriores:	
Ajustes Negativos (N.E. 10)	(641.963,58)
Prejuízo Líquido após Ajustes Exercícios Anteriores	(24.834.881,68)
Prejuízo Acumulado até Exercício 2015	(33.364.271,54)
Prejuízos Acumulados no Patrimônio Líquido até 2016	(58.199.153,22)

8. Outras informações

(a) Coberturas de Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos.

Destaca-se, a seguir, a posição dos seguros mantidos na data de encerramento do exercício social:

Objeto	Modalidade	Valor Segurado (R\$)
Prédios, equipamentos, móveis e utensílios (contrato 4916-00)	Incêndio	R\$ 218.554.900,00
Veículos (contrato 4797-00, 4929-00 e 4784-00)	Colisão, incêndio e roubo	*R\$ 617.807,30
Seguro de Vida em Grupo (Apólices Asprocergs)	Morte e invalidez	R\$ 16.920.000,00

*O valor segurado corresponde aos 25 veículos que compõe a frota da Companhia tendo como base o valor de mercado referenciado pela tabela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), utilizando-se o fator de ajuste de 110% (cento e dez por cento) na data do encerramento do exercício. (Cláusula 2.3 do contrato).

(b) Provisões para Contingências

A Companhia discute questões trabalhistas e cíveis nas esferas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios. Uma provisão para desembolsos futuros é constituída a partir da análise da Administração, em conjunto com a Assessoria Jurídica. O valor provisionado nessa rubrica contempla as estimativas sobre contingências que possam resultar em perda para a Companhia, conforme preconiza a Seção 21 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas para o tratamento a ser dado a contingências passivas.

A ação cível refere-se ao Processo nº 105053178 de 15/11/2003, movido pela empresa Coester Pesquisa e Participações.

As ações trabalhistas somam R\$ 80.344.001,16 sendo que este valor foi apurado após análise das 580 ações existentes contra a Companhia até 31/12/2016, movidas por empregados, ex-empregados e terceiros, onde figuram principalmente:

- **Promoções por Antiguidade:** Pedidos de diferenças salariais, com reflexos, decorrente da não implementação das promoções por antiguidade. O fato gerador originou-se após a Resolução de Diretoria 001 do ano de 1995, que suspendeu as promoções por antiguidade

na Companhia. No exercício de 2015 foram retomadas tais promoções, visando cumprir o estabelecido no novo plano de cargos e salários de junho/2014. Este conjunto de ações possui, na sua grande maioria, sentenças procedentes, sendo que, pequena parte delas, com trânsito em julgado e já em fase de execução.

- **Desproporcionalidade da Tabela Salarial:** Nulidade da alteração de carga horária, cujo fato gerador das ações originou-se no exercício de 1986, quando a carga horária dos funcionários de 44 horas semanais passou para 40 horas e dos funcionários de 36 horas semanais passou para 30 horas. Tal alteração gerou uma desproporcionalidade na tabela salarial, que foi alterada quando da implantação do novo plano de cargos e salários em junho/2014. Este conjunto de ações possui decisões transitadas em julgado em ambos os sentidos, ou seja, tanto favoráveis aos empregados, como improcedentes.
- **Desvio de função:** ações por desvio de função, decorrentes do reaproveitamento do pessoal oriundo do antigo setor de entradas de dados (digitação), atividade extinta na empresa e do mercado de informática há mais de 20 anos, cujos trabalhadores foram direcionados para outras atividades dentro da área operacional da Companhia. A empresa já está procedendo gestões interna e externa visando a regularização de tais situações.

Nº de Ações	Distribuição Quanto à Origem	Valor 2015	Valor 2016
432	Promoções Antiguidade	48.165.141,96	62.359.798,53
42	Desproporcionalidade da tabela salarial, vigente até junho/2014	14.880.010,57	11.289.889,06
22	Desvio de Função	0,00	2.451.917,80
4	SINDPPD/RS (Devolução de Imposto de Renda s/férias, dirigente sindical, diferença de horas extras)	5.861.213,32	1.457.197,33
40	Empresas terceirizadas (conservação e limpeza, transporte, vigilância)	843.633,91	862.768,46
10	Reintegração de funcionários desligados	484.227,31	1.099.885,21
30	Outros (vários reclamantes e pedidos)	1.332.328,88	822.544,77
580		71.566.555,95	80.344.001,16

*Em "Outros" figuram principalmente pedidos referentes a: pensão por redução de capacidade laborativa, danos morais, danos materiais, redução de carga horária, incorporação de função gratificada, reconhecimento de acidente de trabalho, incorporação de horas extras, manutenção de plano de saúde para aposentado por invalidez, inclusão de dependente incapaz em plano de saúde.

Utilizando o mesmo critério de 2015 foi considerado o percentual de 30% (trinta por cento) dos valores apurados no conjunto de ações de promoções por antiguidade, desproporcionalidade de tabela salarial, desvio de função e SindPPD e a integralidade dos demais valores, sem que com isso haja, no atual estágio, o reconhecimento dos fundamentos arguidos por parte dos reclamantes.

Assim, para fins de provisão e lançamento no Balanço Patrimonial, estimou-se que valor de R\$ 4.514.527,77 seria suficiente para suprir a expectativa de perda provável e desembolso com as ações, cíveis e trabalhistas, considerando o estágio atual das mesmas, o que elevou o saldo da provisão já constituída no Passivo Circulante e Passivo Não Circulante para R\$ 26.284.138,92.

Ações	Saldo Exercício Anterior	Baixas	Lançamento (DRE)	Saldo Provisão	Curto Prazo	Longo Prazo
Trabalhista	23.332.099,86	(1.765.025,34)	4.500.000,00	26.067.074,52	4.727.149,66	21.339.924,86
Cíveis	263.224,18	(60.687,55)	14.527,77	217.064,40	0,00	217.064,40
Total	23.595.324,04	(1.825.712,89)	4.514.527,77	26.284.138,92	4.727.149,66	21.556.989,26

(c) Plano Complementar de Pecúlio/Pensões

A Companhia, na qualidade de mantenedora, contribui anualmente com um percentual sobre a folha de pagamento, suficiente para, em conjunto com a contribuição dos beneficiários, assegurar a cobertura do plano de custeio de pecúlio e pensões.

9. Programa Especial de Desligamento Incentivado – PEDI

A adoção de um programa de desligamento voluntário, a pedido do empregado, concede segurança para que a gestão efetue uma redução na folha de pagamento, dentro dos preceitos legais. Assim, em 2016 foi instituído o Programa Especial de Desligamento Incentivado – PEDI, visando a redução do custeio e a renovação do quadro de pessoal. O PEDI estabeleceu um conjunto de incentivos de ordem financeira e assistencial, para estimular a adesão dos empregados, no efetivo exercício de suas funções, que já tivessem aposentadoria concedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS ou os que possuíam mais de 20 anos de vínculo com a Empresa.

O período de adesão ocorreu em março de 2016, sendo que 49 funcionários aderiram ao programa e foram desligados da Companhia, entre maio e novembro de 2016. O valor total de gastos com o PEDI, incluindo os incentivos financeiro e assistencial, somou R\$ 12.815.206,19 sendo computado na Despesa de Pessoal, no grupo de Despesas Gerais e Administrativas da Demonstração do Resultado do Exercício. Após a incidência do PEDI, a expectativa de economia com a folha salarial ficou em torno de R\$ 781.000,00 mensais a partir de 2017.

10. Ajustes de Exercícios Anteriores

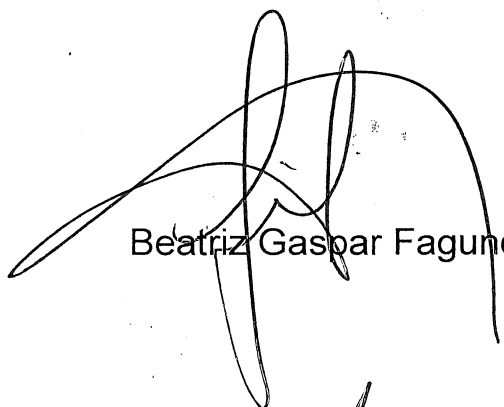
Foi registrado, no Patrimônio Líquido, o ajuste negativo no valor de R\$ 641.963,58 referente à faturas com emissão nos exercícios de 2012 e 2013, conforme acerto com o cliente Secretaria do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, em 24/06/2016.



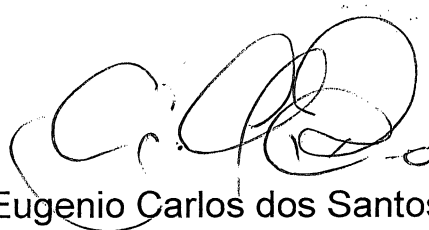
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Cumprindo determinações legais, Lei n.º 6.404, de 15.12.1976, art. 163, itens II e VII, estatutárias, Estatuto Social, art. 40º, e tendo acompanhado, através da análise econômica, financeira e fiscal, apresentada mensalmente pela Divisão Contábil Financeira, bem como examinado o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Resultado, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, referente ao exercício de 2016, entendemos que as citadas demonstrações reproduzem, com fidelidade, a situação patrimonial financeira e fiscal da PROCERGS, naquela data, estando, assim, em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação dos acionistas.

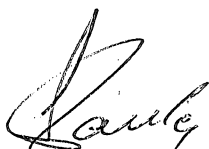
Porto Alegre, 02 de março de 2017.



Beatriz Gaspar Fagundes



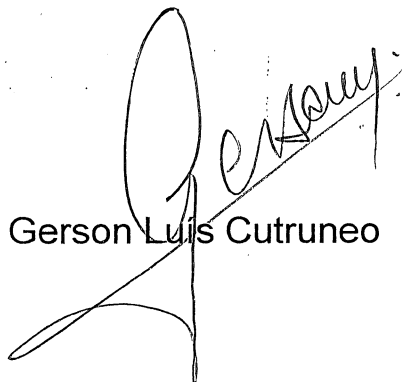
Eugenio Carlos dos Santos Ribeiro



Elói Antônio de Paula



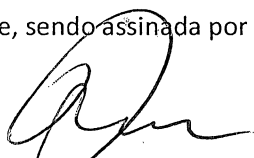
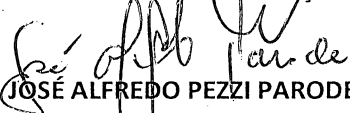
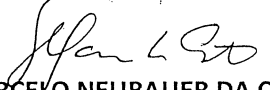
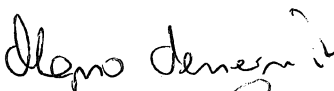
Indyana Roeder Rodrigues



Gerson Luis Cutruneo

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Nº 2017/03

Aos quinze dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas e trinta minutos, na Sala de Reunião do Conselho da PROCERGS - Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul, localizada na Praça dos Açorianos, s/ n.º, nesta Capital, reuniu-se o Conselho de Administração, com a presença dos Conselheiros firmados abaixo, a fim de apreciar e aprovar a seguinte pauta: 1) Aprovação das Contas - Balanço do Exercício 2016; 2) Assuntos Gerais. **DELIBERAÇÕES:** 1) Aprovação das Contas - Balanço do Exercício 2016 - O Conselho aprovou as contas da Diretoria e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, que apresentou um prejuízo contábil registrado no Patrimônio Líquido *no valor* de R\$ 24.192.918,10 (Vinte e quatro milhões, cento e noventa e dois mil, novecentos e dezoito reais, dez centavos), impossibilitando qualquer destinação. Não foi constituído provisão para imposto de renda e para contribuição social sobre o lucro, em função do prejuízo fiscal apresentado quando da apuração do lucro real. 2) Em Assuntos Gerais, nada foi tratado. Na sequência, o Presidente do Conselho agradeceu aos senhores Conselheiros pelo apoio e participação dos mesmos. Assim, foi lavrada a presente ata que, após lida e conferida, foi considerada aprovada, por unanimidade, sendo assinada por mim e pelos Conselheiros presentes.


BRUNO SEGER
Conselheiro de Administração
JOSÉ ALFREDO PEZZI PARODE
Conselheiro de Administração
MARCELO NEUBAUER DA COSTA
Conselheiro de Administração
ANTÔNIO RAMOS GOMES
Secretário da Reunião
FLÁVIO FERREIRA PRESSER
Conselheiro de Administração
LUIZ ANTÔNIO BINS
Presidente do Conselho de Administração
TIAGO ADRIA NUNES
Conselheiro de Administração

Visto:


PEDRO RUTHSCHILLING
OAB/RS 11.906

PROCERGS - COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

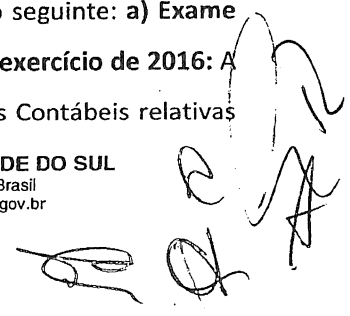
CNPJ 87.124.582/0001-04

NIRE 43300020100

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA Nº 110

(Lavrada na forma de sumário, conforme art. 130, parágrafo primeiro, da Lei nº 6.404/76)

Aos quinze dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete, às quinze horas, na sede social da PROCERGS - COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, situada na Praça dos Açorianos s/nº, 3º andar, na Sala do Conselho, Bairro Centro Histórico, em Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul. **2 - PRESENCAS:** Conforme "Livro de Presença de Acionistas", folha nº 28, estiveram presentes Excelentíssimo Senhor Secretário Adjunto da Fazenda, **Luiz Antônio Bins**, representante do Estado do Rio Grande do Sul; o Sr. **Flávio Ferreira Presser**, representante da CORSAN - Companhia Rio-grandense de Saneamento; o Sr. **Nilton Donato**, representante do IPERGS - Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul; a Sr.ª **Fabiana da Fontoura Portugal**, representante da Oi S.A., totalizando 100% (cem por cento) das ações da Companhia, instalando-se assim, a presente Assembleia Geral Ordinária. **3 - COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidindo os trabalhos, o Excelentíssimo Senhor **Luiz Antônio Bins**, Secretário Adjunto da Fazenda, representante do Estado do Rio Grande do Sul, acionista majoritário e, como secretário, o Sr. **Antonio Ramos Gomes**. **4 - DAS PUBLICAÇÕES LEGAIS:** Face a presença da totalidade dos representantes dos acionistas, em conformidade com o disposto no art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15.12.76, estão dispensadas as formalidades das publicações legais de convocação para a presente Assembleia Geral Ordinária. **5 - ORDEM DO DIA:** a) Exame das contas dos administradores e demonstrações financeiras encerradas no exercício de 2016; b) Deliberação sobre a destinação de lucro do exercício de 2016 e a distribuição de dividendos; c) Eleição dos membros do Conselho de Administração; d) Eleição dos membros do Conselho Fiscal; e) Fixação da remuneração dos membros do Conselho de Administração; f) Fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal; g) Fixação da remuneração dos membros da Diretoria; h) Outros assuntos de interesse da Companhia. **6 - DELIBERAÇÕES:** Registrada a abstenção das decisões por parte da Oi S.A, foi deliberado pelos acionistas o seguinte: a) **Exame das contas dos administradores e demonstrações financeiras encerradas no exercício de 2016:** A Assembleia de Acionistas aprovou as contas da Diretoria e as Demonstrações Contábeis relativas



ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. **b) Deliberação sobre a destinação de lucro do exercício de 2016 e a distribuição de dividendos:** Tendo em vista que o resultado apurado no exercício de 2016 apresentou um prejuízo contábil registrado no Patrimônio Líquido de 24.192.918,10 (Vinte e quatro milhões, cento e noventa e dois mil, novecentos e dezoito reais e dez centavos) devidamente compensado com Reserva de Lucros, conforme determina a legislação e desta forma impossibilitando qualquer destinação. Não foi constituído provisão para imposto de renda e para contribuição social sobre o lucro, em função do prejuízo fiscal apresentado, quando da apuração do lucro real. **c) Eleição dos membros do Conselho de Administração:** Registrada a abstenção das decisões por parte do IPERGS, foi deliberado pelos acionistas o seguinte: A Assembleia Geral de Acionistas reconduziu para o período de 02 (dois) anos, a contar desta data, os seguintes membros do Conselho Administração: **TITULARES:** na Presidência do Conselho, o Sr. **Luiz Antônio Bins**, brasileiro, casado, servidor público estadual, residente e domiciliado na Rua Cel. Camisão, 132, apto. 401, bairro Higienópolis, Porto Alegre, CPF nº 296.207.240-20, RG nº 2007097856, expedido pela SSP/RS; **Bruno Seger**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Vicente Prieto 8221, bairro Pinhal Alto, Nova Petrópolis, CPF nº 470.543.870-15, RG nº 9034514084, expedido pela SSP/RS; **José Alfredo Pezzi Parode**, brasileiro, servidor público estadual, casado, residente e domiciliado na Rua Edgar Luiz Schneider, 410, bairro Ipanema, Porto Alegre, CPF nº 217788090-49, RG nº 1002359031, expedido pela SSP/RS; **Marcelo Neubauer da Costa**, brasileiro, divorciado, Engenheiro Químico, Rua Maracá, 267, bairro Vila Assunção, Porto Alegre/RS, CPF nº 395.456.100/00, RG nº 2001573829, expedido pela SSP/PC-RS; **Flávio Ferreira Presser**, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, residente e domiciliado na Rua Dr. Barcelos, 622, bairro Tristeza, Porto Alegre, CPF nº 192190830/00, RG nº 5000478809, expedido pela CCAS – Salvador BA; **Tiago Adria Nunes**, brasileiro, solteiro, analista, residente e domiciliado na Av. Ipiranga, nº 1300, apto. 203, bairro Azenha, Porto Alegre, CPF nº 016.875.110-04, RG nº 13036462715, expedido pela SSP/RS. **SUPLENTE:** **Alexandre Rovinski Almoarques**, brasileiro, solteiro, Analista de Redes, Rua Gilberto Laste, 37, bairro Santa Teresa, Porto Alegre, CPF nº 80294944087, RG nº 5070502199 expedido pela SJS/RS; **Marcus Vinicius Caberlon**, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado na Rua Felicíssimo de Azevedo, 919 apto 501, bairro São João, Porto Alegre, CPF nº 198669250/72, RG nº 4001499948 expedido pela SSP/RS. **d) Eleição dos membros do Conselho Fiscal:** A Assembleia Geral de Acionistas reconduziu para o período de 02 (dois) anos, a contar desta data, os seguintes membros do Conselho Fiscal: **TITULARES:** **Beatriz Gaspar Fagundes**, brasileira, solteira, servidora pública municipal, residente e

domiciliada na Rua Washington Luis, 72, bairro Santa Lúcia, Campo Bom – RS, CPF nº 810.102.900-10, RG nº 307.344.9625, expedido pela SSP/RS; **Eloi Antonio de Paula**, brasileiro, casado, empresário residente e domiciliado na Rua Pio XII, 321, bairro Centro, Sapiranga - RS, CPF nº 193.795.440-49, RG nº 300.607.8509, expedido pela SSP/RS; **Eugenio Carlos dos Santos Ribeiro**, brasileiro, casado, servidor público estadual, residente e domiciliado na Rua Presidente Castelo Branco, 170, bairro Sítio São José, Viamão – RS, CPF nº 411.911.290-04, RG nº 9022477807, expedido pela SSP/RS; **Gerson Luis Cutruneo**, brasileiro, administrador, casado em regime de comunhão parcial de bens, CPF nº 366.912.160-91, RG nº 1022367559, expedido pela SSP/RS, residente e domiciliado na Av. Presidente Vargas, nº 3608, Bairro São Sebastião, Esteio – RS, CEP nº 93265-226 e **Indyana Roeder Rodrigues**, brasileira, solteira, nutricionista, residente e domiciliada na Av. Adolfo Schneider, n 203, apto 201, Bairro Centro, Nova Prata-RS, CEP nº 95320-000, CPF nº 01956373055, RG nº 4086769363, expedido pela SJS/RS. **SUPLENTE: Cristoferli Wingert**, brasileiro, casado, gestor público, residente e domiciliado na Rua Ida Guilhermina K., 162, bairro Metzler, Campo Bom – RS, CPF nº 97454427049, RG nº 3078584723, expedido pela SJS/RS; **Ricardo Prates Bassi**, brasileiro, divorciado, servidor público residente e domiciliado na Rua Duque de Caxias, 586, bairro Centro, Porto Alegre – RS, CPF nº 010965940-64, RG nº 1085218343, expedido pela SSP/RS; Sr. **Newton Berford Guaraná**, brasileiro, auditor fiscal da Receita Estadual, casado, residente e domiciliado na Rua Quintino Bocaiúva, nº 1539, apto. 401, bairro Moinhos de Vento, Porto Alegre – RS, CEP nº 93265-226, CPF nº 628.379.667-20, RG nº 4027658626, expedido pela SSP/RS. **e) Fixação da remuneração dos membros do Conselho de Administração:** Fica estabelecida a remuneração para os membros do Conselho de Fiscal em 20% (vinte por cento) sobre a média da remuneração mensal da Diretoria. **f) Fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal:** Fica estabelecida a remuneração para os membros do Conselho de Fiscal em 15% (quinze por cento) sobre a média da remuneração mensal da Diretoria. **g) Fixação da remuneração dos membros da Diretoria:** Ao Diretor-Presidente fica estabelecida a remuneração de R\$ 16.914,02 (dezesesseis mil, novecentos e quatorze reais e dois centavos) e, aos demais Diretores, a remuneração de R\$ 15.222,60 (quinze mil, duzentos e vinte e dois reais e sessenta centavos) mensais, sendo, respectivamente, 45% (quarenta e cinco por cento) de honorários e 55% (cinquenta e cinco por cento) de verba de representação, valores estes reajustados nas mesmas datas e nos mesmos percentuais concedidos aos funcionários por ocasião do Acordo Coletivo da Categoria. Aos Diretores serão estendidos todos os benefícios previstos no Parágrafo Quinto do art. 30 do Estatuto da Companhia, bem como a participação dos mesmos no

PROCERGS - CIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Praça dos Açorianos, s/nº - Centro Histórico - CEP 90.010-340 - Cx. Postal 236 - Porto Alegre/RS - Brasil
PABX + 55 51 3210.3100 - Fax + 55 51 3227.5177 - www.procergs.rs.gov.br - procergs@procergs.rs.gov.br



Programa de Participação nos Resultados da PROCERGS. h) Em outros assuntos de interesse da Companhia: Nada foi deliberado. 7- ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA: Concluídos os assuntos do dia, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a palavra à disposição dos Acionistas presentes. Não tendo ninguém se manifestado e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por finda a Assembleia, tendo eu Secretário, redigido, e feito lavrar a presente Ata, na forma sumária, autorizada pelo § 1º, do art. 130, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Após lida e achada conforme em todos os seus termos, vai por todos presentes aprovada e assinada, extraíndo-se as cópias necessárias e destinadas aos fins legais.

Luiz Antônio Bins
Estado do Rio Grande do Sul

Flávio Ferreira Presser
CORSAN – Companhia Rio-grandense de Saneamento

Nilton Donato
IPERGS – Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul

Fabiana da Fontoura Portugal
Oi S.A.

Antonio Ramos Gomes
Secretário

Pedro Ruthschilling
OAB/RS nº 11.906



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: ANDREA ALVES RIBEIRO
REGISTRO.....	: RS-076011/O-6
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 658.564.810-20

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 02.03.2017 as 13:14:08.

Válido até: 31.03.2017.

Código de Controle: 246870.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Companhia Riograndense
de Mineração
CRM**



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Cervão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

Relatório da Diretoria e Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015

2.5.15. Demonstração do Resultado.....	35
2.5.16. Contribuição Social e o Imposto de Renda.....	36
2.5.17. Provisão para Impostos Diferido.....	36
2.5.18. Cobertura de Seguros.....	37
2.5.19. Plano de Previdência - Contribuição Definida.....	37
2.5.20. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	37
2.5.21. Estrutura da Demonstração do Resultado.....	37
2.5.22. Participação nos Lucros ou Resultados (PLR).....	38
2.5.23. Apuração do Prejuízo.....	38

- (1) Eleição e posse em 03.02.2015
- (2) Eleição e posse em 23.02.2015
- (3) Eleição e posse em 11.03.2015
- (4) Eleição em 22.04.2015 e posse em 29.04.2015
- (5) Eleição em 14.08.2015 e posse em 26.08.2015
- (7) Eleição e posse em 25.04.2016
- (8) Eleição e posse em 25.04.2016
- (9) Eleição em 18.07.2016 e posse em 21.07.2016

1. Relatório da Diretoria

A Diretoria da Companhia Riograndense de Mineração – CRM apresenta a seguir as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2016, acompanhadas do parecer do Conselho Fiscal e manifestação do Conselho de Administração, bem como destaca os aspectos e eventos operacionais e administrativos mais significativos da gestão no mesmo período.

1.1. Apresentação da Empresa

A Companhia Riograndense de Mineração – CRM é uma sociedade de economia mista estadual, criada pela Lei nº. 5.835/69, inscrita no CNPJ sob o nº 92.724.145/0001-53, registrada no Departamento Nacional de Produção Mineral-DNPM - Processo nº. 802.767/70, localizada na Rua Botafogo, nº 610, em Porto Alegre - RS, com Unidades Mineiras em operação durante 2016 nos Municípios de Minas do Leão e Candiota, tendo como objeto, basicamente, a pesquisa, a lavra, o beneficiamento e a comercialização de carvão mineral e outros bens minerais.

1.2. Conjuntura Econômica

Considerada uma das maiores recessões da história, a economia brasileira no ano de 2016 apresentou queda de mais 3% no Produto Interno Bruto (PIB). A projeção inicial para o período apresentada pelo Banco Central do Brasil era de queda de 2,95% nos bens e serviços produzidos na agropecuária, indústria e serviços.

A recessão atingiu todos os setores da economia, ajudando no grande aumento na taxa de desocupação, que passou de 6,90% em dezembro de 2015 para 12% no final de 2016, quando o número de demissões superou o número de contratações no país. O alto desemprego reduz o consumo das famílias e aumenta a insegurança levando o PIB a patamares cada vez menores.

[Handwritten signature] 6
9/11

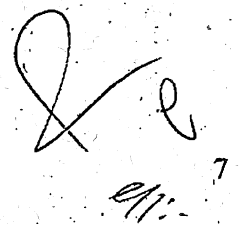
A inflação medida pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acumulada em 2016, atingiu 6,29, ficando abaixo da expectativa do Banco Central do Brasil que era de 6,87 para o período, mas, principalmente, ficando muito abaixo da inflação registrada no ano anterior, de 10,67%. O IPCA em 2016 ficou dentro do limite superior de tolerância da meta da inflação de 6,50%, definida pela Resolução nº 4.345 do Banco Central do Brasil para 2016.

A expectativa para o dólar em 2016 girava em torno de R\$ 4,21 (quatro reais e vinte e um centavos), mas o câmbio acabou fechando o ano em R\$ 3,26 (três reais e vinte e seis centavos). Apesar da recuperação da moeda, o dólar se manteve alto em razão da agitação política no Brasil e também da eleição de Donald Trump nos EUA.

O consumo de energia elétrica no Brasil fechou 2016 com declínio de 0,9% sobre 2015. A variação nas temperaturas e o cenário econômico enfraquecido resultaram em queda no consumo da classe comercial e industrial, e estabilidade na classe residencial. Ainda sobre consumo de energia elétrica, os consumidores da CEEE-D, que incluem esta Companhia, tiveram redução média de 16,28% na tarifa no final de 2016, sendo a menor do estado do Rio Grande do Sul. A redução foi possível pelas variações no custo de geração (energia) e encargos setoriais.

Quanto ao carvão, não se confirmaram as expectativas do setor, pois neste ano novamente nenhum projeto envolvendo carvão mineral obteve sucesso no Leilão de Energia A-5 ocorrido em abril de 2016.

Para a CRM o ano de 2016 foi marcado pela suspensão das atividades mineiras em Minas do Leão, e pela redução da quantidade mínima contratada pela Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – Eletrobrás/CGTEE, principal cliente da CRM, de 3.300.000 t para 2.500.000 t por ano.



1.3. Desenvolvimento Operacional

1.3.1. Produção e Comercialização

Durante 2016 a CRM operou com a produção da Mina de Candiota programada para o novo mínimo contratual de 208.333,33 t/mês ou 2.500.000 t/ano de carvão CE 3.300 no abastecimento da Usina Termoelétrica Presidente Médici – UPME, Fases A + B + C, da CGTEE. Devido a esta redução, a Mina de Candiota encerrou o ano com um fornecimento de, aproximadamente, 100,91% do mínimo contratual à UPME, ou seja, 2.522.768 toneladas, quantidade muito abaixo da produção que poderia ser obtida, considerando a capacidade instalada da mina de 5.000.000 t/ano.

Na Mina do Leão, o fornecimento foi direcionado a empresas de Santa Catarina, totalizando mais de 63 mil toneladas de carvão expedidas no ano.

O quadro abaixo mostra a evolução da produção no último quinquênio:

CARVÃO VENDÁVEL (t)

TIPO	2012	2013	2014	2015	2016	VARIAÇÃO % 2016/2015
CE 6300	0	0	0	0	0	0,00%
CE 5500	0	0	0	0	0	0,00%
CE 5200	3.751	27.055	34.279	16.892	1.251	-92,59%
CE 4700	4.885	19.567	31.256	57.255	24.153	-57,81%
CE 4500	0	301	12.538	14.189	9.711	-31,56%
CE 4200	42.494	33.349	21.257	14.739	4.661	-68,38%
CE 3300	2.776.961	3.264.605	3.137.128	3.279.566	2.553.496	-22,14%
CE 5200*	0	0	0	0	0	0,00%
CE 4200*	4.513	3.469	5.863	0	0	0,00%
CE 5500*	2.945	6.000	8.951	7.877	3.838	-51,27%
ROM	0	2.969	3.431	23.445	0	-100,00%
TOTAL	2.835.549	3.357.316	3.254.703	3.413.962	2.597.110	-23,93%

* Finos

Handwritten signature and initials

1.3.2. Produtividade

A produtividade do exercício de 2016 foi determinada pela redução nas encomendas efetuadas pela CGTEE. O cálculo da produtividade do exercício de 2016 manteve os mesmos critérios adotados anteriormente, ou seja, considerou também todos os serviços que são terceirizados em atividades meio.

DESCRIÇÃO	2012	2013	2014	2015	2016
Carvão Vendável (t/ano)	2.835.549	3.357.316	3.254.703	3.413.962	2.597.110
Total Homem/dia	115.049	108.813	122.123	127.584	116.724
PCV* (t/H/d)	24,65	30,85	26,65	26,76	22,25

* Índice de Produtividade do Carvão Vendável - PCV

1.4. Desempenho Operacional

Os dados comparativos da Companhia de maior relevância para avaliação de seu desempenho operacional, registrados nas demonstrações contábeis dos últimos cinco exercícios fiscais, são os apresentados nos quadros abaixo:

2 e
9



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Qualidade Grande Energia e Desenvolvimento Social

DADOS COMPARATIVOS DA CRM

Valores históricos em reais

DESCRIÇÃO	2012	2013	2014	2015	2016	Variação % 2016/2015
Receita Bruta Anual	158.665.290	171.671.942	185.169.567	190.461.891	169.914.601	-10,79%
Receita Líquida Anual	151.508.331	162.404.735	168.291.438	178.796.752	160.317.609	-10,34%
Custos dos Prod. Vendidos	104.135.365	111.338.705	114.788.343	123.758.394	111.107.722	-10,22%
Resultado Bruto	47.372.966	51.066.031	53.503.096	55.038.358	49.209.888	-10,59%
Despesas Operacionais	15.432.192	49.278.782	30.233.440	56.495.517	66.210.864	17,20%
Res. Oper. antes Res. Financ.	31.940.774	1.787.249	23.269.656	-1.457.159	-17.000.976	-1066,72%
Resultado Financeiro	-16.204.780	-7.636.708	-8.037.025	-16.709.796	-20.741.778	-24,13%
Resultado Operacional	15.735.994	-5.849.459	15.232.631	-18.166.955	-37.742.754	-107,75%
Investimentos	16.279.155	15.747.558	7.780.208	4.140.137	377.954	-90,87%

Valores em reais de 31/12/2016, com base na variação do IGP-DI/FGV.

DESCRIÇÃO	2012	2013	2014	2015	2016	Variação % 2016/2015
Receita Bruta Anual	206.164.656	211.399.300	219.707.626	204.141.678	169.914.601	-16,77%
Receita Líquida Anual	196.865.130	199.987.528	199.681.368	191.638.698	160.317.609	-16,34%
Custos dos Prod. Vendidos	135.310.197	137.104.083	136.198.808	132.647.250	111.107.722	-16,24%
Resultado Bruto	61.554.933	62.883.445	63.482.560	58.991.448	49.209.888	-16,58%
Despesas Operacionais	20.052.102	60.682.601	35.872.619	60.553.266	66.210.864	9,34%
Res. Oper. antes Res. Financ.	41.502.831	2.200.844	27.609.941	-1.561.818	-17.000.976	-988,54%
Resultado Financeiro	-21.055.978	-9.403.952	-9.536.101	-17.909.965	-20.741.778	-15,81%
Resultado Operacional	20.446.853	-7.203.108	18.073.840	-19.471.784	-37.742.754	-93,83%
Investimentos	0	19.391.770	9.231.382	4.437.500	377.954	-91,48%
Produção carvão ROM (t)	2.914.363	3.366.843	3.430.900	3.223.098	2.677.632	-16,92%
Pessoal Próprio	429	393	480	468	429	-8,33%
IGP-DI	503,28	531,06	551,15	610,13	653,95	7,18%

1.5. Investimentos

Ao longo do ano de 2016 os investimentos em novos equipamentos e em melhorias na infraestrutura das Unidades Mineiras, principalmente na Mina de Candiota, totalizaram quase R\$ 378 mil. Os recursos necessários para esses investimentos foram oriundos da própria geração de caixa da CRM.

Entre os principais investimentos realizados estão a conclusão da construção de planta piloto de beneficiamento de carvão a seco, recuperação do pátio da moega, conclusão de obras e reformas para o Sistema de Gestão Ambiental, todos em Candiota.

[Handwritten signature]
16
an.

1.6. Empreendimentos em desenvolvimento

É a seguinte a situação dos principais empreendimentos que a CRM participa:

1.6.1. Mina de Candiota

A Mina de Candiota é vinculada ao abastecimento da Usina Termelétrica Presidente Médici – UPME, Fases A + B + C, de propriedade da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – Eletrobrás/CGTEE, com capacidade instalada de 796 MW e localizada no município de Candiota (RS). A partir de janeiro de 2016, após negociações com a CGTEE, a quantidade mínima de carvão CE 3.300 contratada por aquela Companhia reduziu de 3.300.000 t/ano para 2.500.000 t/ano, o que representa uma queda de mais de 24% na produção da CRM, naquela Unidade.

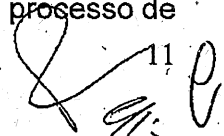
1.6.2. Mina do Leão I

Além dos históricos prejuízos financeiros registrados na Mina do Leão, sua situação é agravada pelo fato da jazida ter uma relação estéril/minério muito elevada, com altos custos e com pouca rentabilidade. Assim, a Diretoria da CRM suspendeu as atividades de mineração naquela unidade a partir de março de 2016. A decisão foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.

O carvão extraído da Mina São Vicente Norte e beneficiado no início do ano de 2016 teve seu fornecimento direcionado a empresas do mercado de Santa Catarina.

1.6.3. Mina do Leão II

A área da Mina do Leão II permaneceu arrendada à Carbonífera Criciúma S/A até agosto de 2016, quando as partes firmaram um Termo de Rescisão Contratual, com a imediata devolução da respectiva área à CRM, justamente porque a arrendatária, já em processo de



Recuperação Judicial, tornou-se inadimplente com suas obrigações contratuais, mesmo sendo reiteradamente notificada para o atendimento. A Procuradoria Geral do Estado – PGE, instada sobre o assunto, entendeu que o mesmo deve ser resolvido de acordo com a conveniência e oportunidade da Companhia. Foi apresentada à Diretoria, por parte da Carbonífera, proposta de rescisão, com a imediata devolução da área, sem a necessidade de adoção de qualquer medida judicial, com quitação geral, com exceção dos bens vinculados ao Projeto Leão II e que se encontram em condições de utilização, cujo levantamento deverá ser realizado pela CRM. Em decorrência da delicada situação econômico-financeira da Carbonífera, com grande possibilidade de ser decretada sua falência em função da expressiva inadimplência em todas as áreas de sua atuação, a Diretoria da CRM concordou com a rescisão, desde que mediante prévia aquiescência do Conselho de Administração, procedimento que efetivamente ocorreu em 31 de agosto de 2016, através da Ata 009/16. A CRM, em virtude de vários aspectos administrativos supervenientes, como a suspensão da operação da Usina de São Jerônimo, necessidade de redução de todos os seus custos, com reflexos inclusive na área de pessoal, providências para manutenção da própria Mina do Leão II, ainda não concluiu o trabalho acerca do levantamento dos bens que estavam na posse da arrendatária e, para tanto, pretende que este levantamento seja concluído até meados de 2017.

1.6.4. Mina do Iruí

A CRM, durante 2016, continuou efetuando estudos geológicos e tratativas visando a implantação de uma nova unidade mineira para o abastecimento de empreendimentos de geração termoeletrica e visando projetos para outras utilizações para o carvão, na região do Município de Cachoeira do Sul.

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

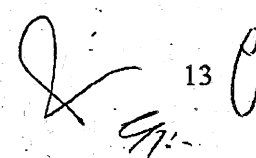
1.7. Novos Empreendimentos

Embora prejudicadas pela não participação do carvão mineral no Leilão de Energia A-5 realizado em abril de 2016, foram mantidas tratativas e ações de apoio e colaboração ao desenvolvimento de novos projetos termelétricos em solo gaúcho, principalmente na jazida de Candiota. Estas tratativas deverão ter seguimento em 2017 visando aumentar a participação do carvão mineral na matriz de geração de energia elétrica nacional.

1.8. Gestão Administrativa

No exercício de 2016 a Diretoria da CRM pautou seus atos administrativos em consonância com o Decreto nº 52.862 do Governador do Estado do Rio Grande do Sul que manteve durante todo o ano a política de contenção de gastos em todo o âmbito de governo. Com isso, a CRM também manteve suas ações procurando reduzir seus gastos com contratos de terceiros, horas extras, promoções ou progressões no quadro de pessoal e patrocínios, entre outras.

Uma das principais ações da empresa foi a suspensão na lavra de carvão mineral na unidade de Minas do Leão. A mineração era feita na Jazida São Vicente Norte que se mostrava totalmente inviável devido sua relação estéril/minério. A unidade vinha acumulando prejuízos ao longo de muitos anos e, com o fechamento da Usina de São Jerônimo a qual a Unidade de Minas do Leão fornecia carvão, não havia mais motivos para sua continuidade. Dos 65 funcionários ativos do Leão, restaram 35 no final de 2016. A maior redução se deu em virtude do Plano de Demissão Incentivado da CRM. A intenção é que fiquem apenas a quantidade mínima de funcionários necessários para os trabalhos de recuperação ambiental e a guarda do patrimônio da empresa. Além da grande redução com a folha de pagamento daquela unidade, a Diretoria implantou outras ações que também refletiram em economia para a Companhia, incluindo reestruturação do organograma da Mina do Leão, reenquadramento de empregados em situação de periculosidade e insalubridade, controle e redução de horas extras, etc.

 13

Conforme negociação pactuada com a CGTEE, houve uma substancial redução na venda de carvão do atual contrato, em função da diminuição do consumo da UPME em Candiota/RS, nas Fases "A" e "B", passando a entrega mensal da Mina de Candiota de 275.000 t para 208.000 t de carvão. Esta redução representou uma queda de 12% no faturamento mensal bruto da CRM com venda de carvão de 2015 para 2016. Porém, essa redução não foi o bastante para a CGTEE que já no início do ano de 2016 manifestou sua posição em reduzir ainda mais o consumo de carvão da UPME e, a partir do mês de abril, os técnicos das duas empresas começaram a discutir uma alteração profunda do contrato, com diversas alterações, mas, principalmente, e novamente, no quantitativo de carvão e preço.

Até o final de 2016 as empresas não conseguiram chegar num entendimento que equacionasse todas as questões que envolvem tamanha redução contratual, que exigiu inclusive a intervenção da Secretaria de Minas e Energia do Estado e também a ELETROBRAS que, por sua vez, já procuraram também a ANEEL e o Ministério de Minas e Energia na busca de uma solução para não terminar com a indústria de extração de carvão na região sul do Estado e o, conseqüente, fechamento da Usina Presidente Médici em Candiota.

1.9. Meio Ambiente

No final de 2016, as Licenças de Recuperação Ambiental das Malhas I e II foram indeferidas, e a FEPAM exigiu a realização de um Estudo/Diagnóstico Hídrico da Malha II, a fim de evitar drenagens de águas ácidas das antigas áreas de mineração onde não foi concretizada recuperação ambiental satisfatória na época.

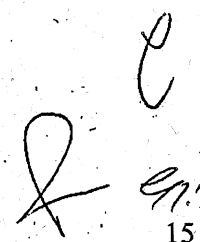


Além das obras já realizadas integrantes do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) da Mina de Candiota, dentre elas a reforma do prédio de Lubrificação e Lavagem, novas rampas de lavagem de equipamentos, construção de novos sistemas separadores de água e óleo e readequação geral dos sistemas de esgoto sanitário de todos os prédios da CRM, ainda está planejada para 2017 a construção de áreas cobertas e espaços organizados para o pátio de sucatas.

Em 2016 foi necessário adequar o processo administrativo para obtenção do licenciamento ambiental da Jazida de Candiota junto à FEPAM. A Análise Ambiental Integrada da Jazida Candiota deverá, ao final de sua elaboração, ser capaz de apresentar as áreas onde o empreendedor CRM poderá solicitar a implantação da mineração junto à FEPAM. O objetivo é excluir regiões que não poderão sofrer intervenção e estabelecer áreas que são prioridade.

Destacamos a evolução, em 2016, das áreas recuperadas nos passivos ambientais da Mina de Candiota, principalmente na Malha II, que totalizaram 15 hectares.

Foram mantidos também os monitoramentos de qualidade de solos em áreas recuperadas e das águas nas bacias de decantação.


en: 15

No quadro a seguir podemos acompanhar a evolução dos serviços ambientais nos últimos cinco anos nas unidades mineiras da CRM em atividade, em valores acumulados:

Hectares (ha)		2011	2012	2013	2014	2015	2016
MALHAS IV e VII (Candiota)	ÁREA IMPACTADA	507	553	595	623	652	684
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA	456	471	493	501	521	547
	RECUPERAÇÃO VEGETAL	454	476	500	514	565	590
SÃO VICENTE NORTE (Leão)	ÁREA IMPACTADA	39	41	42	45	51	54
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA	11	16	16	16	18	26
	RECUPERAÇÃO VEGETAL	9	13	13	15	15	15

1.10. Perspectivas

O cenário apresentado pela CGTEE de paralização total da Fase "B" já a partir de fevereiro de 2017 e também a desativação da Fase "A" no final de 2017, em função do TAC – Termo de Ajuste de Conduta assinado com o IBAMA e não cumprido pela CGTEE, afetará de sobremaneira a CRM, implicando numa redução da empresa em todos seus aspectos e de difícil solução com os atuais recursos financeiros.

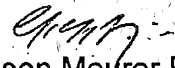
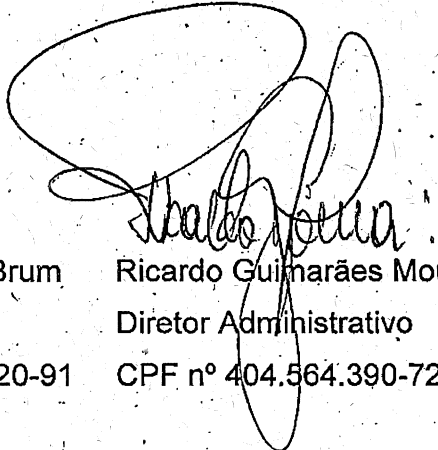
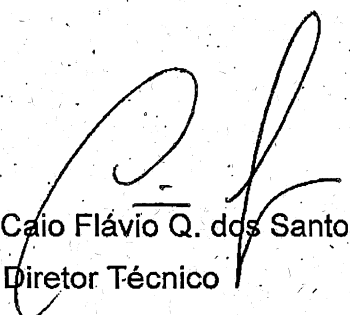
Com a baixa no consumo de energia no país devido ao crescimento negativo da economia, o sucesso de projetos envolvendo carvão mineral no Leilão de Energia A-5 esperado para o ano de 2016 não aconteceu e, assim, um dos principais projetos para que a CRM obtivesse novos clientes, que seria a implantação da Usina Termoeletrica ONE – Ouro Negro Energia, não saiu do papel e possivelmente ficará parado até a retomada de crescimento do país.

O cenário na economia do Brasil é de crise e para a CRM, onde tem sua principal jazida em Candiota, justamente na região sul do país, uma região muito afetada pelo desemprego

e falta de desenvolvimento, poderá ficar ainda pior se não houver por parte dos governos a busca de uma solução para a utilização do carvão mineral, de forma a aprimorar e modernizar as antigas usinas do ponto de vista ambiental para que melhorem suas emissões, como é o caso da usina da CGTEE.

É preciso que haja um entendimento entre o IBAMA, Ministério de Minas e Energia e ANEEL, a fim de alavancar o setor ou a indústria do carvão mineral poderá ter o seu final já no exercício de 2017.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2016


Edvilson Meurer Brum
Diretor Presidente
CPF nº 495.514.420-91
Ricardo Guimarães Moura
Diretor Administrativo
CPF nº 404.564.390-72
Caio Flávio Q. dos Santos
Diretor Técnico
CPF nº 399.304.830-04



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gás e Energia Gerando Desenvolvimento Social

2. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas em 31 de dezembro de 2016 e 2015

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gás e Gerando Energia e Desenvolvimento Social

2.1. Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	2016	2015
Circulante	151.579	151.562
Disponibilidades nota 2.3.1)	6.484	2.587
Contas a receber de clientes (nota 2.5.4.1)	29.785	52.722
Créditos tributários (nota 2.5.3)	42.267	34.358
Demais contas a receber (nota 2.5.4.2)	5.133	4.705
Estoques (nota 2.5.5)	12.194	11.903
Despesas do exercício seguinte (2.5.6)	55.716	45.287
Não Circulante	270.426	277.266
Realizável a longo prazo	20.413	20.059
Devedores por aquisição de imóveis	20	19
Empréstimos, depós. compulsórios (nota 2.5.7)	1.474	1.120
Outros valores	18.919	18.920
Investimentos (nota 2.5.8)	102	170.527
Custo	102	170.527
Imobilizado (nota 2.5.9)	248.664	85.277
Custo	412.413	241.642
(-) Depreciação e exaustão acumulada	(121.914)	(114.238)
(-) Provisão para perda	(38.876)	(38.876)
(-) Provisão perda por impairment	(2.959)	(3.251)
Intangível (nota 2.5.9)	1.247	1.403
Total	422.005	428.828

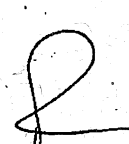
As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

Balanço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Passivo	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Circulante	<u>109.941</u>	<u>101.679</u>
Fornecedores	6.574	16.788
Salários e encargos sociais	1.267	3.697
Tributos federais (nota 2.5.13)	3.836	1.403
Tributos estaduais e municipais	111	417
Provisão para contingências (nota 2.5.12)	0	1.388
Demais contas a pagar (nota 2.5.10)	29.126	29.678
Juros sobre o capital próprio	68.381	48.268
Dívida com controlada	40	40
Acordos Judiciais a pagar	606	0
Não Circulante	<u>39.641</u>	<u>37.449</u>
Tributos federais (nota 2.5.13)	15.766	17.275
Provisão para contingências (nota 2.5.12)	14.028	11.595
Provisão p/impostos diferidos (nota 2.5.17)	5.434	5.591
Outros créditos	2.988	2.988
Acordos judiciais a pagar	1.425	0
Patrimônio líquido	<u>272.423</u>	<u>289.700</u>
Capital social (nota 2.5.14.1)	251.465	251.465
Reserva de reavaliação (nota 2.5.14.3)	10.619	10.923
Reserva de Lucros (2.5.23)	10.339	27.312
Total	<u>422.005</u>	<u>428.828</u>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

 
20
91

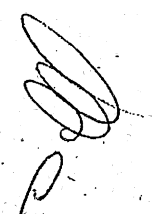


COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Caminho Seguro Gerando Energia e Desenvolvimento Social

2.2. Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita líquida de vendas (nota 2.5.15.a)	<u>160.318</u>	<u>178.797</u>
(-) Custo dos produtos vendidos	(111.108)	(123.760)
Lucro bruto	<u>49.210</u>	<u>55.037</u>
Despesas / Receitas operacionais	<u>(34.415)</u>	<u>(39.732)</u>
Comerciais	(1.209)	(1.520)
Gerais e administrativas	(27.411)	(34.799)
Outras despesas	(101)	(467)
Despesas Indedutíveis	(7.393)	(6.928)
Outras receitas (nota 2.5.15 d)	1.699	3.981
Resultado das operações antes das despesas e receitas financeiras	14.795	15.305
Resultado financeiro líquido (nota 2.5.15 b/c)	(31.796)	(16.763)
Resultado antes da contribuição social e do imposto de renda	(17.001)	(1.458)
Contribuição social (nota 2.5.16)	0	(35)
Imposto de renda (nota 2.5.16)	0	(24)
Lucro/prejuízo antes da reversão dos juros sobre o capital próprio	(17.001)	(1.517)
Reversão dos juros s/capital próprio (nota 2.5.14.2)	13.656	14.185
Participação dos empregados no resultado das operações (nota 2.5.22)	0	0
Lucro/Prejuízo do exercício	(3.345)	<u>12.668</u>
Lucro/Prejuízo por lote de mil ações do capital social	(0,31)	1,16

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.



21
un



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gordo Carvão Energia e Desenvolvimento Social

2.3 Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Indireto

Exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo Líquido do Exercício	(17.001)	(1.517)
Ajustes:		
Depreciações/Exaustões/Amortizações	7.861	7.211
Custo das baixas do ativo imobilizado	3	87
Juros e Variações Monetárias ativas	(2.272)	(2.290)
Juros e Variações Monetárias passivas	9.894	4.961
Provisão para contingências fiscais	-	126
Provisão Reversão para contingências Cíveis/trabalhistas	5.911	4.363
Provisão Reversões tributárias e outras	(433)	(2.974)
Provisão Juros s/Capital Próprio	13.656	14.185
Reversão Provisão Impairment	(292)	(717)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	59
Lucro líquido ajustado	17.327	23.494
Variações no ativo:		
Aumento contas a receber de clientes	24.033	(33.467)
Aumento estoques	(291)	1.260
Aumento/redução outras contas	(11.213)	(5.351)
Aumento/Redução créditos tributários	(6.731)	6.017
Variações no passivo:		
Aumento/Redução fornecedores	(10.553)	5.041
Aumento/Redução impostos e contribuições	861	(8.343)
Redução /aumento contribuições sociais a recolher	(3.184)	2.186
Aumento outras contas a pagar	(1.404)	(7.893)
Transf. de Financiamentos de Longo Prazo para o Circulante	(2.226)	-
Outras Adições ao exigível a longo prazo	(2.344)	1.261
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	4.275	(15.795)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		

Amortização de financiamentos	-	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	-	-
Fluxo de caixa das atividades de investimento	-	-
Imobilizado	(376)	(4.136)
Investimento	(2)	(4)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(378)</u>	<u>(4.140)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>3.897</u>	<u>(19.935)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>2.587</u>	<u>22.522</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>6.484</u>	<u>2.587</u>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

2.3.1. Demonstração do Fluxos de Caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>Varição</u>
Disponibilidades	<u>6.484</u>	<u>2.587</u>	<u>3.897</u>
Caixa	26	21	5
Disponibilidades em bancos	6.451	2.559	2.892
Aplicações financeiras	7	7	0
Numerário em trânsito	0	0	0

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

[Handwritten signatures and initials]
23

2.4. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2016

	Capital Social	Reserva de Reavaliação	Reservas de Lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Resultado Abrangente	Total Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro 2014	251.465	11.227	31.500	-	458	23.923	294.192
Realização da Reserva de Reavaliação		(460)		460	460	460	-
Prov. Tributos diferidos s/res. Reavaliação		156					156
Lucro líquido do exercício				12.668		12.668	12.668
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio				(14.185)			(14.185)
Reserva de Lucros			(4.188)	596			(3.592)
Ajustes Exercícios Anteriores				461		461	461
Saldos em 31 de dezembro 2015	251.465	10.923	27.312	-	460	13.589	289.700
Realização da Reserva de Reavaliação		(460)		460	460	460	-
Prov. Tributos diferidos s/res. Reavaliação		156					156
Realização da Reserva de Reavaliação			(2.403)	2.403			-
Prejuízo líquido do exercício				(3.345)		(3.345)	(3.345)
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio				(13.656)			(13.656)
Reserva de Lucros							-
Compensação de prejuízos			(14.570)	14.570			-
Ajustes Exercícios Anteriores				(432)		(432)	(432)
Saldos em 31 de dezembro 2016	251.465	10.619	10.339	-	460	(3.317)	272.423

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis) -

2.5. Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2016

2.5.1. Contexto Operacional

A Companhia tem como atividade preponderante a produção, pesquisa, beneficiamento e exploração industrial e comercial de carvão mineral.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, contemplando as disposições da legislação societária brasileira e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) convergidos as normas de contabilidade às normas internacionais de contabilidade.

As alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07, pela Lei nº 11.941/09 à Lei nº 6.404/76 estão sendo observadas integralmente e adotadas quando aplicável.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Caminho Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

A empresa aplica a política de curto prazo em seus clientes e fornecedores. Havendo algum evento diferente da política estabelecida e o efeito sendo considerado relevante em relação às demonstrações contábeis será ajustado pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente vem sendo aplicado em nossos depósitos judiciais, devedores por aquisição de imóveis, parcelamentos em tributos federais e provisões fiscais, trabalhistas, societárias. Base legal Lei nº 12.973/14 e NBC TG 12 e 30.

2.5.1.1 Eventos Subsequentes

A autorização para emissão das demonstrações contábeis ocorreu na reunião de Diretoria realizada em 21/02/2017.

2.5.1.2 Ajustes de Exercícios Anteriores

Devido a imaterialidade do "ajuste" de R\$ 433 mil, as Demonstrações Contábeis não estão sendo reapresentadas conforme NBC TG 23 (R1) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Tal ajustes tem origem em correção monetária da dívida do REFIS consolidada em 2015, ajustada em Tributos Federais (nota 2.5.13) no valor de R\$ 628 mil; e em depósitos em juízo, ajustada na conta de Empréstimos, depós. Compulsórios (nota 2.5.7) no valor de R\$ (195) mil.

25

2.5.1.3 Moeda Funcional

A moeda funcional utilizada pela Empresa é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis onde os valores são expressos em milhares de reais.

2.5.1.4 Reserva de Lucros

A realização da conta reserva de lucros ocorreu em decorrência da perda efetiva, ocorrida no curso do ano de 2016, referente a contingências trabalhistas e cíveis processos nº 0327400-93.2.005.5.04.0812 e 004/1.14.0007794-0 respectivamente.

2.5.2. Principais Contas e Práticas Contábeis

2.5.2.1. Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, com o reconhecimento dos rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, à índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e à longo prazo, bem como, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.

2.5.3. Créditos Tributários: R\$ 42.267 mil (R\$ 34.358 mil em 2015), compondo-se de:

- a) Impostos Federais Pagos a Maior – R\$ 6 mil (R\$ 5 mil em 2015);
- b) IRRF/CSLL retidos sobre faturamento Lei nº 10.833/03 – R\$ 4.789 mil (R\$ 4.327 mil em 2015);
- c) PIS/COFINS retidos sobre faturamento Lei nº 10.833/03 – R\$ 213 (R\$ 389 em 2015);



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Caminho da Geração Energia e Desenvolvimento Social

- d) PIS/COFINS não Cumulativo a restituir – R\$ 12.779 mil (R\$ 12.779 mil em 2015);
- e) Créditos PIS/COFINS não Cumulativo Lei nº. 10.833/03 - R\$ 8.306 mil (R\$ 4.700 mil em 2015);
- f) IRPJ/CSLL a compensar - R\$ 11.126 mil (R\$ 7.621 mil em 2015);
- g) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a Recuperar - R\$ 4.466 mil (R\$ 3.155 mil em 2015), correspondente a créditos do ICMS, proveniente das apurações mensais de ICMS a recolher, sempre credoras, por ser a venda de maior valor à CGTEE e ocorrer com o imposto diferido;
- h) Controle de Crédito do ICMS do Ativo Permanente (CIAP) - R\$ 582 mil (R\$ 1.382 mil em 2015);

2.5.4 Contas a Receber

2.5.4.1 Contas a Receber de Clientes:

Contas a receber de clientes R\$ 29.785 mil (R\$ 52.722 mil em 2015), tendo como valor mais relevante R\$ 28.472 mil (R\$ 50.282 mil em 2015) que representa saldo devedor no final do exercício da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, sendo que 81,03% do valor foi quitado até a data de 31/01/2017.

2.5.4.2 Demais Contas a Receber: R\$ 5.133 mil (R\$ 4.705 mil em 2015), compondo-se de:

- a) Adiantamentos e Contas Correntes R\$ 535 mil (R\$ 845 mil em 2015);
- b) Aplicações Caixa Único - R\$ 1.738 mil (R\$ 1.157 mil em 2015);
- c) CGTEE 8º termo aditivo – R\$ 2.365 mil (R\$ 2.365 mil em 2015)
- d) Outros Valores – R\$ 495 mil (R\$ 338 mil em 2015);

2.5.5. Estoques

Os materiais em estoque são destinados ao consumo e à manutenção e conservação de equipamentos e máquinas. O custo é determinado usando-se o

27



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gálho Grande Energia e Desenvolvimento Social

método da Média Ponderada, inferior aos custos de reposição ou valores de realização. O estoque de produtos, ou seja, o carvão mineral, está avaliado pelo custo incorrido nas diversas fases de sua formação, apurado através de sistema do custo integrado com a contabilidade financeira.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Carvão	<u>2.483</u>	<u>2.210</u>
Produtos Acabados	644	39
Produtos em Elaboração	1.839	2.171
Almoxarifado	9.711	9.693
Estoque em poder de terceiros	0	0
Total	<u>12.194</u>	<u>11.903</u>

2.5.6 Despesas do Exercício Seguinte

Despesas do Exercício seguinte R\$ 55.716 mil (R\$ 45.287 mil em 2015), tendo como valor mais relevante R\$ 54.708 mil (R\$ 44.412 mil em 2015) que corresponde ao total de gastos ativados pelo avanço da área de descobertura (retirada das camadas de terra vegetal e estéreis), necessária para a efetiva extração do minério de carvão e que ainda não foi efetivada.

2.5.7. Empréstimos e Depósitos Compulsórios: R\$ 1.474 mil (R\$ 1.120 mil em 2015), tendo como valores mais relevantes:

- a) Depósito nº. 2007.72.04.003267-0 – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, (auto de penhora) no valor de R\$ 717 mil (R\$ 717 mil em 2015);
- b) Depósitos Trabalhistas – R\$ 617 mil (R\$ 399 mil em 2015);
- c) Garantia em Juízo – R\$135 mil (R\$ 0 mil em 2015).

2.5.8. Investimentos

O valor total de R\$ 102 mil corresponde a: R\$ 58 mil em ações da subsidiária integral, Companhia Operadora de Mineração - COM, R\$ 23 mil em



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Corpo Gestão Gerando Energia e Desenvolvimento Social

ações e quotas noutras empresas, R\$ 21 mil em participações vinculadas a incentivos fiscais, registrados pelo método do custo de aquisição.

2.5.9. Imobilizado e Intangível

O Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, observando o limite de cômputo direto no resultado conforme Lei nº 12.973/14 (art. 15), IN RFB nº 1.515/14 (art. 64) e NBC TG 27 (R3).

Com base no ano de 2016, foi identificado novos prazos de vida útil em alguns bens produtivos, conforme laudo emitido por técnico habilitado da Companhia, que irá gerar um aumento na despesa de depreciação, atendendo a lei 12.973/14, IN RFB nº 162/98 e 130-99 e NBCTG 27(R3).

a) Provisão para Perda

A Provisão para Perda com "Ajuste a Valor de Mercado", no valor de R\$ 38.876 mil constituída no balanço de 31 de dezembro de 1997, correspondente a bens que, no contexto da Lei Estadual nº. 10.900/96 seriam transferidos para integralização de capital em subsidiária integral.

b) Provisão Perda por Impairment

Ao final de cada exercício a Companhia realiza análise da capacidade de recuperação (teste de impairment) dos bens registrados no imobilizado através da comparação dos valores contábeis aos valores de uso, utilizando para tanto o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados gerados por esses bens.

De acordo com a Lei n.º 6.404/76, Lei 12.973/14, NBC TG (R3) 01 e 32 e deliberação CVM 527/07º, mantendo coerência com os critérios anteriormente adotados, o teste demonstrou que o valor do ativo da unidade de Mina do Leão poderá não ser recuperável, sendo assim a Cia mensurou o montante dessa perda no valor de R\$ 2.959 mil.

C) Reclassificação de ativos

Em decorrência de rescisão contratual referente ao arrendamento da Mina do Leão II, foram reclassificados R\$ 170.427 mil para o ativo imobilizado da Cia.

Demonstrativo do Investimento/Imobilizado/Intangível:

ITENS	SALDO EM 2015	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFE- RÊNCIAS	DEPREC./ EXAUSTÃO	SALDO EM 2016	Taxas de depreciação anual em %
Investimentos	170.526	2	0	(170.427)	0	102	0
Subtotal	170.526	2	0	(170.427)	0	102	0
Terrenos e Terras	1.872	0	0	0	0	1.872	0
Terrenos e Terras-Reaval.	5.651	0	0	0	0	5.651	0
Prédios de Uso/Residenciais	12.313		0	75	0	12.388	0,03 a 6,81
Prédios de Uso/Resid-Reaval.	3.701	0	0	0	0	3.701	0,03 a 6,81
Equip.de Produção	114.626	98	0	(58)	0	114.666	0,06 a 100,00
Equip.de Produção-Reaval.	17.000	0	0	0	0	17.000	2,23
Equip.de Manutenção	2.801	26	0	0	0	2.827	0,11 a 13,31
Equip.de Beneficiamento	5.156	0	0	6.643	0	11.799	0,25 a 17,40
Equip.de Escritório	1.086	52	(2)		0	1.136	0,20 a 48,15
Outros Equipamentos	7.876	57	(30)	43	0	7.946	0,27 a 45,99
Instalações	18.114	2	0	58	0	18.174	0,10 a 6,67
Outras Imobilizações	478	0	0	0	0	478	3,71 a 100,00
Jazidas e Horto Florestais	11.043	0	0	0	0	11.043	0,19 a 2,50
Deprec./Exaustão Acumulada	(114.237)	0	29	0	(7.705)	(121.913)	
Imobilização em Andam.	32.479	141	0	163.666	0	196.286	
Bens Patrim. s/Operação	7.446	0	0	0	0	7.446	
Ajustes a Valor de Mercado	(38.876)	0	0	0	0	(38.876)	
Provisão Perda Impairment	(3.251)	0	292	0	0	(2.959)	
Subtotal	85.277	376	289	170.427	(7.705)	248.664	
Intangível-Proj.Amp.Candiota	2.182	0	0	0	0	2.182	
Amortiz.Acumulada	(779)				(156)	(935)	
Subtotal	1.403	0	0	0	(156)	1.247	
Total	257.207	378	289	0	(7.861)	250.013	

Foi transferido para melhor classificação contábil para a conta do Ativo Intangível o gasto com o projeto de ampliação da Mina de Candiota, que até o ano de 2011 encontrava-se em Bens em Formação, passando a ser amortizado no prazo de 14 (catorze) anos.

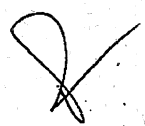
A Lei n.º 11.638/07 eliminou a opção de realizar a reavaliação espontânea de bens. A Companhia optou em manter o saldo da reserva de reavaliação até a sua efetiva realização. Assim o valor do ativo imobilizado reavaliado existente no início do exercício social passa a ser considerado como novo valor de custo para fins de mensuração e determinação do valor recuperável.

Os impostos incidentes sobre a referida reserva foram destacados em conta do Não Circulante.

A reserva de reavaliação, no patrimônio líquido, será realizada para a conta de lucros acumulados, na mesma base que vinha sendo efetuada antes da promulgação da Lei 11.638/07.

2.5.10. Demais Contas a Pagar: R\$ 29.126 mil (R\$ 29.678 mil em 2015), compondo-se basicamente de:

- a) Outras e contas a pagar - R\$ 180 mil (R\$ 206 mil em 2015);
- b) Encargos sociais a pagar – R\$ 1.326 mil (R\$ 495 mil em 2015);
- c) Retenções de empregados a recolher - R\$ 374 mil (R\$ 901 mil em 2015);
- d) Provisões para encargos sociais - R\$ 5055 mil (R\$ 4.284 mil em 2015);
- e) Adiantamento de clientes - R\$ 22.114 mil (R\$ 23.652 mil em 2015);
- f) Termos de convênios – R\$ 26 mil (R\$ 73 mil em 2015);
- g) Retenções contratuais – R\$ 51 mil (R\$ 67 mil em 2015).


31
01/11



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Correio Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

2.5.11. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos, na sua totalidade em moeda nacional, são atualizados monetariamente com base na variação da Taxa Selic, quando captados no mercado interno, e pela variação de moedas estrangeiras, quando originários de captação externa.

2.5.12. Provisão para Contingências

A Companhia responde a diversas ações trabalhistas, cíveis e fiscais, cuja defesa está sendo promovida por sua assessoria jurídica, e mantém o registro da provisão para contingências para cobrir eventuais perdas julgadas prováveis que possam advir de decisões desfavoráveis nessas ações.

Nas datas das demonstrações contábeis, a Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais (ativo), relacionados a contingências:

Ações	<u>Provisões</u>		<u>Depósitos Judiciais</u>	
	2016	2015	2016	2015
	Passivo Circulante		Ativo Circulante	
Fiscais	0	1.388	0	0
Trabalhistas	0	0	0	0
	Passivo Não Circulante		Ativo Não Circulante	
Trabalhistas	13.759	11.139	617	398
Fiscais	0	0	4	4
Cíveis	269	456	0	0
	14.028	11.595	621	402
Total	14.028	12.983	621	402

Quanto ao processo nº 11.080.006.710/2004-59 referente ao pagamento do lucro inflacionário acumulado em 31/12/1995, cuja provisão em 2015 era de R\$ 1.388 mil, a contingência fiscal se realizou no decorrer do ano de 2016, cujo valor foi consolidado e parcelado junto à SRF.

2.5.13. Tributos Federais a Recolher: R\$ 19.602 mil (R\$ 18.678 mil em 2015)

Deste total, R\$ 16.057 mil (R\$ 16.658 mil em 2015) refere-se a parcelamento obtido junto a Procuradoria da Fazenda Nacional - PGFN, nos termos da lei n.º 11.941/09 relativo à IRPJ inscrito em dívida ativa.

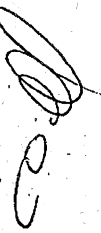
Considerando os benefícios obtidos pelo parcelamento administrativo do débito fiscal federal (conforme instituído pelo REFIS da Lei 11.941/09), e alcançados pela REINCLUSÃO por força da decisão favorável (em 2º grau), proferida no julgamento do recurso de apelação interposto no Mandado de Segurança nº 5048981-80.2011.404.7100 - RS, o saldo devedor da presente dívida fiscal (consolidação concluída em 18/11/2015)

A Companhia possui outros quatro parcelamentos de IRPJ que totalizam em **R\$ 83 mil** (R\$ 83 mil em 2015).

Provisão para IRPJ e CSLL no valor de **R\$ 0 mil** (R\$ 59 mil em 2015).

Houve um acréscimo de **R\$ 880 mil** (R\$ 1.133 mil em 2015) referente a três novos parcelamentos oriundos de uma fiscalização de ofício, por parte do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, do período de 2008 a 2014. São eles os processos de cobrança: 910.323/2015, 910.324/2015 e 910.325/2015.

Dois novos parcelamentos foram consolidados em 2016, processo nº 11080.006.710/2004-59, cujo saldo no final de 2016 foi de **R\$ 1.146 mil**; e o processo nº 11080.924.253/2016-10, saldo final em 2016 foi de **R\$ 259 mil**, ambos parcelado em 06 vezes.


33

411



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Cavaleiro Odebrecht Gerando Energia e Desenvolvimento Social

Por fim, saldo da compensação financeira Lei 7.990/89 – CFEM de R\$ 57, (R\$ 233 mil em 2015)

2.5.14. Patrimônio Líquido

2.5.14.1. Capital Social

O Capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 251.465 mil (R\$ 251.465 mil em 2015, representado por 10.896.426 ações ordinárias (10.896.426 ações ordinárias em 2015), todas nominativas e sem valor nominal.

O capital autorizado é de R\$ 418.593 mil (R\$ 418.593 em 2015)

2.5.14.2. Remuneração do Capital Próprio

A Companhia efetuou no exercício o cálculo de juros sobre o capital próprio, dentro dos limites estabelecidos pela Lei nº. 9.249/95, no valor de R\$ 13.656 mil. O montante de juros sobre o capital próprio foi creditado aos acionistas e contabilizado como despesa financeira para fins fiscais. Para fins de divulgação e adequação aos princípios contábeis, foi realizada a reversão dos juros sobre o capital próprio na Demonstração de Resultado, e apresentado como distribuição de lucros nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.

2.5.14.3. Reserva de Reavaliação

A Lei n.º 11.638/07 eliminou a possibilidade de reavaliação espontânea de ativos, mas faculta que o saldo da reserva de reavaliação existente em 01/01/08 pode ser mantido até a sua efetiva realização. As reavaliações da Companhia ocorreram em 2004, em terrenos e terras; e em prédios de uso e residenciais no montante de R\$ 9.196 mil; no ano de 2005 foram reavaliados equipamentos de produção no montante de R\$ 17.000 mil. A Companhia optou por manter o saldo da

34
C



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Caminho Gráfico Gerando Energia e Desenvolvimento Social

referida reserva no montante de R\$ 10.619 mil (R\$ 10.923 mil em 2015) líquidos da Contribuição Social e Imposto de Renda.

A realização da reserva de reavaliação efetuada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados é transferida para lucros acumulados, no montante de R\$ 460 mil (R\$ 460 mil em 2015).

2.5.15. Demonstração do Resultado

a) Receita Líquida: detalhamento da receita líquida.

	2016	2015
Receita bruta das vendas	169.915	190.462
(-) Impostos sobre vendas	(9.597)	(11.665)
(-) Devoluções de Vendas	0	0

- b) Despesas Financeiras - R\$ 23.633 mil (R\$ 19.487 mil em 2015), tendo como valores mais significativos, R\$ 9.480 mil (R\$ 5.217 mil em 2015) a juros e atualizações monetárias e provisão de juros sobre capital próprio R\$ 13.656 mil (R\$ 14.185 mil em 2015).
- c) Receitas Financeiras - R\$ 2.892 mil (R\$ 2.778 mil em 2015), tendo como valor mais relevante, R\$ 1.900 mil (R\$ 1.499 mil em 2015), relativo a rendimento de aplicações caixa único e atualizações monetárias;
- d) Outras Receitas - R\$ 2.188 mil (R\$ 3.980 mil em 2015), tendo como valores mais relevantes venda de sucatas e bens do ativo permanente R\$ 8 mil (R\$ 412 mil em 2015); reversão de provisões R\$ 1.692 mil (R\$ 2.844 mil em 2015) e multa contratual R\$ 524 mil (R\$ 730 mil em 2015), e por fim conta retificadora de receita composta por PIS/COFINS R\$ -38 mil (R\$ -68 mil em 2015);

35

2.5.16. Contribuição Social e o Imposto de Renda

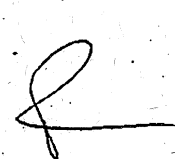
A Contribuição Social e o Imposto de Renda sobre o Lucro Líquido são calculados conforme as normas estabelecidas para as empresas que tem como base de apuração o Lucro Real. A Companhia apura os mesmos com base em balancetes de redução e/ou suspensão, conforme a Lei n.º 8.981/95.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	0	35
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	0	24

2.5.17. Provisão para Impostos Diferido

Abaixo o Demonstrativo da Base de Cálculo da Provisão para Tributos Diferidos de Contribuição Social e o Imposto de Renda:

	Alíquota	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Reserva de reavaliação		16.054	16.514
Contribuição social	9%	1.445	1.486
Imposto de renda	15%	2.408	2.477
Adicional imposto de renda	10%	<u>1.581</u>	<u>1.628</u>
Provisão impostos diferidos		<u>5.434</u>	<u>5.591</u>

 
36
411

2.5.18. Cobertura de Seguros

A Companhia efetua a contratação de seguro para os seus veículos utilizados para deslocamentos em estradas intermunicipais, de bens imóveis de acordo com o nível de risco existente e de obrigações contratuais.

2.5.19. Plano de Previdência - Contribuição Definida

A Companhia é patrocinadora de um Plano de Previdência Complementar, o CRMPrev, operado pela Fundação CEEE de Seguridade Social. O mesmo é um plano de contribuição definida que prevê a participação paritária entre os funcionários e a Empresa.

O gasto total neste plano de contribuição definida foi de:

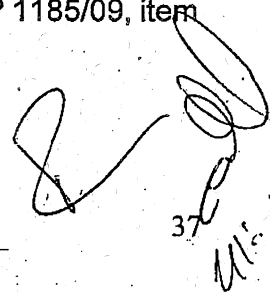
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Plano de previdência complementar	1.778	2.016

2.5.20. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas. A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise adotada por departamento responsável e, de acordo com o estágio de cobrança é estimado um montante de provisão a ser constituída.

2.5.21. Estrutura da Demonstração do Resultado

A Companhia apresenta a Demonstração do Resultado comparativo de 2016/2015 onde está incluído o Resultado das Operações antes das Despesas e Receitas Financeiras, conforme NBC TG 26 (R4), Resolução do CFC nº 1185/09, item 82.


37
11/12



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gás e Energia Gerando Energia e Desenvolvimento Social

2.5.22. Participação nos Lucros ou Resultados (PLR)

Não houve provisão para fins de participação dos empregados no resultado da Companhia, pois a meta do indicador operacional não foi atingida.

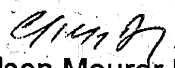
O regramento da participação nos lucros ou resultados está firmado entre a Companhia e o Sindicato, na Consolidação do Regramento da Participação nos Lucros ou Resultados da Cia e em seu aditivo nº 001.

2.5.23. Apuração do Prejuízo

Ao final do ano do exercício de 2016, a Companhia apresentou o prejuízo de R\$ (17.001 mil).

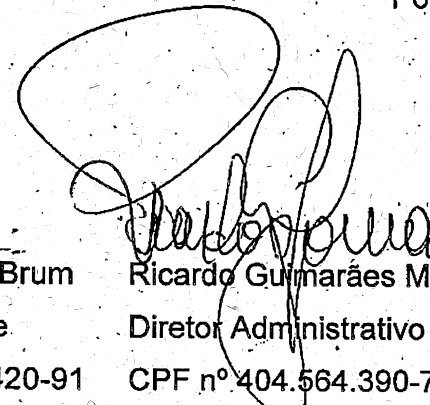
Em cumprimento a legislação oficial vigente, das sociedades por ações, em face do disposto no parágrafo único do art. 189 da Lei nº 6.404/1976, o prejuízo do exercício deverá, obrigatoriamente, ser absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2016.


Edilson Meurer Brum

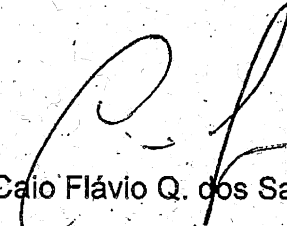
Diretor Presidente

CPF nº 495.514.420-91


Ricardo Guimarães Moura

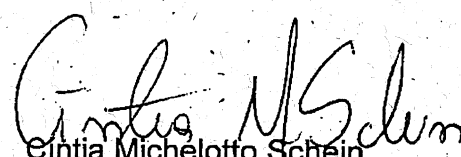
Diretor Administrativo

CPF nº 404.564.390-72


Caio Flávio Q. dos Santos

Diretor Técnico

CPF nº 399.304.830-04


Cintia Michelotto Schein

Contadora CRC/RS 69.410/O-0

CPF Nº 763.863.410-15

AOS
DIRETORES E ACIONISTAS DA
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM
PORTO ALEGRE – RS

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.5.9, letra "a", a Companhia mantém provisão para perda com "Ajuste a Valor de Mercado", no valor de R\$ 38.876 mil constituída no balanço de 31 de dezembro de 1997, correspondente a bens que, no contexto da Lei Estadual nº 10.900/96, seriam transferidos para integralização de capital em subsidiária integral. Os documentos suportes não identificam os bens correspondentes, não tendo sido possível, por isso, concluir sobre a adequação da referida provisão.

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2.5.9, letra "c", de que em decorrência de rescisão contratual referente ao arrendamento da Mina do Leão II, foram reclassificados R\$ 170.427 mil para o ativo imobilizado da Companhia. Conforme mencionado no relatório da administração a área da Mina do Leão II permaneceu arrendada à Carbonífera Criciúma S/A até agosto de 2016, quando as partes firmaram um Termo de Rescisão Contratual, com a imediata devolução da respectiva área à CRM, justamente porque a arrendatária, já em processo de Recuperação Judicial, tornou-se inadimplente com suas obrigações contratuais, mesmo sendo reiteradamente notificada para o atendimento. A Procuradoria Geral do Estado – PGE, instada sobre o assunto, entendeu que o mesmo deve ser resolvido de acordo com a conveniência e oportunidade da Companhia. Foi apresentada à Diretoria, por parte da Carbonífera, proposta de rescisão, com a imediata devolução da área, sem a necessidade de adoção de qualquer medida judicial, com quitação geral, com exceção dos bens vinculados ao Projeto Leão II e que se encontram em condições de utilização, cujo levantamento deverá ser realizado pela CRM. Em decorrência da delicada situação econômico-financeira da Carbonífera, com grande possibilidade de ser decretada sua falência em função da expressiva inadimplência em todas as áreas de sua atuação, a Diretoria da CRM concordou com a rescisão, desde que mediante prévia aquiescência do Conselho de Administração, procedimento que efetivamente ocorreu em 31 de agosto de 2016, através da Ata 009/16. A CRM, em virtude de vários aspectos administrativos supervenientes, como a suspensão da operação da Usina de São Jerônimo, necessidade de redução de todos os seus custos, com reflexos inclusive na área de pessoal, providências para manutenção da própria Mina do Leão II, ainda não concluiu o trabalho acerca do levantamento dos bens que estavam na posse da arrendatária e, para tanto, pretende que este levantamento seja concluído até meados de 2017.

Em relação a Continuidade Operacional, destacamos como fato relevante, que em novembro de 2016, foi divulgado na mídia pelo Governador do Estado de que a situação das finanças públicas do Rio Grande do Sul é de calamidade. O problema histórico do déficit público foi agravado pela atual crise da economia brasileira. Sem recursos para pagar a totalidade da folha dos servidores em dia e sem perspectivas para investir, o governo anunciou na tarde do dia, 22, um plano com quase 40 medidas concretas para reverter, a médio e longo prazo, o cenário de déficits públicos sucessivos das últimas décadas. Entre as medidas, está a possibilidade de privatização ou federalização da Companhia Riograndense de Mineração (CRM), que possui como seu maior patrimônio, a Mina de Candiota. O cenário descrito pelo Governo para a CRM é de que companhia apresenta "resultado operacional deficitário, dado o peso da sua estrutura, e alto custo para a extração do carvão local, devido ao limitado número de clientes". Sobre o porquê privatizar ou federalizar, o Governo afirma que "há potencial de ampliação da exploração do carvão gaúcho por meio do desenvolvimento de novas aplicações, que demandam elevados volumes de investimentos para sua viabilização, não suportados pela condição atual da CRM. Além disso, dedica-se única e exclusivamente a uma atividade econômica". As medidas, somadas às iniciativas já implementadas – como a redução de despesas, a Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual e a adoção do regime de Previdência Complementar – somam-se aos esforços que vêm sendo feitos desde 2015 para buscar a sustentabilidade das contas públicas", assinala o governo. A administração da Companhia não mencionou tal fato em notas explicativas, tampouco no relatório da diretoria.

Em relação a Continuidade Operacional, conforme negociação pactuada com a CGTEE, houve uma substancial redução na venda de carvão do atual contrato, em função da diminuição do consumo da UPME em Candiota/RS, nas Fases "A" e "B", passando a entrega mensal da Mina de Candiota de 275.000 t para 208.000 t de carvão. Esta redução representou uma queda de 12% no faturamento mensal bruto da CRM com venda de carvão de 2015 para 2016. Porém, essa redução não foi o bastante para a CGTEE que já no início do ano de 2016 manifestou sua posição em reduzir ainda mais o consumo de carvão da UPME e, a partir do mês de abril, os técnicos das duas empresas começaram a discutir uma alteração profunda do contrato, com diversas alterações, mas, principalmente, e novamente, no quantitativo de carvão e preço.

Até o final de 2016 as empresas não conseguiram chegar num entendimento que equacionasse todas as questões que envolvem tamanha redução contratual, que exigiu inclusive a intervenção da Secretaria de Minas e Energia do Estado e também a ELETROBRAS que, por sua vez, já procuraram também a ANEEL e o Ministério de Minas e Energia na busca de uma solução para não terminar com a indústria de extração de carvão na região sul do Estado e o, conseqüente, fechamento da Usina Presidente Médici em Candiota.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO – CRM, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato.

Conforme o relatório da diretoria, no exercício de 2016 a Diretoria da CRM pautou seus atos administrativos em consonância com o Decreto nº 52.862 do Governador do Estado do Rio Grande do Sul que manteve durante todo o ano a política de contenção de gastos em todo o âmbito de governo. Com isso, a CRM também manteve suas ações procurando reduzir seus gastos com contratos de terceiros, horas extras, promoções ou progressões no quadro de pessoal e patrocínios, entre outras.

Uma das principais ações da empresa foi à suspensão na lavra de carvão mineral na unidade de Minas do Leão. A mineração era feita na Jazida São Vicente Norte que se mostrava totalmente inviável devido sua relação estéril/minério. A unidade vinha acumulando prejuízos ao longo de muitos anos e, com o fechamento da Usina de São Jerônimo a qual a Unidade de Minas do Leão fornecia carvão, não havia mais motivos para sua continuidade. Dos 65 funcionários ativos do Leão, restaram 35 no final de 2016. A maior redução se deu em virtude do Plano de Demissão Incentivado da CRM. A intenção é que fique apenas a quantidade mínima de funcionários necessários para os trabalhos de recuperação ambiental e a guarda do patrimônio da empresa. Além da grande redução com a folha de pagamento daquela unidade, a Diretoria implantou outras ações que também refletiram em economia para a Companhia, incluindo reestruturação do organograma da Mina do Leão, reenquadramento de empregados em situação de periculosidade e insalubridade, controle e redução de horas extras, etc.

Conforme negociação pactuada com a CGTEE, houve uma substancial redução na venda de carvão do atual contrato, em função da diminuição do consumo da UPME em Candiota/RS, nas Fases "A" e "B", passando a entrega mensal da Mina de Candiota de 275.000 t para 208.000 t de carvão. Esta redução representou uma queda de 12% no faturamento mensal bruto da CRM com venda de carvão de 2015 para 2016. Porém, essa redução não foi o bastante para a CGTEE que já no início do ano de 2016 manifestou sua posição em reduzir ainda mais o consumo de carvão da UPME e, a partir do mês de abril, os técnicos das duas empresas começaram a discutir uma alteração profunda do contrato, com diversas alterações, mas, principalmente, e novamente, no quantitativo de carvão e preço.

Até o final de 2016 as empresas não conseguiram chegar num entendimento que equacionasse todas as questões que envolvem tamanha redução contratual, que exigiu inclusive a intervenção da Secretaria de Minas e Energia do Estado e também a ELETROBRAS que, por sua vez, já procuraram também a ANEEL e o Ministério de Minas e Energia na busca de uma solução para não terminar com a indústria de extração de carvão na região sul do Estado e o, consequente, fechamento da Usina Presidente Médici em Candiota.

Além disso, no item 1.10 do referido relatório, consta que é preciso que haja um entendimento entre o IBAMA, Ministério de Minas e Energia e ANEEL, a fim de alavancar o setor ou a indústria do carvão mineral poderá ter o seu final já no exercício de 2017.

Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva” acima, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre o valor contábil da provisão para perda com “Ajuste a Valor de Mercado”, no valor de R\$ 38.876 mil constituída no balanço de 31 de dezembro de 1997, correspondente a bens que, no contexto da Lei Estadual nº 10.900/96, seriam transferidos para integralização de capital em subsidiária integral. Os documentos suportes não identificam os bens correspondentes, não tendo sido possível, por isso, concluir sobre a adequação da referida provisão, quanto à rescisão contratual referente ao arrendamento da Mina do Leão II; e quanto a possibilidade de privatização ou federalização da Companhia Riograndense de Mineração (CRM); e sobre a negociação pactuada com a CGTEE. Portanto, não foi possível concluir se as outras informações apresentam distorção relevante, ou não, com relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto quanto ao comentado nos parágrafos Base para opinião com ressalva, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em seus aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO – CRM. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 06 de março de 2017.

UHY MOREIRA - AUDITORES
CRC RS 3717
JORGE LUIZ M. CEREJA
Contador CRC RS 43679
CNAI Nº 539
Sócio - Responsável Técnico

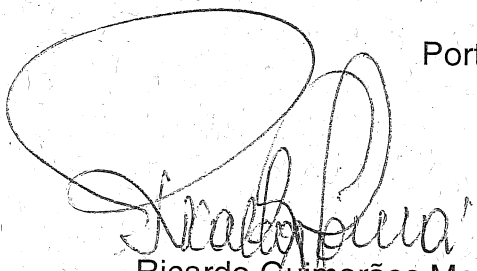


COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gásco Gerando Energia e Desenvolvimento Social

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia Riograndense de Mineração – CRM, no uso das atribuições legais e estatutárias, tendo tomado conhecimento, em reunião nesta data, do Relatório da Diretoria e das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31-12-2016, ante os esclarecimentos prestados pela Contadora da Companhia e considerando o parecer dos auditores independentes, UHY Moreira Auditores, todos se manifestando favoravelmente às Demonstrações Contábeis da CRM, entende que sejam as mesmas apreciadas pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas. O Balanço, portanto, atende as formalidades legais.

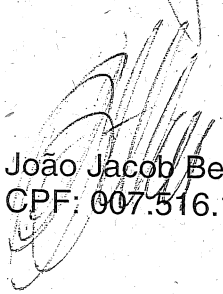
Porto Alegre, 13 de março de 2017



Ricardo Guimarães Moura
Presidente do Conselho
CPF: 404.564.390-72



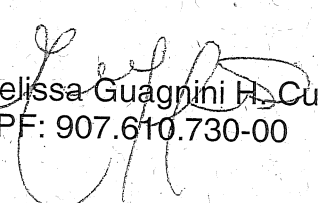
Adão Carlos O. F. da Cunha
CPF: 320.690.810-87



João Jacob Bettoni
CPF: 007.516.180-04



Mauri Nunes da Silva
CPF: 300.421.350-87



Melissa Guagnini H. Custódio
CPF: 907.610.730-00



Vanderlan Frank Carvalho
CPF: 964.138.590-91

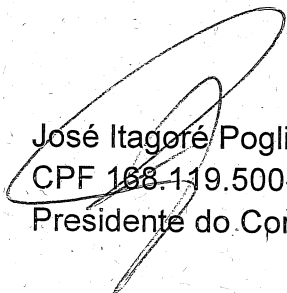


COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Companhia Riograndense de Mineração - CRM, no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, incisos I, II e VII da Lei nº 6.404/76, examinamos os documentos a que se referem os incisos I e II do artigo 133 da referida Lei, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Com base nas análises realizadas, bem como no acompanhamento efetuado ao longo de 2016 e considerando o Relatório dos Auditores Independentes datado de 06 de março de 2017, somos de opinião que as referidas peças estão em condições de serem apreciadas pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

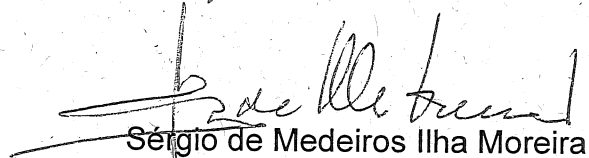
Porto Alegre, 14 de março de 2017.



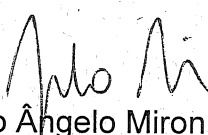
José Itagoré Poglia
CPF 168.119.500-30
Presidente do Conselho



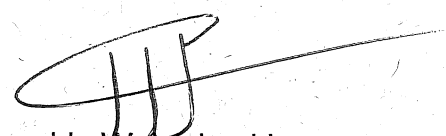
Neusa Kempfer
CPF 384.935.190-49



Sérgio de Medeiros Ilha Moreira
CPF 004.707.910-04



João Ângelo Miron Neto
CPF 353.841.740-77

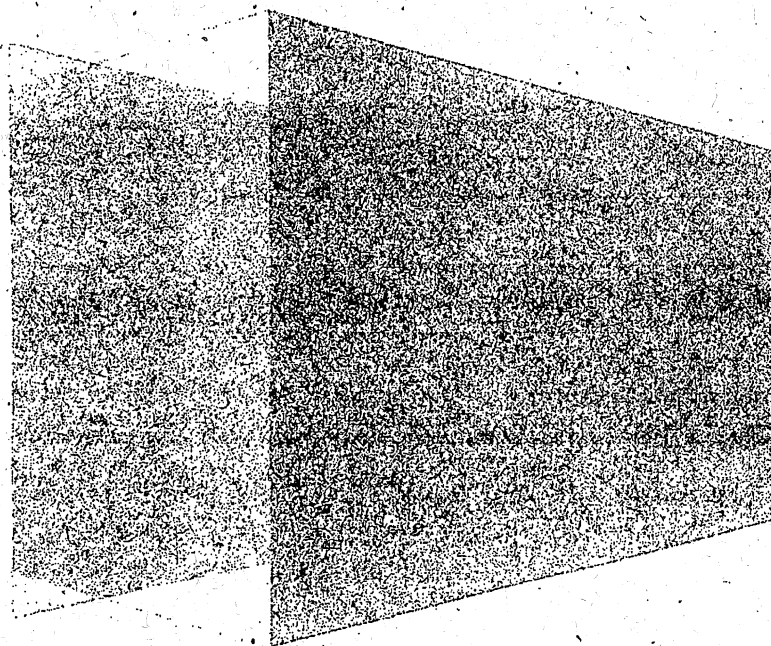


Arnaldo Wojcichoski
CPF 474.614.030-87

**Companhia Operadora
de Mineração
COM**

COMPANHIA OPERADORA DE MINERAÇÃO – COM

**Relatório da Diretoria e
Demonstrações Contábeis de 31
de dezembro de 2016 e 2015**



COM - COMPANHIA OPERADORA DE MINERAÇÃO**Composição da Diretoria e Conselho Fiscal****Diretoria (1)**

Edvilson Meurer Brum
Ricardo Guimarães Moura
Caio Flávio Quadros dos Santos

Diretor Presidente
Diretor Administrativo
Diretor Técnico

Conselho Fiscal (1)

- **Membros Titulares**

José Itagoré Poggia
Arnaldo Woicichoski
Neusa Kempfer

Presidente

- **Membros Suplentes**

Paulo Marques dos Reis
Rosa Maria Riegel Bertolucci
Leandro Sonne

Eleição e posse 22.04.2016

COM - COMPANHIA OPERADORA DE MINERAÇÃO

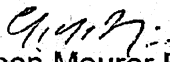
1. RELATÓRIO DA DIRETORIA – 2016

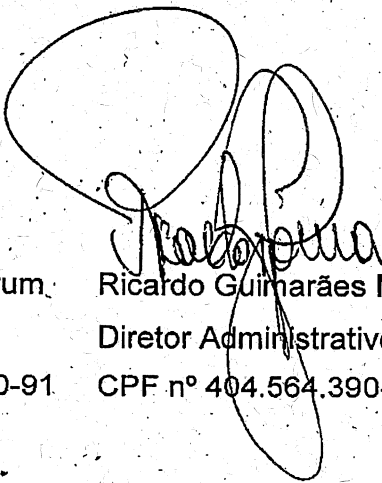
A Diretoria da COMPANHIA OPERADORA DE MINERAÇÃO - COM, apresenta, a seguir, as Demonstrações Financeiras da Empresa, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, face a sua constituição ocorrida em 27 de abril de 1998, sem nenhuma atividade operacional até esta data, destaca o que segue:

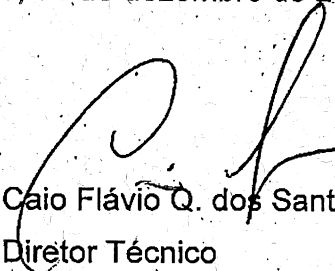
1 - A Companhia Operadora de Mineração é uma Empresa Subsidiária Integral da Companhia Riograndense de Mineração, com a sua criação aprovada pela Assembléia Geral Extraordinária desta última, realizada no dia 17 de dezembro de 1997, nos termos da Lei Estadual n.º 10.900/96. A constituição da Subsidiária ocorreu em 27 de abril de 1998, com capital social inicial de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em dez mil (10.000) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00 (um real) cada uma, conforme escritura pública n.º 124 – geral 260, do 8º Tabelionato Albuquerque de Porto Alegre, com registro na mesma data, na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, e inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob n.º 02.720.677/0001-20.

2 – Tem como objeto social promover a pesquisa, beneficiamento, exploração industrial e comercial de carvão mineral e de outras substâncias minerais em geral, cabendo-lhe ainda desenvolver projetos e atividades relacionadas ou que interessem ao objeto social e a elaborar, implantar e operar projetos que visem à recuperação, prevenção e minimização dos impactos ambientais causados por suas atividades, bem como atividades pretéritas da C.R.M. que mereçam reparos ambientais.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2016.


Edivilson Meurer Brum
Diretor Presidente
CPF nº 495.514.420-91


Ricardo Guimarães Moura
Diretor Administrativo
CPF nº 404.564.390-72


Caio Flávio Q. dos Santos
Diretor Técnico
CPF nº 399.304.830-04

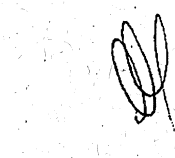
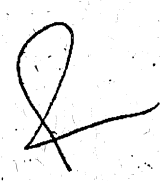
COM - COMPANHIA OPERADORA DE MINERAÇÃO**2. BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO**

Em reais

Ativo	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Circulante	<u>93.114</u>	<u>87.402</u>
Disponibilidades	36.508	36.508
Conta Corrente Coligada	39.947	39.947
Créditos Tributários	2.869	2.562
Banrisul Rendimentos SIAC	13.790	8.385
Não Circulante	<u>(13.246)</u>	<u>(13.246)</u>
Bens em Formação	(13.246)	(13.246)
Total	<u>79.868</u>	<u>74.156</u>
 Passivo		
Circulante	<u>16.169</u>	<u>16.155</u>
Outros Contas a pagar	16.169	16.155
Não Circulante	<u>6.399</u>	<u>2.791</u>
Dívidas Controladora (nota 5.3)	6.399	2.791
Patrimônio Líquido	<u>57.300</u>	<u>55.210</u>
Capital Social	60.000	60.000
Reservas de Lucros	0	0
Prejuízos/Lucros Acumulados	(2.700)	(4.790)
Total	<u>79.868</u>	<u>74.156</u>

COM - COMPANHIA OPERADORA DE MINERAÇÃO**3. Demonstração do Resultado em 31 de Dezembro**
Em reais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita bruta das vendas	0	0
Impostos sobre vendas	0	0
Receita líquida de vendas	0	0
Custo dos produtos vendidos	0	0
Lucro (prejuízo) bruto	0	0
(Despesas) e rec. operacionais	(1.705)	(84)
Resultado financeiro líquido	4.857	4.207
Resultado antes da contribuição social e imposto de renda	3.152	4.123
Contribuição social	(398)	(371)
Imposto de renda	(664)	(618)
Resultado líquido do exercício	<u>2.090</u>	<u>3.134</u>



COM - COMPANHIA OPERADORA DE MINERAÇÃO**4. Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados em 31 de Dezembro**
Em reais

	Capital Social	Reserva de Lucros	Prejuízos Acumulados	Total Geral
Saldo em 31 de dezembro de 2015	60.000		(4.790)	55.210
Aumento de Capital Social				
Reserva de Lucros				
Realização da reserva de Lucros				
Reserva de Reavaliação				
Ajustes de Exercícios Anteriores				
Lucro Líquido do Exercício			2.090	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	60.000		(2.700)	57.300

COM - COMPANHIA OPERADORA DE MINERAÇÃO

5. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016.

5.1 – Contexto Operacional

A Companhia tem como objeto social promover a pesquisa, beneficiamento, exploração industrial e comercial de carvão mineral e de outras substâncias minerais em geral, cabendo-lhe ainda desenvolver projetos e atividades relacionadas ou que interessem ao objeto social, e a elaborar, implantar e operar projetos que visem à recuperação, prevenção e minimização dos impactos ambientais causados por suas atividades bem como atividades pretéritas da CRM que mereçam reparos ambientais.

5.2 – Práticas Contábeis

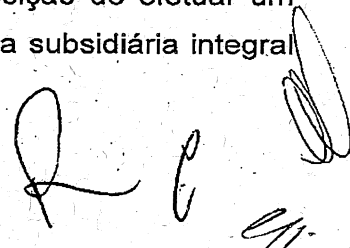
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, contemplando as disposições da legislação societária brasileira e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) convergidos as normas de contabilidade às normas internacionais de contabilidade. Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07, pela Lei nº 11.941/09 e Lei nº 12.973/14 estão sendo observadas integralmente e adotadas quando aplicável.

5.3 – Dívidas com Controladora

A Companhia durante o ano de 2012 registrou dívidas com sua controladora, a Companhia Riograndense de Mineração – CRM, referente ao pagamentos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e o Ministério do Trabalho e Emprego.

Como forma de prover meios ao cumprimento de obrigações fiscais dessa Cia, a Diretoria da Companhia Riograndense de Mineração CRM, através da Ata de Reunião de Diretoria nº 034/11 concordou por unanimidade com a proposição de efetuar um adiantamento, em espécie, para futuro aumento de capital em sua subsidiária integral



COM - COMPANHIA OPERADORA DE MINERAÇÃO

Companhia Operadora de Mineração - COM, no montante de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

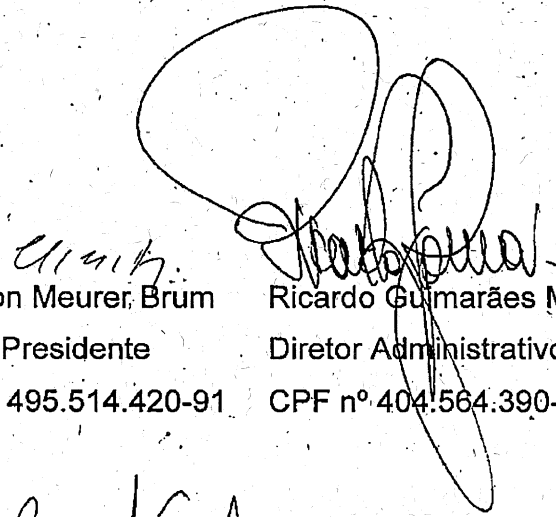
O efetivo adiantamento ocorreu no curso do ano de 2014 devido a necessidade financeira da COM submetida à aprovação de Assembleia Geral Ordinária.

5.3 – Apuração do Lucro

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia apresentou o lucro de R\$ 2.089,90.

Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto sobre a Renda, conforme legislação vigente, restando o valor remanescente de prejuízo de R\$ (2.700,18). A proposta será levada à Assembleia Geral Ordinária após procedimentos legais cabíveis.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2016.



Edilson Meurer Brum

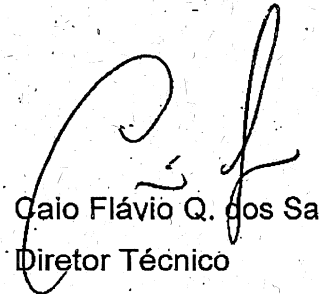
Diretor Presidente

CPF nº 495.514.420-91

Ricardo Guimarães Moura

Diretor Administrativo

CPF nº 404.564.390-72



Caio Flávio Q. dos Santos

Diretor Técnico

CPF nº 399.304.830-04



Cintia Michelotto Schein

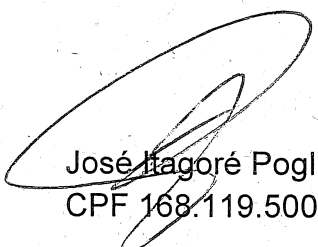
Contadora CRC/RS 69.410/O-0

CPF Nº 763.863.410-15

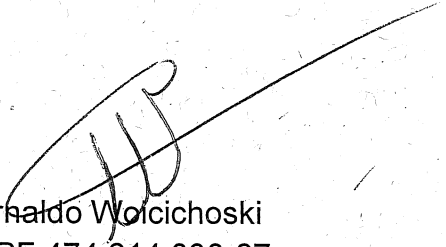
COM - COMPANHIA OPERADORA DE MINERAÇÃO**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Companhia Operadora de Mineração – COM, no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, incisos I, II e VII, da Lei n.º 6.404/76, examinamos os documentos a que se referem os incisos I, II, do artigo 133 da referida Lei, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, considerando a sua constituição em 27 de abril de 1998, e sem ter iniciado o ciclo operacional até esta data. Com base nesses exames e informações prestadas pela empresa, somos de opinião favorável às referidas peças, por atenderem às disposições estatutárias e legais, merecendo assim a sua aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

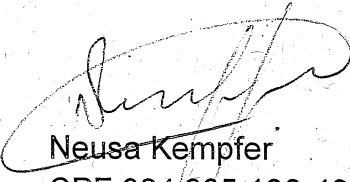
Porto Alegre, 14 de março de 2017.



José Hagoré Poglia
CPF 168.119.500-30



Arnaldo Wojcichoski
CPF 474.614.030-87



Neusa Kempfer
CPF 384.935.190-49

